

P L A N O D E
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2022-2026







UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Bernadete Maria Dalmolin Reitora

Edison Alencar Casagranda Vice-Reitor de Graduação

Rogerio da Silva Vice-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa,

Extensão e Assuntos Comunitários

Antônio Thomé Vice-Reitor Administrativo

Comissão do Plano de Desenvolvimento Institucional

Aline Munaretto Liotto Representante do Corpo Técnico-administrativo Candida Regina de Vargas Camargo Representante do Corpo Técnico-administrativo

Daniela De David Araújo Representante da Reitoria

Fábio Roberto Barão Representante da Comissão Própria de Avaliação

Maria Fernanda Kemmerich Representante do Corpo Discente

Docente representante da Comissão PDI 2017-2021 Miriam Mattos Olmiro Cristiano Lara Schaeffer Docente representante da Comissão PDI 2017-2021

Diagramação

Comissão de Elaboração do PDI

Revisão

Cristina Azevedo da Silva **UPF** Editora



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características demográficas dos municípios-sede dos <i>campi</i> da UPF com suas respectivas áreas, populações e densidades demográficas - 2021	13
Tabela 2 – Cursos de graduação da UPF oferecidos em 2021	42
Tabela 3 – Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em andamento na UPF - 2021	45
Tabela 4 — Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> na modalidade EaD em andamento na UPF - 2021	46
Tabela 5 – Programas de residências em andamento na UPF - 2021	50
Tabela 6 – Programas e cursos de pós-graduação stricto sensu na UPF - 2021	51
Tabela 7 – Cursos de graduação, modalidade EaD, a serem oferecidos no quinquênio 2022-2026	59
Tabela 8 – Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> previstos na UPF – 2022 a 2026	60
Tabela 9 – Cursos de extensão previstos na UPF para 2022	62
Tabela 10 – Quadro de docentes, funcionários e estagiários em 2021/2	63
Tabela 11 – Grau de formação do corpo técnico-administrativo - 2021/2	63
Tabela 12 – Faixa etária do corpo docente e técnico-administrativo - 2021/2	63
Tabela 13 – Grau de titulação dos docentes ativos da UPF - 2021/2	64
Tabela 14 – Diretórios e Centros Acadêmicos na UPF	81
Tabela 15 – Dimensão e distribuição geográfica da estrutura física da FUPF	89
Tabela 16 – Livros: número de títulos e exemplares da rede por biblioteca	93
Tabela 17 – Número de títulos de periódicos por biblioteca (impresso)	94
Tabela 18 – Dependências voltadas ao ensino na estrutura <i>multicampi</i>	97
Tabela 19 – Diretrizes de composição do Plano Orçamentário	103
Tabela 20 – Base orçamentária para o quinquênio 2022-2026	104



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura <i>multicampi</i> instalada em Passo Fundo e região	12
Figura 2 - Linhas estratégicas para 2022-2026	21
Figura 3 - Infográfico que sintetiza os conceitos fundantes das Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos da UPF	34
Figura 4 - Pilares do SENSE UPF	40
Figura 5 - Dimensões do Programa Scala	70
Figura 6 - Elementos do mapa estratégico	106
Figura 7 - Mapa estratégico do PDI UPF 2022-2026	107



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	11
1.1 Histórico e desenvolvimento da UPF	11
1.2 Missão, visão e valores institucionais	14
1.3 Finalidades	15
1.4 Contexto da educação superior	15
1.5 Contexto institucional e o novo PDI	18
1.6 Linhas estratégicas de atuação para 2022-2026	20
CAPÍTULO 2 - PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO	25
2.1 Princípios teórico-metodológicos	25
2.1.1 Universalidade	25
2.1.2 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	25
2.1.3 Responsabilidade social universitária	26
2.1.4 Qualidade educativa	26
2.1.5 Gestão democrática	26
2.2 Núcleos fundantes	27
2.2.1 Formação humana	27
2.2.2 Território	27
2.2.3 Pedagogia universitária	27
2.2.4 Currículo	28
2.2.5 Ensino	28
2.2.6 Docência	28
2.2.7 Formação continuada	29
2.2.8 Interdisciplinaridade	29
2.2.9 Inovação	29
2.2.10 Sustentabilidade acadêmico-financeira	30
2.2.11 Empreendedorismo	30
2.3 Políticas institucionais	30
2.4 Avaliação institucional	32
2.5 Projeto Pedagógico dos Cursos	32
2.6 Avaliação do PPI	33
CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	34
3.1 Integralidade da formação	35
3.2 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	35
3.2.1 Diretrizes relacionadas à extensão	35
3.2.2 Diretrizes relacionadas à pesquisa	37
3.3 Flexibilização curricular	38
3.4 Interdisciplinaridade e interprofissionalidade	38



3.5	Ação docente qualificada	38
3.6	Incorporação de recursos tecnológicos	39
CAPÍTU	JLO 4 - PORTFÓLIO INSTITUCIONAL DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	41
4.1	Graduação	41
4.2	Lato sensu	44
4.3	S Stricto sensu	50
CAPÍTU	JLO 5 - OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	53
5.1	Divisão UPF Online	53
5.2	Políticas e práticas de EaD	55
5.3	Graduação na modalidade EaD	55
5.4	Tutores	56
5.5	5 Abrangência	57
5.6	Polos de apoio presencial	57
5.7	7 Plano de expansão	58
CAPÍTU	JLO 6 - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	
INSTIT	UIÇÃO E DOS CURSOS	59
6.1	. Graduação	59
6.2	Lato sensu	59
	3 Stricto sensu	61
6.4	l Extensão	62
CAPÍTU	JLO 7 - PERFIL DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	63
7.1	Requisitos de titulação e experiência do corpo docente	64
7.2	Critérios de seleção e contração do corpo docente	65
7.3	Políticas de qualificação e plano de carreira do corpo docente	65
7.4	Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores	66
7.5	Cronograma de expansão dos corpos docente e técnico-administrativo	67
CAPÍTU	JLO 8 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	68
8.1	Estrutura organizacional	68
8.2	Pruncionamento, representação e autonomia dos conselhos	69
8.3	B Autonomia da IES em relação à mantenedora	69
8.4	Políticas de gestão	70
	8.4.1 Gestão e saúde do trabalhador	71
8.5	Reforma político-administrativa	72
CAPÍTU	JLO 9 - POLÍTICAS DE ATENÇÃO AOS ESTUDANTES	74
9.1	Formas de acesso	74
9.2	Programas de atenção aos estudantes	75
9.3	Ações de estímulo à permanência	76
	9.3.2 Bolsas	77
	9.3.3 Crédito Educativo	7 9
	9.3.4 Repasses	79



9.4 Organização estudantil9.5 Acompanhamento dos egressos	81 82
CAPÍTULO 10 - PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO DIGITAL	83
10.1 Etapas	83
10.2 Tecnologias utilizadas	83
CAPÍTULO 11 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	85
11.1 Relacionamento e estratégias de comunicação	85
11.1.1 Os públicos da UPF	85
11.1.2 Divisão de Marketing e Comunicação	86
11.2 Ouvidoria institucional	87
CAPÍTULO 12 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	89
12.1 Infraestrutura geral	91
12.2 Biblioteca	91
12.2.1 Estrutura física	91
12.2.2 Acervo físico	92
12.2.3 Acervo virtual	93
12.2.4 Acervo de periódicos e bases de dados	94
12.2.5 Política de atualização e expansão de acervo e estruturas	95
12.3 Laboratórios	95
12.3.1 Laboratórios de informática e recursos de comunicação	95
12.3.2 Laboratórios de ensino e pesquisa	97
CAPÍTULO 13 - PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	98
13.1 Políticas e adequações de infraestrutura física e meios de comunicação	98
13.2 Serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais	99
CAPÍTULO 14 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	101
14.1 Programa de autoavaliação	101
14.2 Comissão Própria de Avaliação	102
CAPÍTULO 15 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS	103
CAPÍTULO 16 - MAPA ESTRATÉGICO E ELEMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DO PDI	106
Linha 1 – Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização	108
Objetivo 1.1 - Elevar a excelência acadêmica e os índices de qualidade dos cursos	108
Objetivo 1.2 - Avançar e inovar na pedagogia universitária	109
Objetivo 1.3 - Aprofundar a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e	
inovação na perspectiva inter e multidisciplinar e entre os níveis de formação	109
Objetivo 1.4 - Ampliar e qualificar o processo de internacionalização da instituição	110
Indicadores da Linha 1 - Excelência acadêmica, pedagogia universitária e	
internacionalização	110
Linha 2 - Universidade inovadora	112
Objetivo 2.1 - Desenvolver sinergia inovadora entre ciência, tecnologia e humanidades	112



Objetivo 2.2 - Disseminar a cultura de inovação, a criatividade, o	
desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo na universidade	112
Objetivo 2.3 - Acelerar o reconhecimento como universidade inovadora	112
Indicadores da Linha 2 - Universidade inovadora	112
Linha 3 - Qualidade do ambiente interno e relações humanas	113
Objetivo 3.1 - Melhorar o relacionamento e o acompanhamento da comunidade	
acadêmica	113
Objetivo 3.2 - Consolidar ações de acesso e permanência dos estudantes	113
Objetivo 3.3 - Desenvolver a comunicação interna e projetos de endomarketing	113
Objetivo 3.4 - Promover a integração acadêmica e estruturar ambientes acolhedores	114
Objetivo 3.5 - Fortalecer a gestão integrada e humanizada	114
Indicadores da Linha 3 - Qualidade do ambiente interno e relações humanas	114
Linha 4 - Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável	115
Objetivo 4.1 - Qualificar a relação da UPF com o poder público, outras instituições e entidades da sociedade civil, ampliando o compromisso social	115
Objetivo 4.2 - Contribuir para o alcance dos ODS, nos âmbitos interno e externo	116
Objetivo 4.3 - Fortalecer relações acadêmicas na/com a comunidade regional, pautadas pela responsabilidade social	116
Indicadores da Linha 4 - Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável	116
Linha 5 - Sustentabilidade estrutural e econômica	117
Objetivo 5.1 - Ampliar a receita	117
Objetivo 5.2 - Redimensionar, otimizar e adequar a infraestrutura instalada	117
Objetivo 5.3 - Alcançar a sustentabilidade econômica e financeira da instituição	117
Objetivo 5.4 - Gerar resultados que possibilitem a realização dos investimentos necessários às atividades da instituição	118
Indicadores da Linha 5 - Sustentabilidade estrutural e econômica	118
Linha 6 - Planejamento e governança estratégica	119
Objetivo 6.1 - Desenvolver governança estratégica, ágil, eficiente, colegiada e democrática	119
Objetivo 6.2 - Qualificar a tomada de decisão com inteligência estratégica	120
Objetivo 6.3 - Consolidar a capacidade institucional de planejamento	120
Indicadores da Linha 6 - Planejamento e governança estratégica	121
16.1 Metodologia de acompanhamento do PDI	122
REFERÊNCIAS	123
ANEXOS	128
Anexo A - Organograma da UPF - 2021/2	128



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Passo Fundo (UPF) apresenta à comunidade acadêmica seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que norteará as ações para os próximos cinco anos – de 2022 a 2026. Articulado à missão e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), este documento revela-se como principal instrumento de gestão e de planejamento interno, guiando a universidade para as temáticas estratégicas identificadas pela comunidade acadêmica como fundamentais ao presente e ao futuro. A consolidação da UPF como instituição comunitária de excelência requer, de todos os que com ela estão envolvidos, clareza dos objetivos e das ações prioritárias a serem executadas, em alinhamento potente, cuja sinergia permita a execução das grandes políticas institucionais estabelecidas no PPI.

Para a composição deste importante documento, primou-se pela adoção de metodologias de trabalho que possibilitassem, ao longo do processo, a participação dos integrantes de todos os segmentos que compõem a vida institucional. As contribuições recebidas em formulário específico on-line foram sistematizadas e cotejadas com outros materiais internos de diagnóstico. Paralelamente, as dinâmicas de diálogo estabelecidas com dirigentes, gestores, professores, funcionários, estudantes e especialistas da educação superior permitiram o estudo da instituição por diversos ângulos, assim como dos contextos econômico e social e de prospecções para a área. A análise dos ambientes interno e externo, na busca por pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças, foi o ponto de partida para subsidiar o cruzamento de dados e consensuar as linhas estratégicas para o próximo quinquênio, trazendo, na perspectiva de uma universidade inovadora, um novo compromisso de desenvolvimento.

A construção do PDI também se ancorou no estudo da legislação pertinente, na leitura de documentos institucionais e externos sobre a conjuntura atual e na troca de informações com outras instituições de ensino superior (IES). Tal dinâmica conduziu à atualização dos valores institucionais, agregando aspectos relacionados ao diálogo, ao pensamento crítico, à interlocução com a comunidade, à interculturalidade, à democracia, ao desenvolvimento regional e à responsabilidade social universitária, como elementos constitutivos da UPF, em todas as suas dimensões. Igualmente, a revisão da visão de futuro projeta uma instituição ainda mais articulada com sua região, porém com o olhar voltado à cidadania global e aos processos de internacionalização, potencializada por uma governança renovada, estratégica e dinâmica, especialmente frente aos desafios complexos que a sociedade contemporânea apresenta.

Como resultado deste trabalho colaborativo, reúnem-se, em único documento, informações relacionadas à estrutura organizacional, às diretrizes didático-pedagógicas, às políticas de desenvolvimento, aos serviços de apoio à comunidade acadêmica, entre outros, contemplando os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e híbridos, em articulação com a pesquisa, a extensão e a inovação. Na projeção da universidade para os próximos anos, apresenta-se um mapa com seis linhas estratégicas, derivadas em objetivos, ações e indicadores, que visam à qualificação dos processos acadêmicos e administrativos da instituição.

No contexto social dinâmico e complexo no qual estamos inseridos, profundamente marcado pelas consequências da pandemia da Covid-19 e pelas transformações na educação superior, reafirma-se a intenção de que este PDI - delineado na perspectiva da integração, da interdisciplinaridade, do planejamento continuado e flexível, do acompanhamento e da avaliação sistemática – permita traçar novos contornos para o futuro da UPF. Deseja-se que este documento possa subsidiar gestores, professores, funcionários e estudantes em suas ações cotidianas, realizadas



com compromisso e seriedade. Temos certeza de que todo movimento individual impacta a coletividade e tem, portanto, o poder de renovar a trajetória de mais de 53 anos desta instituição, sempre construída a muitas mãos, para que permaneça forte e sustentável às novas gerações.

Bernadete Maria Dalmolin Reitora



CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico e desenvolvimento da UPF

Com mais de meio século em sua trajetória, a Universidade de Passo Fundo (UPF) é a mais renomada instituição de ensino superior (IES) na região, com maior número de estudantes e oferta de cursos. Em 2021, oferece 58 cursos de graduação, 15 áreas institucionais, mais de 170 cursos de especialização (presenciais e on-line) em andamento, 4 Programas de Residência Profissional e 2 Programas de Residência Multiprofissional, 15 cursos de mestrado, 9 cursos de doutorado e 8 estágios pós-doutorais. Já formou mais de 86 mil profissionais graduados, cerca de 9 mil pós-graduados em nível de especialização e mais de 2.500 nos níveis de mestrado e doutorado. Atende a, aproximadamente, 10 mil alunos, conta com cerca de 800 professores e 850 funcionários.

A UPF foi criada pelo Decreto Federal n. 62.835, de 6 de junho de 1968. Sua implantação, todavia, resultou da união, em 1967, de duas instituições que desenvolviam ensino superior no município desde a década anterior: a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico, integrado pela Mitra Diocesana de Passo Fundo e por outras entidades religiosas da cidade. Essas duas entidades uniram-se para criar a Fundação Universidade de Passo Fundo¹ (FUPF), em 28 de junho de 1967. Devido à sua relevância, foi declarada de utilidade pública nos níveis municipal, estadual e federal.

Certificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (Ices)², de caráter público, não estatal, sem fins lucrativos, voltada para interesses exclusivamente educacionais, a UPF está configurada nos seguintes termos: a) por ter sua origem na comunidade, por meio do empenho e pela vontade de instituições locais e da população regional; b) por ser mantida e gerenciada pelo seu corpo docente, discente, técnico-administrativo e por representantes da comunidade regional; c) pelo fato de seu patrimônio pertencer à coletividade; d) por receber apoio dos poderes municipais, estadual e da União; e) por ter caráter ecumênico e não confessional; f) por manter estreito vínculo com a comunidade.

Como instituição comunitária, sustenta-se a partir de uma composição entre recursos privados, oriundos das mensalidades pagas pelos estudantes; públicos, concedidos por isenções fiscais, e, ainda, por meio de repasses via editais que concedem bolsas de estudos aos estudantes; bem como por recursos para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A identidade da UPF com o modelo comunitário de educação superior exige o compromisso com uma gestão baseada na transparência e na colegialidade, contando com a participação de representantes da comunidade regional nos órgãos colegiados deliberativos, ao lado da representação dos distintos segmentos acadêmicos (professores, funcionários e estudantes). Atendendo à legislação, a UPF foi qualificada como Ices, conforme Portaria n. 220, de 26 de fevereiro de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação.

¹ A FUPF foi declarada de utilidade pública municipal, pelo Decreto n. 7, de 3 de julho de 1967; estadual, pelo Decreto n. 18.679, de 16 de outubro de 1967: e federal, pelo Decreto n. 62.575, de 22 de abril de 1968.

² A Lei n. 12.881, de 2013, dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias de educação superior. Essa lei descreve características básicas para a qualificação das instituições comunitárias: constituição na forma de associação ou fundação de direito privado, patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público, não distribuição da sua renda, aplicação integral dos recursos nas suas atividades e desenvolvimento permanente de ações comunitárias. Por meio da Portaria n. 220, de 26 de fevereiro de 2015, publicada no DOU em 2 de março de 2015.



A sede administrativa da UPF, e também a principal, está situada no município de Passo Fundo, região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O município de Passo Fundo possui uma área de 783,4 km² e uma população de, aproximadamente, 206.103 habitantes – estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 -, resultando em uma densidade demográfica de 235,92 habitantes/km². É o município de maior destaque do Planalto, considerando os aspectos de população, diversidade e dinâmica de atividades econômicas, atendimento à saúde e, de modo particular, à educação superior, condição que conquistou e que se deve, entre outros fatores, à presença da universidade.

Em 1988, a Constituição federal assegurou a descentralização das atividades acadêmicas das universidades, estendendo-as às cidades de maior densidade populacional de sua abrangência. A disposição e o compromisso da universidade em ser um centro irradiador e transformador da estrutura econômica, social e cultural de sua área de intervenção encontraram respaldo nos municípios-polos circundantes. Tais intenções e propósitos levaram à concretização do atual modelo de organização da instituição, viabilizado em 1993, de acordo com o Parecer n. 772/1993 do Conselho Federal de Educação. Com base nessa normativa, a UPF criou os campi universitários de Palmeira das Missões, Soledade, Lagoa Vermelha, Carazinho e Casca. Em 2003, foi criado o Campus Sarandi. Assim, a UPF se tornou uma instituição regional e multicampi.

Atualmente, está constituída pela sede administrativa, localizada no município de Passo Fundo (campi I, II e III), e por seis campi situados nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade – demonstrados na Figura 1. Em função da descentralização e do desenvolvimento das atividades acadêmicas em outros municípios, expandiu-se significativamente a área de abrangência, que, hoje, compreende mais de 150 municípios das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, nos quais a população é estimada em, aproximadamente, 1.000.000 de habitantes. A UPF recebe ainda estudantes de outros estados, principalmente do Oeste do estado de Santa Catarina e do Sudoeste do estado do Paraná.

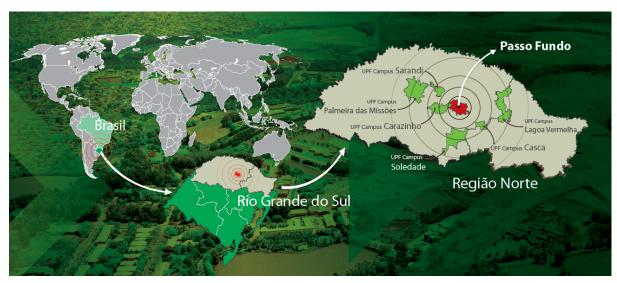


Figura 1 – Estrutura multicampi instalada em Passo Fundo e região Fonte: Núcleo Experimental de Jornalismo (Nexjor – UPF) e Setor de Informações Institucionais (Reitoria).



As características dos municípios-sede dos campi da UPF encontram-se discriminadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Características demográficas dos municípios-sede dos campi da UPF com suas respectivas áreas, populações e densidades demográficas - 2021

Município	População (hab.)	Área geográfica (km²)	Densidade populacional (hab./km²)
Carazinho	62.413	666,694	89,19
Casca	9.070	272,041	31,83
Lagoa Vermelha	27.751	1.260,227	21,78
Palmeira das Missões*	32.967	1.421,101	24,18
Passo Fundo	206.103	784,407	235,92
Sarandi	25.024	351,717	60,23
Soledade	31.067	1.215,056	24,76

Fonte: IBGE (2021).

Em consonância com seus princípios orientadores e visando cumprir sua missão, a UPF procura estabelecer interfaces com a sociedade, participando na identificação e na solução de problemas socioeconômicos dos municípios de sua região de abrangência, por meio de iniciativas voltadas à educação integral que possam contribuir para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento regional sustentável. O estabelecimento de vínculos com a comunidade regional está pautado por diversas atividades realizadas por diferentes unidades acadêmicas, seus centros, núcleos e programas.

Em 2013, a universidade conquistou seu credenciamento pleno para a modalidade de educação a distância (EaD), oficializado com a publicação da Portaria n. 49, de 22 de janeiro de 2013, no Diário Oficial da União. Em 2015, ofertou o primeiro curso de pós-graduação nessa modalidade: o MBA em Gestão e Governança em Tecnologia da Informação. Gradativamente, as ações em EaD também alcançaram o ensino na graduação, por meio da oferta de disciplinas a distância nos cursos reconhecidos, bem como iniciativas de extensão e pesquisa. A partir de 2022, a instituição ofertará 9 cursos de graduação na modalidade EaD e, ainda, mais de 150 opções de pós-graduação lato sensu.

Entre os anos 2010 e 2021, a UPF ampliou o ensino em nível stricto sensu, como consequência da capacitação de seus docentes e do fortalecimento da pesquisa institucional. Nesse período, a UPF definiu, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), metas de expansão da pós-graduação, resultando em 15 programas de pós-graduação e em 9 cursos de doutorado.

Paralelo a esse movimento de expansão do stricto sensu, a UPF consolidou e concretizou a ideia do Parque Científico-Tecnológico UPF Planalto Médio, inaugurando o primeiro módulo em 2013. Após, foram implantados os módulos II e III. Destaca-se, nesse processo, a criação da rede de inovação Conecta UPF, que congrega todos os atores institucionais (pessoas e setores) do Parque Científico e Tecnológico UPF Parque, da Incubadora de Empresas da UPF, da Agência de Inovação Tecnológica – UPFTec e da Rede Analítica.

A sociedade está cada vez mais plural e competitiva e exige agilidade e flexibilidade institucional. Também é decisiva a formação do profissional com olhar ampliado, dirigido ao todo,

^{*}Em relação ao Campus Palmeira das Missões, a instituição deliberou, em 09/11/2021, com registro na Ata 615 do Conselho Universitário (Consun), pela interrupção definitiva da oferta de vagas e está, no momento, em tratativas com vistas à sua desativação/extinção legal.



com condições de conviver, interagir e dialogar com pontos de vista diferentes. Tais disposições, vinculadas à permanente formação humanística, à especialização tecnológica e científica, possibilitam o desenvolvimento da invenção criativa, a qual é combustível eficiente para posicionar adequadamente as instituições no âmbito da sociedade competitiva, fato que corrobora a sua responsabilidade socio-político-econômica frente às necessidades da comunidade em que está inserida e para a qual converge sua ação. Essa condição aumenta a responsabilidade institucional de promover o envolvimento da sociedade em espaços acadêmicos, para apresentação de demandas e estabelecimento de ações e projetos conjuntos, bem como para participar em conselhos municipais de políticas públicas, comissões, comitês e demais órgãos colegiados de interesse público.

Com efeito, desde sua criação, há mais de cinco décadas, a UPF vem desempenhando relevante papel no desenvolvimento regional, por meio do oferecimento de formação de qualidade aos cidadãos que compõem a comunidade da qual faz parte, participando do processo de desenvolvimento humano, social, educacional, cultural, econômico e tecnológico da região Norte do Rio Grande do Sul.

1.2 Missão, visão e valores institucionais

Apresentam-se, a seguir, a missão, a visão de futuro e os valores institucionais:

Missão

Produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação.

Visão

Consolidar-se como universidade comunitária regional, pública não estatal, de excelência, por meio do reconhecimento de sua qualidade, seus valores acadêmicos, seu compromisso social e suas ações inovadoras e sustentáveis, primando pelo desenvolvimento regional e pela inserção internacional, com base em uma governança dinâmica e estratégica.

Valores

- Interlocução com a comunidade
- Desenvolvimento regional e sustentabilidade
- Diversidade, pluralidade e interculturalidade
- Qualidade acadêmica
- Gestão colegiada e planejada
- Inter e multidisciplinaridade
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- Autonomia didático-científica
- Inovação
- Responsabilidade social universitária
- Diálogo e pensamento crítico
- Justiça, ética e equidade
- Democracia e cidadania.



1.3 Finalidades

A UPF teve novo Estatuto aprovado em 16 de novembro de 2021, pelo Consun, em consequência do processo de reestruturação organizacional que está em andamento na instituição. Tal documento, que entrou em vigor na data de sua aprovação, produzirá seus efeitos com a implementação da nova estrutura político-acadêmica, a partir do início do segundo semestre de 2022. Nesse contexto, apresenta-se, a seguir, o conteúdo atualizado do artigo 3º do referido documento (UPF, 2021, p. 3):

- Art. 3º A UPF, constituída pela comunidade de professores, técnicos-administrativos e estudantes, para alcançar sua finalidade precípua, propõe-se:
- I manter, desenvolver e aperfeiçoar, de forma integrada e interdisciplinar, o ensino superior em suas várias modalidades, bem como outros graus e tipos de ensino, com vistas à formação integral do ser humano;
- II incrementar e qualificar, em nível crescente e ininterrupto, as atividades de ensino (graduação, pós-graduação lato e stricto sensu), pesquisa, inovação e extensão, assim como as relações com a comunidade, contribuindo para a formação e o aperfeiçoamento contínuo das pessoas;
- III formar profissionais e especialistas em diversas áreas do conhecimento, habilitados para o exercício das diferentes profissões, cujo perfil associe a capacitação técnica e científica à formação humanística;
- IV estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento inovador
- V promover a pesquisa, a tecnologia, a inovação e a extensão nas diversas áreas do saber, divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos, bem como difundir o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VI estudar os problemas socioeconômicos da comunidade e contribuir para a solução dos dilemas regionais e globais, de natureza educacional, social, cultural, tecnológica e econômica, cooperando no processo rumo ao desenvolvimento que articula todos os saberes;
- VII integrar-se à comunidade regional, atuando sob a forma de cursos, eventos, serviços, programas, projetos e outras atividades;
- VIII contribuir com os processos de desenvolvimento mediante a produção e a difusão do conhecimento e da cultura, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão, da tecnologia e da inovação, garantindo, para todas as áreas da atividade profissional, recursos humanos preparados do ponto de vista tecnológico, científico, político e social, capazes de responder aos desafios da contemporaneidade;
- IX promover o intercâmbio científico e cultural com instituições nacionais e internacionais;
- X estimular a inovação, sustentabilidade e a tecnologia por meio da proteção e da transferência do conhecimento gerado na Universidade.

1.4 Contexto da educação superior

complexo contexto da educação superior constitui-se de diversas condições inter-relacionadas que se manifestam em diferentes níveis de abrangência interdependentes. As condições educacionais, culturais, econômicas, sociais e políticas entrelaçam-se em níveis local, regional, nacional e global. As transformações das sociedades contemporâneas impõem novos desafios à educação superior e ao papel da universidade no desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, sucessivas crises, socioeconômica, ambiental e sanitária, delimitam um cenário altamente desafiador para a instituição. A pandemia da Covid-19 e a amplitude de seus efeitos ainda continuarão a afetar o desenvolvimento educacional ao longo da década e serão sentidos



especialmente no período de vigência deste PDI. Já as políticas públicas atuais para a educação superior caracterizam-se pela restrição do financiamento público ao acesso, sem perspectivas de sua retomada, além da promoção da mercantilização. Das transformações da educação superior, importantes fenômenos globais também são sentidos no contexto local, tais como o hibridismo, a mercantilização, a desagregação, a digitalização, a massificação, as desigualdades e a internacionalização.

O desenvolvimento institucional depende da observação sistemática de fatores de risco do contexto da educação superior, em especial os de ordens política e econômica, bem como, mais recentemente, devido ao contexto de concorrência, aqueles de caráter mercadológico. São eles: políticas públicas de educação superior; transformações da educação superior; concorrência direta e indireta; desenvolvimento do modelo comunitário de educação superior; financiamento estudantil para a educação superior; vocações econômicas e demandas regionais; contexto e desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil, do RS e da região; imagem e reconhecimento institucional. Esses fatores articulam-se com fatores de ordem interna, como o modelo de gestão e o modelo acadêmico. O arranjo sistêmico caracterizado pela interação desses fatores produz as condições de manutenção do modelo comunitário de educação superior.

A partir de documentos, relatórios e estudos sobre educação superior e consulta com especialistas no tema, pode-se delimitar o contexto atual, críticos ao desenvolvimento institucional no período de 2022 a 2026, assim como identificar desafios e perspectivas futuros. Características desse contexto estão relacionadas a seguir:

- Retração de políticas públicas e programas de governo de apoio, incentivo e financiamento à educação superior: no campo das políticas de educação superior no Brasil, foi intensificado o processo de retração do financiamento público - enquanto 21,3% dos ingressantes contavam com o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) em 2014, em 2019 esse índice caiu para 2,2% - e não há perspectiva de sua retomada ou de novos programas de fomento à educação superior no curto prazo.
- Ampliação do financiamento institucional para o acesso e a permanência de estudantes: o financiamento do acesso tem sido promovido pelas próprias instituições, de modo reembolsável e não reembolsável - enquanto 14,4% dos ingressantes contavam com financiamento da própria IES em 2014, em 2019 esse índice saltou para 40% –, com grande dificuldade de lastro para manutenção dos programas. Tal política, somada aos impactos da pandemia da Covid-19, agrava a situação financeira das IES privadas e, especialmente, das comunitárias, bem como o alcance de sua missão e da qualidade acadêmica.
- Intensificação do cenário de "quase mercado" na educação superior brasileira: o cenário de "quase mercado" ocorre quando tanto o Estado quanto o mercado participam do processo estrutural de regulação do sistema.
- Predomínio de instituições privadas mercantis no sistema de educação superior: o sistema de educação superior brasileiro conta com 50% em instituições privadas mercantis e 25% em instituições estatais gratuitas.
- Expansão da educação superior na modalidade EaD: a tendência nacional de expansão da educação superior na modalidade EaD, mercantil e de baixo custo também é percebida no Rio Grande do Sul. No estado, as matrículas presenciais continuam a tendência de decréscimo verificada desde 2016. De 2018 para 2019, as matrículas presenciais caíram 12,6% na rede privada. Na modalidade EaD, nesse mesmo período, houve um salto de 20,3% das matrículas na rede privada no estado.



- Retração do ensino médio: apesar da ampliação das taxas de atendimento, observa-se redução da quantidade de matrículas no ensino médio.
- Impacto da crise socioeconômica na retração da educação superior: o cenário brasileiro de crise socioeconômica, além de provocar a redução no ingresso e na permanência de estudantes, afeta todas as dimensões do desenvolvimento institucional. O contexto econômico apresenta grandes desafios, como: aumento do endividamento das famílias; elevação da taxa de desemprego; aumento da inflação; desvalorização do real; redução das perspectivas de crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2021 e 2022; aumento da pobreza (55% dos brasileiros tiveram restrição alimentar em 2020); e retorno do aumento de desigualdades socioeconômicas.
- Desaceleração da demanda por educação superior: as taxas de demanda por educação superior estão desacelerando, impactadas pela retração do financiamento público, pela crise econômica e, recentemente, pela pandemia da Covid-19.
- Ampliação da concorrência mercantil: acirramento da concorrência da oferta de serviços de educação superior, especialmente com a ampliação de polos de EaD por instituições mercantis e, mesmo, outras comunitárias.
- Favorecimento do sistema privado mercantil: políticas públicas de educação superior favorecem o sistema privado mercantil, provocam a retração do sistema público federal e ignoram o sistema comunitário.
- Reconhecimento do protagonismo da educação superior para os ODS: a educação superior tem sido reconhecida como instituição protagonista para o desenvolvimento sustentável, notadamente em pactos e políticas supranacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Desencorajamento ao ingresso na educação superior: o agravamento da crise econômica e a ampliação das desigualdades sociais e econômicas desfavorecem e desencorajam a opção pela educação superior. Amplia-se, assim, a percepção da educação superior como um privilégio de quem "pode pagar", ao invés de um direito de todos.
- Ampliação das iniquidades na educação superior: a crise econômica, a restrição de financiamento público e o desencorajamento restringem oportunidades de acesso, agravam desigualdades sociais, econômicas e culturais e ampliam as iniquidades nas condições de acesso, permanência e conclusão na educação superior.
- Persistência da pandemia da Covid-19 e alerta sanitário: a crise pandêmica da Covid-19 prolonga-se há dois anos, com efeitos que vão se fazer sentir ao longo da década de 2020, especialmente nos próximos anos, com atenção redobrada a possíveis variantes e/ou novas crises sanitárias.
- Apropriação de tecnologias educativas e de modalidades remotas e híbridas: as experiências emergenciais desenvolvidas durante a pandemia pela comunidade acadêmica provocaram a aceleração da curva de aprendizagem e apropriação de tecnologias educativas para ensino remoto e híbrido, assim como o aperfeiçoamento da pedagogia universitária.
- Meios de informação alternativos à educação superior: houve a popularização de meios de informação alternativos, que competem com a educação superior como fontes de conhecimento e formação para o ingresso no mundo do trabalho ou desenvolvimento de capacidades humanas e laborais.



- Educação superior como formação profissional: consolida-se a percepção e o modelo de educação superior limitada à formação e à habilitação profissional.
- Reconhecimento da diversidade de perfis da população jovem: é reconhecida a complexidade do perfil da população jovem, que não pode mais ser descrita como uniforme e homogênea. Contudo, podem ser identificados traços marcantes, que se evidenciam de forma híbrida, em maior ou menor grau em determinados grupos, como: altamente conectados às mídias digitais; consumidores "vorazes" de cultura e entretenimento nos mais diferentes formatos; constituidores de culturas complexas e universos próprios, híbridos, diversos e fluidos, nos quais participam intensamente; articulam e transitam com naturalidade entre o "on" e o "off", o local e o global; são mais abertos à interdisciplinaridade, criam pontes entre seus temas de interesse e produzem inovações; mas também podem ser mais dispersos e impacientes.
- Experiência e bem posicional na escolha pela educação superior: o bem posicional é um valor instrumental da educação superior, que corresponde às características e às vantagens obtidas no mundo do trabalho e na obtenção de recursos a partir da conquista do diploma. Verifica-se a ampliação da influência do valor posicional (status e reconhecimento de cursos e instituições) nas escolhas dos estudantes. Concomitantemente, verifica-se a ampliação da influência do desejo por "experiência universitária" para aqueles com condições sociais, culturais e econômicas de acesso à educação superior. Mas a busca por esse desejo por "experiência" pode não necessariamente levar à educação superior.
- Demanda por egressos com novos conhecimentos e múltiplas competências: ampliam-se as demandas por egressos com novos conhecimentos, competências e múltiplas habilidades, para dar conta dos desafios complexos do desenvolvimento social e do mundo do trabalho.

1.5 Contexto institucional e o novo PDI

A compreensão do contexto e a antecipação de cenários futuros, relacionados às IES, são tarefas exigentes. Haverá cenários aparentemente mais prováveis e outros menos prováveis de materialização. O delineamento de cenários, quando da produção deste PDI, torna-o especialmente complexo. Pandemia, instabilidade econômica, empobrecimento da sociedade e desinvestimento na educação são alguns dos desafios vivenciados pelas IES.

Para além da relevância de prover informações apropriadas para tomar decisões estratégicas, compreendendo o contexto em que a instituição está inserida, a UPF tem o compromisso de perceber o cenário e de buscar, permanentemente, o atendimento às necessidades da comunidade e a articulação com os diferentes setores da sociedade para a formação de profissionais qualificados, éticos e cidadãos, nas mais diferentes áreas. Nas vivências de ensino, pesquisa, extensão e inovação, os acadêmicos articulam teoria e prática e se integram ao universo do trabalho, retroalimentando as práticas universitárias, a partir da consideração da realidade social na qual se inserem. Por isso, o contexto e os cenários da educação superior têm perspectivas diferenciadas. Em decorrência das interações com o ambiente e com as pessoas com as quais está envolvida, a universidade está em constante mudança, de modo a se adaptar às novas realidades, às demandas da sociedade do conhecimento, ao contexto dinâmico e desafiador que a conjuntura impõe.

A busca contínua pela excelência acadêmica, pela sustentabilidade financeira e pela responsabilidade social movimenta os atores institucionais na construção de alternativas que possam



minimizar os impactos das profundas mudanças que atingiram a educação superior, especialmente nas últimas duas décadas, e as universidades comunitárias, de forma singular.

A crise sanitária e econômica causada pela pandemia da Covid-19 fez de 2020 e 2021 anos atípicos, nos quais a instituição precisou traçar seus caminhos por terrenos instáveis e com dificuldades inéditas. Tais percursos envolveram toda a comunidade acadêmica, de diferentes formas e em diversas frentes de atuação: na construção de diretrizes institucionais para projetos pedagógicos; na realização de reformas curriculares em todos os cursos; na aproximação com colegas de distintas áreas do conhecimento; na intensa incorporação da tecnologia ao cotidiano educativo; na discussão sobre modelos de gestão e governança; na prospecção de nova organização das unidades acadêmicas; no cuidado com a saúde e com o bem-estar individual e coletivo; na projeção da modalidade EaD na graduação e na pós-graduação lato sensu; na ampliação da oferta de formação continuada; na viabilização de soluções para a sustentabilidade; no acompanhamento dos estudantes; na relação com a comunidade regional.

Para dar conta dessa nova realidade, a construção do PDI 2022-2026 propôs a adoção de novas metodologias de trabalho e de dinâmicas de diálogo que, ao debruçar-se sobre o estudo profundo da instituição por meio de diversos ângulos, objetiva a sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção do plano, visando um otimizado grau de interação com o ambiente e uma atuação inovadora e diferenciada.

O ponto de partida do trabalho teve como diretriz a análise de ambiente da UPF, essencial no processo de planejamento. A metodologia definida pela Comissão de Elaboração do PDI contou com consultas a dirigentes, gestores, professores, funcionários, estudantes e especialistas da educação superior, realizadas por meio de questionários eletrônicos e reuniões. A análise buscou reunir percepções para pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Pela análise de ambiente interno, buscou-se identificar os pontos fortes, correspondentes aos recursos e às capacidades que juntos se transformam em vantagem competitiva para a instituição em relação aos seus concorrentes. Da mesma forma, buscou-se reconhecer fragilidades que a instituição apresenta em comparação com seus concorrentes atuais ou em potencial. No ambiente externo, figura a análise de variáveis políticas, econômicas e socioculturais; além de mercado, concorrência, tecnologia e legislação.

De posse dos apontamentos, a comissão iniciou o trabalho de análise e sistematização das informações. As percepções da comunidade acadêmica e de especialistas baseiam a construção da Matriz Swot, subsidiando o cruzamento de dados e a avaliação da influência que as forças e as fraquezas possuem sobre as oportunidades e as ameaças.

Ao se olhar para o contexto da instituição, compreende-se que o caminho de construção de um novo PDI revela o esforço de sistematização de elementos que estão presentes na sua trajetória e que marcam seu caráter comunitário, com a inclusão de outros que, calcados no contexto atual, são necessários à sua constante evolução, necessitando, portanto, de atenção e de acompanhamento. Cabe também ressaltar que o conjunto de valores, políticas, linhas, objetivos e ações estratégicas reunido neste documento, a ser assumido coletivamente, considera os desafios que as IES têm em relação ao impacto de suas ações, destacando a promoção do desenvolvimento sustentável, o compromisso social e a inovação.

Construído por muitas mãos, em um esforço colaborativo da comunidade acadêmica, o PDI 2022-2026 busca definir os rumos que a UPF tomará nos próximos 5 anos. Respeitando as linhas estratégicas que nortearam o PDI 2017-2021, o PDI 2022-2026 é composto por 22 objetivos e 138 ações estratégicas, distribuídas em 6 linhas. Em relação ao plano anterior, houve a criação de uma



nova linha, a da "Inovação universitária", e a mudança de nomenclatura das linhas "Excelência pedagogia universitária e internacionalização" e "Responsabilidade social e acadêmica, desenvolvimento sustentável".

A inovação e o desenvolvimento, compromissos do posicionamento estratégico da UPF, são expressões do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, a inovação na dimensão acadêmico-pedagógica é inserida no contexto da UPF como uma importante linha de ação para o desenvolvimento, buscando intensificar a articulação entre ensino-pesquisa-extensão com foco no fazer melhor, com maior impacto na sociedade. No relacionamento com a sociedade, a UPF vive uma constante busca do que lhe é demandado, caminhando em direção ao protagonismo dela esperado.

As iniciativas relacionadas às práticas pedagógicas inovadoras devem ser estruturadas e disseminadas de modo a se ter um ambiente de inovação ampliado no ensino. Além disso, a criação e a reestruturação dos cursos devem se consubstanciar balizadas em uma perspectiva alinhada aos desafios globais de formação no ensino superior. Para que a formação universitária esteja em consonância com as demandas atuais da sociedade, faz-se necessária a convergência de uma série de elementos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem nesse contexto. Portanto, é preciso estimular a criatividade e a inventividade, além de possibilitar uma aprendizagem ativa, interativa e autônoma, viabilizando a troca de conhecimento e a colaboração entre pares.

Ademais, a incorporação de novas tecnologias no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem torna-se imperativa, desde que considere as contingências socioeconômicas, as possibilidades cognitivas e a realidade objetiva de docentes e discentes, adotando a mediação didática e tecnológica de forma qualificada e inclusiva. O Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei n. 13.243/2016), regulamentado pelo Decreto n. 9.283/2018, alterou a legislação na área e proporcionou a criação de um ambiente mais favorável à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas universidades. O desenvolvimento de pesquisas que possam gerar novas tecnologias tem se tornado uma prática permanente, tendo em vista os potenciais benefícios para a sociedade. A proteção dessas tecnologias tem como objetivo resguardar os direitos patrimoniais da instituição perante os investimentos intelectuais e financeiros aplicados no desenvolvimento das pesquisas, mas também permitir que esses novos produtos e processos sejam licenciados, gerando recursos para a instituição, os quais serão reinvestidos em inovação. O ambiente de inovação na instituição tem sido fortalecido com o desenvolvimento de atividades de empreendedorismo, de ações de interação com empresas e de pesquisas em estreita relação com o setor produtivo e governamental, ampliando o envolvimento da UPF com a sociedade.

Ainda, comparativamente ao PDI 2017-2021, o novo plano apresenta indicadores para cada linha, com a finalidade de acompanhar a evolução do PDI 2022-2026. Buscando o alinhamento aos demais instrumentos de gestão da universidade, a matriz do PDI 2022-2026 é apresentada no capítulo 16.

1.6 Linhas estratégicas de atuação para 2022-2026

As linhas estratégicas têm por objetivos definir caminhos e congregar o conjunto de objetivos destinados ao alcance de resultados e à implementação de políticas institucionais. Para o desenvolvimento da UPF e o cumprimento de sua missão, as ações institucionais planejadas para o período de 2022 a 2026 estão organizadas em seis linhas estratégicas. A elaboração de tais linhas considerou o diagnóstico institucional e a análise dos contextos interno e externo.



As linhas estratégicas para o desenvolvimento da UPF no período de 2022 a 2026 são apresentadas a seguir e na Figura 2:

- Linha 1 Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização
- Linha 2 Universidade inovadora
- Linha 3 Qualidade do ambiente interno e relações humanas
- Linha 4 Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável
- Linha 5 Sustentabilidade estrutural e econômica
- Linha 6 Planejamento e governança estratégica

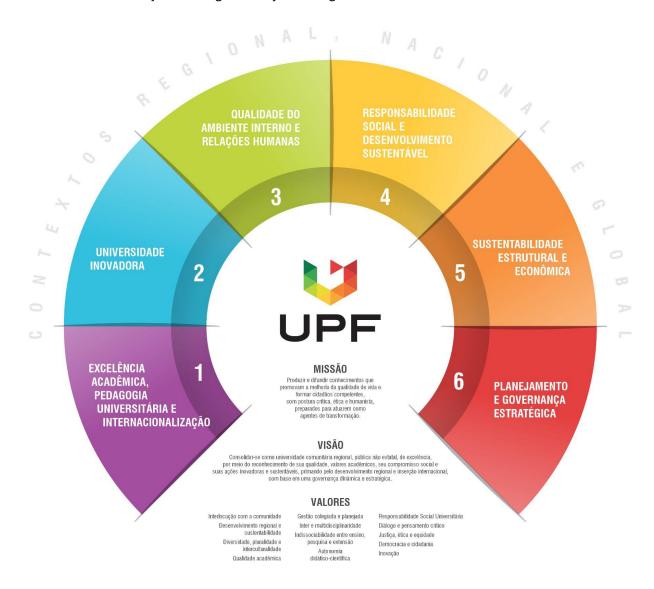




Figura 2 – Linhas estratégicas para 2022-2026 Fonte: Comissão de Elaboração do PDI (2021).



Linha 1 - Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização

A linha estratégica "Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização" se consubstancia, especialmente, na observância da missão institucional e na atenção aos valores acadêmicos. A pedagogia universitária busca mobilizar os docentes a tornarem-se investigadores da própria ação pedagógica e, consequentemente, viabilizar a recriação e a qualificação do processo ensino-aprendizagem. Constitui-se como um processo pedagógico institucional que contempla planejamento, execução e avaliação, pautado por pressupostos emancipatórios e metodologias problematizadoras e inovadoras, voltados à formação integral, com ênfase em autonomia, criatividade, responsabilidade e cidadania (UPF, 2017, p. 41). Nessa concepção, a excelência acadêmica está essencialmente vinculada à qualidade educativa, nos âmbitos pedagógico, técnico e político, como resultante da construção do conhecimento pelos sujeitos e à garantia de aprendizagem significativa de conteúdos e práticas pertinentes ao exercício profissional cidadão (UPF, 2017, p. 38).

Transversalizando as ações acadêmicas, a internacionalização se constitui como um princípio e um processo, em resposta às demandas interna e externa, buscando consolidar-se como uma política de internacionalização abrangente, por meio de estratégias coordenadas entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de potencializar o engajamento global sustentável e justo.

Linha 2 - Universidade inovadora

A linha estratégica "Universidade inovadora" articula a natureza transformadora do conhecimento, a natureza comunitária da instituição, o seu projeto pedagógico, os desafios para o desenvolvimento regional sustentável e as transformações contemporâneas da educação superior. Essa linha atua em três frentes. Primeiro, fomenta a interdisciplinaridade, a indissociabilidade e cria sinergia entre ciência, tecnologia e humanidades. Depois, concentra-se nas condições para desenvolver inovações. Por fim, promove a interlocução com a comunidade e invoca o protagonismo da UPF para um desenvolvimento regional inovador e sustentável.

Ao longo dos últimos séculos, as universidades lideraram o processo de desenvolvimento tanto das pessoas, do ponto de vista intelectual, como dos países, dos pontos de vista econômico e social. Na segunda metade do século XX, em um mundo marcado pela revolução tecnológica, além dos propósitos de ensino e pesquisa, a universidade agregou a inovação e o empreendedorismo à sua missão. Hoje a sociedade demanda da universidade o protagonismo no seu processo de desenvolvimento, seja social, ambiental, econômico ou cultural.

Na UPF, a inovação é um dos núcleos fundantes do projeto pedagógico, no qual o termo é compreendido a partir de uma concepção polissêmica, adequada à natureza universitária da instituição. Compreende-se a inovação como fenômeno pedagógico, tecnológico e social, "quando processos se instauram e possibilitam a produção de conhecimentos e soluções novas ou significativamente melhoradas, que contribuam com o desenvolvimento responsável da sua região de influência, buscando a aproximação da instituição com a sociedade, suas necessidades e demandas" (PPI, 2016, p. 31). Essa concepção exige contextualizar histórica e socialmente os processos de inovação nos ambientes em que a universidade está inserida e atuando como agente criativa de desenvolvimento sustentável.

O empreendedorismo, outro núcleo fundante do projeto pedagógico, reafirma a natureza comunitária e transformadora da instituição, como "excepcional instrumento de desenvolvimento



local e regional, guiando-se pelas necessidades que emergem no contexto atual, pela proatividade estratégica para mudanças" (PPI, 2016, p. 32).

Linha 3 - Qualidade do ambiente interno e relações humanas

A linha estratégica "Qualidade do ambiente interno e relações humanas" cumpre um propósito fundamental no contexto de uma instituição universitária, visto que a produção e a difusão do conhecimento se consubstancia, em larga medida, por meio das relações interpessoais. Nesse sentido, a articulação de um conjunto de ações que têm por objetivos qualificar as condições ambientais e os espaços de estudo e trabalho, melhorar a integração e o comprometimento do corpo social, qualificar as relações humanas e promover uma visão humanista nas relações pretende dar suporte ao desenvolvimento adequado das atividades meios e fins da UPF, bem como contribuir com o importante desafio de se alcançar o equilíbrio institucional entre qualidade acadêmica e sustentabilidade econômica.

Linha 4 - Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

A linha estratégica "Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável" se justifica pela natureza da instituição, essencialmente comunitária. A Política de Responsabilidade Social da UPF é concebida nas dimensões organizacional, da aprendizagem, da ciência e da participação social, estando contemplada como eixo de desenvolvimento institucional, especialmente no que se refere à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, à memória cultural, à produção artística, ao patrimônio cultural e às ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Nessa perspectiva, sua implementação pressupõe processos de diálogo e articulação política, pedagógica e técnica, alinhados à transversalização dos 17 ODS da ONU. Insere-se nos processos de discussão e construção de estratégias institucionais, colocando a responsabilidade social como eixo estruturante, de forma conectada às realidades local, regional e global, em temáticas centrais para o desenvolvimento sustentável a partir da articulação equilibrada e integrada de suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

O desenvolvimento sustentável é concebido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, ciente que a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras" (PPI, 2016, p. 47). Em sintonia com os ODS, busca-se erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e promover a paz e a prosperidade.

Linha 5 - Sustentabilidade estrutural e econômica

A linha estratégica "Sustentabilidade estrutural e econômica" concentra os objetivos que fazem frente ao desafio da sustentabilidade econômico-financeira da instituição, para dar suporte às dimensões acadêmicas de produção e construção do conhecimento, bem como aos projetos para a comunidade. Ancorada em dois pilares, visa à ampliação da receita, ao redimensionamento, à



otimização e à adequação da infraestrutura instalada, com vistas à sustentabilidade e à geração de resultados que possibilitem a realização de investimentos.

Linha 6 - Planejamento e governança estratégica

A linha estratégica "Planejamento e governança estratégica" responde aos grandes desafios do contexto atual de transformação da educação superior, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios internos e busca qualificar o alcance da missão institucional. Ela busca desenvolver uma governança mais ágil, eficiente e estratégica, sem, contudo, abrir mão da colegialidade e de processos democráticos de gestão. Para tanto, é necessário qualificar a tomada de decisão a partir do tratamento inteligente de informações estratégicas, internas e externas. Criam-se, assim, condições para ampliar a capacidade institucional de planejamento, ao mesmo tempo em que se consolida a gestão democrática, um dos princípios teórico-metodológicos do projeto pedagógico da UPF.



CAPÍTULO 2 - PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO

Este capítulo apresenta uma síntese do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), elemento fundamental para orientar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade de Passo Fundo (UPF). Construído coletivamente em 2016, passou a vigorar em 2017, reunindo os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamentam a universidade, bem como as macropolíticas institucionais, orientando as diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão. O documento, na íntegra, encontra-se disponível à comunidade acadêmica na intranet da instituição.

2.1 Princípios teórico-metodológicos

A universidade, historicamente, vem se caracterizando por ser um centro de preservação, produção e socialização de conhecimentos. Por isso, sua tarefa principal centra-se no ensino, na pesquisa e na extensão, a qual vem representada pela pluralidade de suas vozes. Como um modelo eminentemente comunitário, a UPF vê-se ainda mais exigida a cumprir a tarefa de produção e socialização do conhecimento, sobretudo no contexto social plural e complexo, marcado por formas de vida cada vez mais globais, urbanas e tecnológicas. A vida social, em sua cotidianidade, com suas descobertas e sua criatividade, propicia à universidade engates metodológicos, processuais e epistemológicos para a construção do conhecimento, tendo por base um conjunto de princípios, o qual é descrito a seguir.

2.1.1 Universalidade

A universidade, instituição que historicamente reúne a diversidade do conhecimento, é cada vez mais desafiada a cumprir com seu compromisso de investigar, sistematizar e socializar processos e produtos resultantes de seu fazer identitário. O contexto epistemológico atual impregna a cultura, focalizando o conhecimento como fonte produtora dos recursos mobilizadores da vida cotidiana. Imersa na diversidade epistêmica que ela mesma ajuda a criar e manter, a universidade tem, por responsabilidade originária, construir espaços de debates, diálogos, aprofundamentos e sistematizações que considerem e acolham tantas áreas distintas do saber, com enfoques, correntes e perspectivas que se diferem em bases teóricas, métodos e argumentos. Ciente da provisoriedade do conhecimento, importa para a consolidação da identidade acadêmica que a universidade se mantenha aberta e dinâmica no exercício genuíno de sua função social, garantindo a universalidade do conhecimento.

2.1.2 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), as universidades caracterizam-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O desafio permanente está em associar tais dimensões a um processo integral, voltado para uma formação de alta qualidade profissional, humanista, ética, cidadã e crítica de seus estudantes, mantendo o foco na vocação comunitária que constitui a instituição.



A indissociabilidade implica primar por uma formação voltada para a autonomia e manter um movimento contínuo e recíproco entre a instituição e a sociedade, transversalizando o olhar dos projetos pedagógicos. Tal interação se materializa, por parte dos docentes, no aprimoramento intelectual constante, na responsabilidade e na ética na condução das relações pedagógicas, na valorização de princípios democráticos, no compromisso com a formação integral dos sujeitos, no engajamento em atividades de pesquisa e de extensão.

2.1.3 Responsabilidade social universitária

A UPF reconhece a Responsabilidade Social Universitária (RSU) como um compromisso com um conjunto de valores, princípios, diretrizes e metas a serem assumidos coletivamente na instituição, considerando os desafios que as instituições de ensino superior (IES) têm em relação ao impacto de suas ações, destacando o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região; a efetivação de práticas de inclusão social, resultantes de diretrizes institucionais adequadamente implantadas e acompanhadas; a materialização das relações da IES com a sociedade, incluindo a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Além de um modelo de comunicação e de ações pontuais, trata-se de um modelo de gestão democrática da educação superior, ancorado na ideia do compromisso das universidades com a busca de excelência acadêmica e sustentabilidade econômica, social e ambiental.

2.1.4 Qualidade educativa

A qualidade educativa é a inter-relação dos recursos humanos e materiais com os processos de ensino e aprendizagem que permeiam os currículos acadêmicos, sempre buscando contemplar a construção de novos conhecimentos e a formação dos indivíduos. Ela é avaliada a partir do resultado educativo, ou seja, é concebida como resultado da construção do conhecimento pelos sujeitos e da garantia de aprendizado significativo de conteúdos e práticas pertinentes ao exercício profissional cidadão, nos tempos e espaços previstos - pedagógico, técnico e político -, em todo o processo educativo. Como a universidade é uma instituição que tem fortes vínculos com todos os grupos sociais, ela detém o compromisso e a responsabilidade, assumidos no âmbito profissional e das relações com o outro e com o meio, de busca das competências profissional e humana, traduzidas pelo saber e pela capacidade de fazer, numa postura ética, honesta e responsável, com respeito, prudência e solidariedade, entre outras virtudes.

2.1.5 Gestão democrática

A gestão democrática é um processo eminentemente pedagógico e pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a instituição imprime à educação, de maneira a efetivar as decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações. Está associada à compreensão contextualizada das situações e dos movimentos que circundam a prática universitária.

A efetivação da gestão democrática exige a participação de professores, estudantes e funcionários, assim como a organização colegiada no conjunto da instituição. A transparência afirma a dimensão política da instituição. Sua existência pressupõe a construção de um espaço público



vigoroso e aberto às diversidades de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos que estão com ela envolvidos. Os atos de pensar, discutir, fazer e avaliar os projetos e as práticas acadêmicas, administrativas e financeiras, de modo participativo, imprimem qualidade democrática à educação.

2.2 Núcleos fundantes

A UPF assume a tarefa de formar profissionais competentes, autônomos e críticos, capazes de pensar por si mesmos, dispostos a identificar e buscar soluções para os problemas que assolam a humanidade, que impedem o desenvolvimento integral, sustentável e equilibrado da sociedade, de modo particular em sua região de abrangência. O cumprimento da referida tarefa passa pela aliança tripartite entre excelência acadêmica, sustentabilidade acadêmico-financeira e responsabilidade social. A operacionalização dessa aliança remete ao delineamento de políticas e pressupõe a compreensão de alguns núcleos fundantes.

2.2.1 Formação humana

A qualificada formação profissional depende da formação humana ampla e plural, considerando-se a plasticidade da condição humana, ou seja, por sermos seres inacabados é que podemos educar e sermos educados. O ser humano, na acepção aqui considerada, constitui-se em estrutura subjetiva nas dimensões física, racional, emocional, social e espiritual. Em seu compromisso com a formação integral desse sujeito, a universidade promove meios e condições que oportunizam o projeto humano da dignidade, da cidadania e da ética no engajamento social por meio da profissionalização eficaz e comprometida. A formação humana, portanto, transcende o caráter tecnicista do ensino e inscreve-se na proposta integradora da educação.

2.2.2 Território

Para uma instituição de caráter educativo com forte vocação comunitária, o território é categoria importante para se compreender os desdobramentos de sua ação, da construção de sua identidade. Concebido como uma cartografia humana, permeada de significados, histórias e expectativas, implica entender as dinâmicas que atravessam o território nas dimensões verticais e horizontais, suas especificidades locais unidas às redes mundiais, desafia a universidade a uma inserção enraizada com as grandes contradições do espaço geográfico em que se encontra, juntamente ao entendimento dos aspectos e das tendências mundiais dos quais faz parte.

2.2.3 Pedagogia universitária

A educação superior pressupõe a integração de conhecimentos, "subjetividades e cultura, que exige um conteúdo científico, tecnológico ou artístico altamente especializado e orientado para a formação de uma profissão, constituindo-se na Pedagogia Universitária" (LUCARELLI, 2009, p. 36). Esta supõe, especialmente, conhecimentos no âmbito do currículo e da prática pedagógica que incluem as formas de ensinar e aprender. Incide sobre as teorias e as práticas de formação de



professores e dos estudantes da educação superior e articula as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável, nos lugares e espaços de formação.

Esse processo possibilita ao professor tornar-se um investigador da própria ação pedagógica e, consequentemente, viabiliza a recriação e a qualificação do processo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva da pedagogia universitária exige um processo pedagógico institucional que contemple planejamento, execução e avaliação, inclusive dos impactos acadêmicos, constituindo-se a partir de pressupostos emancipatórios, com metodologias problematizadoras e inovadoras, coerentes com o intento da formação integral, voltada para autonomia, criatividade, responsabilidade e cidadania.

2.2.4 Currículo

O currículo é compreendido como núcleo da organização do ensino e da aprendizagem; é instrumento para orientar a prática pedagógica nas dimensões que constituem a universidade; é permeado de cultura e relações de poder; está associado à realidade histórica, cultural e socialmente construída e se reflete em procedimentos didáticos e administrativos que orientam sua prática e teorização. Apresenta-se como estrutura aberta, dinâmica e multifacetada, considerando os movimentos de uma epistemologia formadora da autonomia, da criatividade e do empreendedorismo. É uma construção social do conhecimento que pressupõe a sistematização dos meios para que essa construção se efetive: a abordagem dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, 2002).

2.2.5 Ensino

Ensinar requer o esforço docente de instaurar condições de aprendizagem, levando em conta o processo histórico e a gênese do conteúdo, criando estratégias metodológicas de aprendizagens, formando conceitos e situando os processos cognitivos com vistas a "analisar e resolver problemas e situações concretas da vida prática" (LIBÂNEO, 2011, p. 199).

Dessa forma, o ato de ensinar praticado por um sujeito pressupõe a ação de aprender praticada por outro sujeito, o que implica conceituar a ação de ensinar como um processo relacional e interativo. Logo, implica promover e ampliar o desenvolvimento das aprendizagens, oferecendo ferramentas para pensar cientificamente, operar com conceitos e mobilizar procedimentos lógicos de pensamento. Um processo acadêmico de ensino-aprendizagem precisa transformar o saber científico em conteúdos formativos, considerando os saberes discentes, os instrumentos de mediação e os contextos educativos do ensino, da pesquisa e da extensão.

2.2.6 Docência

A dimensão do trabalho docente na educação superior caracteriza-se pelas atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, de modo indissociável, o que representa o comprometimento da universidade com a construção, a sistematização e a socialização do saber em diferentes campos científicos (VEIGA, 2016).



Pimenta (1999) reconhece o professor como um intelectual em processo contínuo de formação, que desencadeia uma constante reflexão sobre suas práticas e experiências cotidianas, o que ressignifica os saberes docentes e, consequentemente, a identidade do professor. A docência caracteriza-se por processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos e é concebida como um trabalho pedagógico criativo, aberto e em constante movimento, produzindo experiências educacionais inovadoras e em sintonia com as grandes questões sociais.

2.2.7 Formação continuada

A formação continuada é compreendida, no contexto educacional contemporâneo, como uma das possibilidades de qualificar e ressignificar os processos educativos para promover a cidadania e, ainda, carrega na sua essência a formação e a transformação dos sujeitos. Tem como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político dos profissionais que fazem parte dos processos educativos.

A formação continuada pode se caracterizar pela continuidade dos estudos no âmbito da pós-graduação lato sensu e stricto sensu, bem como em processos de formação em serviço. Ela está presente em diferentes instâncias por meio de programas, projetos e políticas, demonstrando que a qualidade da educação superior está intimamente ligada à dimensão da formação permanente de docentes, discentes e funcionários.

2.2.8 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é uma estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre elas, no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. O desafio fundamental, ao se adotar um enfoque interdisciplinar, é tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual se pretende atuar (RAYNAUT, 2004). A perspectiva interdisciplinar não anula a disciplinarização, ao contrário, nutre-se dela, estabelecendo elos de complementaridade e de intersecção entre saberes de diferentes áreas. Desse modo, implica uma organização curricular e didático-pedagógica pautada na integração e na contextualização de conhecimentos.

2.2.9 Inovação

A inovação na universidade pode ser polissêmica (destacam-se as inovações pedagógicas, tecnológicas e sociais), quando processos se instauram e possibilitam a produção de conhecimentos e soluções novos ou significativamente melhorados, que contribuam com o desenvolvimento responsável da sua região de influência, buscando a aproximação da instituição com a sociedade, suas necessidades e demandas. Somente é possível pensar a inovação na universidade na medida em que se situa o processo de inovação no contexto histórico e social em que a universidade está inserida e atuando. Nesse cenário, cabe à universidade colocar-se no epicentro dos acontecimentos, como instituição que busca a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.



2.2.10 Sustentabilidade acadêmico-financeira

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, ciente de que a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. A sustentabilidade é compreendida como a capacidade de manter políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável em longo prazo.

O processo de gestão da UPF, em seus aspectos econômico-financeiros, deverá conduzir a instituição para que os princípios gerais da universalidade, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da responsabilidade social universitária, da qualidade educativa e da gestão democrática sejam cumpridos, sem, contudo, que se percam de vista os preceitos da sustentabilidade.

2.2.11 Empreendedorismo

Diante de seu caráter comunitário, a universidade, ao acolher o estudante, vai além do oferecimento de formação acadêmica profissional, constituindo-se, a partir de suas ações, em excepcional instrumento de desenvolvimento local e regional, guiando-se pelas necessidades que emergem no contexto atual e pela proatividade estratégica para mudanças. Nesse sentido, a universidade assume a condição de vanguarda na busca de soluções para as mais variadas demandas da comunidade, fomentando o desejo de aprendizagem e desenvolvendo habilidades sociais e empreendedoras, com liderança e flexibilização, tanto acadêmica quanto administrativa, de forma a estimular a capacidade e o caráter empreendedor de cada sujeito com quem se relaciona, no cumprimento do seu fazer universitário.

2.3 Políticas institucionais

Considerando a caracterização do contexto emergente no qual a UPF se situa, bem como os princípios que defende em sua proposta pedagógica, o atual PPI propõe um conjunto de políticas embasadas nos parâmetros nacionais que regem a educação superior no país, com o intuito de orientar, de forma orgânica, nos diferentes níveis de gestão, as ações acadêmicas da instituição para os próximos anos, unindo a coragem de inovar e a prudência da consciência histórica:

- Consolidação da qualidade educativa, na perspectiva da integralidade da formação do estudante, mediante o desenvolvimento das ciências, das artes e das humanidades, fomentando o pensamento crítico reflexivo nos diversos campos de saberes e práticas.
- Fortalecimento de políticas de excelência acadêmica, qualidade de vida, defesa e promoção dos direitos humanos, sustentabilidade, geração e socialização do conhecimento.
- Consolidação de uma Pedagogia Universitária Institucional.
- Consolidação da Política de Responsabilidade Social Universitária, em especial, nas dimensões do meio ambiente, da inclusão social, do desenvolvimento social e da preservação da cultura, da memória e do patrimônio.



- Fortalecimento da gestão democrática, colegiada, participativa e ágil em todas as instâncias institucionais, buscando, com uma abordagem sistêmica e estratégica, responder às suas demandas e às necessidades da sociedade.
- Manutenção do compromisso com a autonomia e a representatividade dos órgãos de gestão colegiados, garantindo ampla participação da comunidade acadêmica.
- Fortalecimento da cultura dos planejamentos estratégicos institucional e orçamentário, tendo-os como base para a tomada de decisão e a condução da gestão em todos os seus níveis.
- Manutenção do equilíbrio entre tamanho e qualidade institucional, considerando as requeridas plasticidade e proatividade para as mudanças decorrentes do atual contexto econômico, social e educacional.
- Revisão da estrutura das unidades acadêmicas, com vistas a uma maior integração entre as áreas e à otimização de recursos.
- Qualificação dos programas de acolhimento e apoio ao discente, visando à permanência na instituição e à construção de políticas voltadas à acessibilidade plena (dimensões arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais).
- Acolhimento, valorização e acompanhamento dos egressos.
- Acolhimento, valorização e acompanhamento dos funcionários e dos docentes da universidade.
- Fomento de iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento da cultura da inovação e do empreendedorismo na UPF.
- Modernização e inovação de métodos, tecnologias, projetos pedagógicos e culturas digitais, de modo a transversalizar os saberes e os espaços de aprendizagens.
- Qualificação dos projetos pedagógicos dos cursos, na busca por alternativas inovadoras e criativas em favor da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da interlocução com a sociedade e da formação interdisciplinar.
- Qualificação da política de aperfeiçoamento docente (formação, capacitação, titulação) e do corpo técnico-administrativo, com vistas à excelência acadêmica.
- Qualificação da graduação, da pós-graduação lato sensu e stricto sensu, atendendo aos padrões avaliativos e às demandas sociais.
- Reestruturação do processo de avaliação institucional (ensino, pesquisa, extensão e gestão).
- Qualificação e consolidação da pesquisa institucional, com vistas ao fomento da produção científica nos níveis de graduação e pós-graduação e à aproximação entre a pesquisa e a comunidade externa.
- Consolidação da extensão universitária como processo acadêmico curricular de maneira articulada e indissociável com o ensino e a pesquisa.
- Intensificação da relação entre a universidade e a sociedade de modo que as realidades locais e globais atravessem as dinâmicas da universidade e atuem ativamente no diagnóstico, na problematização e no desenvolvimento social e produtivo do território.
- Ampliação e fortalecimento da interlocução da universidade com as organizações sociais e com as políticas públicas, fomentando as relações multi, intra, inter e/ou transdisciplinares, setoriais e profissionais.
- Aperfeiçoamento da gestão da cultura, do esporte e do lazer, com vistas a integrá-las e otimizá-las como dimensões formativas.
- Qualificação da gestão com vistas a garantir o desenvolvimento institucional.



- Manutenção do compromisso com o caráter comunitário, regional e filantrópico da instituição, bem como do seu status de universidade.
- Constituição de uma política integrada de comunicação institucional.
- Consolidação de uma proposta de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.
- Consolidação e fomento do processo de internacionalização da instituição.
- Fomento de estudos e pesquisas interdisciplinares, na construção de um conhecimento humanista, crítico, responsável, prudente e inovador, capaz de fazer avançar a ciência em prol dos direitos humanos e da sustentabilidade em todos os seus níveis e formas.
- Constituição de uma política para a educação superior tecnológica.
- Manutenção e melhoria da infraestrutura necessária para a efetivação e a consolidação da excelência acadêmica.
- Qualificação dos Planos de Carreira Docente e Técnico-Administrativo, conforme disponibilidade orçamentária.
- Consolidação da modalidade de educação a distância (EaD) como complementar à graduação e à pós-graduação.
- Expansão e qualificação de políticas de articulação da universidade com os diferentes sistemas de ensino e com as diferentes etapas e modalidades da educação básica.
- Aperfeiçoamento de políticas de articulação entre a graduação, a pós-graduação e a extensão.

2.4 Avaliação institucional

A autoavaliação é concebida como um processo formativo e sistemático de busca de subsídios para o aperfeiçoamento da qualidade institucional, proporcionando a verificação da eficácia da configuração institucional, sugerindo diretrizes e critérios para a definição de políticas e metas institucionais e permitindo verificar a adequação dos objetivos institucionais e a consonância entre a missão institucional, os planos de desenvolvimento, os planos pedagógicos da instituição e as práticas cotidianas.

A concepção de autoavaliação preconizada na instituição fundamenta-se na participação democrática e dialógica de autocrítica e autolegislação que envolve toda a comunidade acadêmica, avaliando sua própria finalidade de existência, independentemente das exigências definidas pelos mecanismos de avaliação externos. Assim, o processo de autoavaliação incide sobre a missão institucional e seu PDI, caracterizando-se como um método de pesquisa perene, contínuo, sistemático, crítico e reflexivo, que permite tornar o conhecimento gerado impulsionador de transformações consequentes.

2.5 Projeto Pedagógico dos Cursos

O Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) da UPF, como instrumento pedagógico, político, cultural, científico e profissional, deverá atender à missão institucional, aos princípios e às políticas previstos no PPI, aos objetivos estabelecidos no PDI, em consonância com as diretrizes para o ensino superior, nos níveis de graduação e pós-graduação (modalidades lato sensu e stricto sensu), formuladas em âmbito nacional. Ao mesmo tempo, deverá atender aos requisitos de formação



profissional, que viabilizem o reconhecimento dos cursos nos contextos de trabalho e de sua inserção social.

Elaborados coletivamente, os PPCs constituem-se nos principais documentos de cada curso, por organizar e propor um eixo de ações integradas e interdisciplinares para a ação educativa em diferentes campos conceituais, com base nas habilidades e competências a serem priorizadas ao longo do período de formação. Pressupõe-se a consideração às dimensões sociopolítica, cultural, teórico-científica e técnico-profissional das respectivas áreas, bem como ao perfil do egresso que se deseja formar, inserido numa sociedade que demanda participação coletiva, reflexiva, criativa e ética.

2.6 Avaliação do PPI

O PPI é o documento de maior magnitude que deve nortear a instituição para o efetivo cumprimento da sua missão, pois nele estão refletidas as necessidades da sociedade e a busca pela solução dos seus problemas, assim como a expectativa pela melhoria da vida humana. A busca pela excelência educativa encontra sustentação nos princípios e nas políticas praticados pelos atores inseridos neste documento. O PPI reflete-se nas ações propostas pelo PDI e materializa-se nos PPCs de graduação e pós-graduação, devendo ser revisitado pelo Planejamento Estratégico Institucional. Nesse sentido, cabe à Reitoria convocar todos os setores representativos da comunidade acadêmica para avaliar, periodicamente, o PPI.



CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A missão da Universidade de Passo Fundo (UPF) se traduz no desafio de formar profissionais-sujeitos que saibam refletir sobre si mesmos e sobre os problemas que necessitam ser enfrentados; que tenham consciência crítica sobre a maneira como se organizam e articulam a sociedade e a profissão que irão exercer; que sejam eticamente comprometidos com a promoção humana e com a sustentabilidade; que compreendam a importância e a necessidade do conhecimento no mundo atual e, ao mesmo tempo, seu caráter dinâmico, processual e falível.

Aliados à missão, estão os princípios teórico-metodológicos do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (universalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; responsabilidade social universitária; qualidade educativa; e gestão democrática), que revelam a concepção da universidade acerca do seu papel e, ainda, ancoram o seu ideal de formação. Essa compreensão aponta para uma concepção de qualidade educativa que se apoia em princípios formativos distintos, curricularizados e transversalizados nos cursos.

Em 2019, entendeu-se, institucionalmente, pela necessidade de uma revisão das políticas de graduação em vigor, no sentido de avançar na garantia da integralidade da formação, sustentada pela tríade ensino, pesquisa e extensão, que permita ao egresso da UPF sua relação comprometida com o entorno, a partir dos vieses multi e interprofissional e interdisciplinar.

Com as Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos, aprovadas pelo Conselho Universitário (Consun) em 2019, foram sistematizadas premissas a serem observadas por todos os cursos de graduação, em sua organização didático-pedagógica (Figura 3). O documento reúne: a) os princípios da formação; b) os preceitos legais internos e externos; c) os fundamentos metodológicos; d) os elementos curriculares, organizados por estratégias; e) as orientações acerca da educação especial na perspectiva inclusiva; f) o processo de autoavaliação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC); e g) indicações orçamentárias; como se observa a seguir.

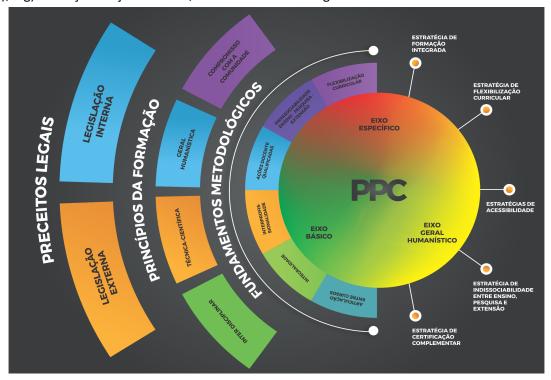


Figura 3 – Conceitos fundantes das Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos da UPF Fonte: Projetos Pedagógicos da UPF (UPF, 2019).



A aprovação das diretrizes resultou em um amplo processo institucional de reformas curriculares realizado na graduação e na pós-graduação em 2020, com base na convicção de se avançar na construção de uma identidade formativa da UPF, especialmente por meio dos princípios e eixos de formação que sustentam o documento, com destaque à interlocução dos cursos que compõem as grandes áreas do conhecimento.

Desdobrados dos princípios institucionais comuns, voltados à formação para a compromisso com a comunidade, interligando conhecimento técnico e científico com o geral humanístico, numa perspectiva interdisciplinar e multiprofissional, tem-se, a seguir, a descrição dos principais elementos que expressam a concepção de formação universitária na UPF (UPF, 2019).

3.1 Integralidade da formação

Uma formação integral prevê, além dos conhecimentos técnicos, científicos e procedimentais inerentes ao mundo do trabalho, a construção de um profissional-sujeito com competências sociais, cognitivas e afetivas, alcançando dimensões que permitam seu desenvolvimento global e sistêmico, como ser em constante transformação. Nesse sentido, o PPC deve prever oportunidades, ao longo da trajetória acadêmica, para o trabalho com competências sociais e atitudinais, qualificando o futuro profissional para uma melhor relação consigo mesmo, com os outros, com a comunidade e com o mundo. Significa, ainda, a projeção de estratégias de ensino voltadas ao pensamento empático, colaborativo, criativo e responsável.

3.2 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, numa lógica de formação integrada, fortalece o compromisso da UPF com as comunidades locais. Isso significa, portanto, estabelecer um movimento contínuo e recíproco entre a instituição e a sociedade, por meio da criação de estratégias que permitam a vivência da pesquisa e da extensão a todos os acadêmicos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estimula o enfrentamento de novos problemas, direcionando o aprendizado e promovendo a autonomia discente. Essa perspectiva metodológica é, em si mesma, fator de inovação, na medida em que favorece a mediação e a integração entre o local e o global, entre a teoria e a prática, bem como a aproximação com a realidade do mundo do trabalho e o desenvolvimento do saber-fazer.

3.2.1 Diretrizes relacionadas à extensão

O art. 3º da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, define a extensão na educação superior brasileira como a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação. Partindo da base legal citada, consideramos que cinco desafios inter-relacionados dão os contornos da extensão universitária contemporânea: a) a extensão como um modo de aprendizagem; b) a ampliação da participação dos estudantes; c) a curricularização; d) a vinculação permanente com os atores sociais no território; e) a transformação social. A necessidade de garantir uma extensão universitária ampla que faça parte dos



processos acadêmicos, que construa aprendizagens e conhecimentos de forma indissociável da pesquisa e do ensino, oportunizando possibilidades formativas conectadas com os espaços de inserção da universidade no território, superando o modelo elitista, fragmentado e desconectado da realidade social, parece ser o grande imperativo do nosso tempo.

Com a vocação de aprimorar maneiras de aprender e produzir o conhecimento amparado numa densa relação com as comunidades interna e externa, a UPF possui as seguintes diretrizes para a extensão universitária em consonância com a Política Nacional de Extensão:

I – Interação dialógica

Não há sentido em pensar a interação, se não for de forma dialógica e plural – pelo menos para uma extensão universitária que se pretenda transformadora. O diálogo entre diferentes saberes, encontrando sujeitos, ciências, técnicas, culturas, formas de viver, jeitos de dizer e pensar, percepções, tempos e espaços, nutre a diversidade de experiências formativas em roteiros abertos ao outro. Somente uma postura dialógica, que movimente a extensão e a universidade para longe da hierarquia de saberes, pode produzir aprendizagens misturadas com os seus territórios.

II – Interdisciplinaridade e interprofissionalidade

A complexidade do mundo contemporâneo exige uma formação compatível. Forjada sob os ímpetos de um pensamento que isolou o conhecimento em um sentimento de área, fragmentando a realidade em diferentes caixas epistemológicas e a formação profissional em um uso meramente instrumental, a universidade necessita de um olhar interdisciplinar e interprofissional para superar esse modelo. O itinerário formativo da atualidade exige a construção de caminhos que flertam entre ciências, filosofias e expressões artísticas, além da aproximação necessária com os saberes populares. Da mesma forma, exige um encontro com diferentes profissionais e espaços de atuação, agregando diferentes perspectivas para uma formação integral.

III – Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão

Uma formação que atinja a dialogicidade interativa, com características interdisciplinares e interprofissionais, necessita de um processo curricular que afirme o tripé estrutural da universidade na perspectiva da indissociabilidade do conhecimento. Para tanto, deve criar metodologias, métodos, ações e experiências que ultrapassem o paradigma áulico e constituam percursos de aprendizagem que unam o rigor científico, o protagonismo estudantil e o compromisso social.

IV – Impacto na formação do estudante

Não faz sentido pensar em extensão universitária e, até mesmo, na universidade sem o protagonismo do estudante. Não há sentido em ousar no ensino, na pesquisa e na extensão sem que os estudantes sejam o cerne do ato educativo. Impactar a formação do estudante significa carregar de sentido não só os aspectos cognitivos, necessários e fundamentais, mas também as dimensões ético-políticas da formação humana. Gestar aprendizagens que produzam autonomias intelectuais por meio de saberes específicos, ao mesmo tempo em que produzam sujeitos implicados com a construção de uma cultura de direitos humanos.

V – Impacto e transformação social

Somente uma formação amalgamada em seu território, vivendo-o não apenas como um cenário externo à produção de saberes, mas também como um conjunto de encontros entre sujeitos,



técnicas e instituições, pode aliar educação e transformação social. Se signatária desse compromisso, a universidade precisa não só ir ao território, como também ser atravessada pelo território e constituir territórios educativos. Para se reinventar e intervir na realidade, qualificando sua pedagogia em vista de uma formação de excelência, necessita ser atravessada pelas dinâmicas sociais, refletir e agir em diálogo com os contextos de inserção, sem perder a dimensão pedagógica, característica que contribui para o entendimento do papel social que a universidade cumpre.

3.2.2 Diretrizes relacionadas à pesquisa

Entende-se por "curricularização da pesquisa" a inserção de atividades formativas de investigação acadêmica ou pesquisa científica nos PPCs de graduação, promovendo ações que serão desenvolvidas pelos alunos dentro do processo de aprendizado. A inserção das atividades de pesquisa nos cursos de graduação deverá despertar a motivação dos alunos e dos professores, criando um ambiente de aprendizado cada vez mais interativo e dinâmico, com a relação teoria-prática presente no dia a dia dos estudantes, passando pela capacidade de inovação das formas pedagógicas desejadas para esse público. Portanto, a inserção dos alunos nas atividades de pesquisa é parte integrante do processo de curricularização, visando desenvolver profissionais mais aptos para atuar na sociedade, por meio das seguintes diretrizes:

- 1 A utilização das experiências investigativas nos cursos de graduação deve atingir a todos os estudantes da universidade, respeitando as diretrizes específicas, de modo a possibilitar a construção de práticas pedagógicas diferenciadas propostas nos PPCs.
- 2 A pesquisa poderá assumir um papel fundamental, na medida em que contribuirá para romper com aulas expositivas e reprodutivas, trazendo para o espaço da sala de aula as problematizações da realidade do acadêmico.
- 3 No processo de curricularização, deverá ocorrer um entrelaçamento entre as linhas de pesquisa, os grupos de pesquisa, os cursos de graduação e os programas de pós-graduação stricto sensu presentes nas unidades acadêmicas, buscando o fortalecimento das atividades de pesquisa desenvolvidas.
- 4 As propostas curriculares devem ser pensadas de forma que as atividades de pesquisa possam estar presentes no cotidiano dos estudantes e nos PPCs, preferencialmente, de modo transversal entre as disciplinas e/ou ementas. Essas propostas serão definidas pelo Colegiado do Curso, mediante consulta ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), no momento da reformulação do PPC. Para tanto, diferentes estratégias podem ser projetadas, a partir de:
 - I) disciplinas integradoras de conhecimentos;
 - II) seminários integradores disciplinares e multidisciplinares;
 - III) atividades de pesquisa dentro das disciplinas existentes;
 - IV) desenvolvimento de projetos de pesquisa dentro das disciplinas, entre as disciplinas e entre os cursos;
 - V) seminários de pesquisa; dentre outros.
- 5 As ações de curricularização previstas nos PPCs devem ser contabilizadas no Registro da Disciplina (RD) em que a atividade tenha ocorrido, para gerar evidências de sua efetiva execução.



3.3 Flexibilização curricular

Considerando que os processos de construção do conhecimento não ocorrem, necessariamente, de forma linear, e em atenção ao perfil dinâmico do ingressante e às suas condições de estudo e trabalho, os projetos pedagógicos deverão observar o princípio da flexibilidade. Isso requer arquiteturas curriculares menos rígidas, com o enxugamento de pré-requisitos/requisitos/correquisitos indispensáveis e com a previsão de componentes curriculares mais abertos e adaptáveis, oportunizando ao acadêmico maior participação na gestão de sua formação e no desenho de sua trajetória de estudos.

3.4 Interdisciplinaridade e interprofissionalidade

A interdisciplinaridade, como princípio da formação, busca preservar, nos processos de ensino e aprendizagem, a pertinência de todo e qualquer tema/problema em um contexto maior. O reconhecimento de que nenhuma disciplina ou área do saber é completamente autossuficiente na consideração de um tema é um princípio do conhecimento. No limite, tudo remete ao mesmo mundo e, ao mesmo tempo, a uma das maiores riquezas da universidade, que é a diversidade de áreas do saber. A interdisciplinaridade, assim, não é antagônica à disciplinaridade; pelo contrário, com base nessa, busca ampliar as fronteiras do conhecimento e estabelecer diálogos horizontais entre as disciplinas.

Práticas interdisciplinares na formação universitária perfilam o egresso para o desenvolvimento de competências técnicas e atitudinais que lhe permitam buscar referências em outras áreas, interagir colaborativamente no mundo do trabalho e reconhecer a necessidade de aperfeiçoamento sistemático e continuado.

A educação, em uma perspectiva interprofissional, tem como finalidade preparar os egressos para a realidade prática do mundo do trabalho, em que a cooperação entre profissões é uma exigência cada vez mais apreciada. Diante disso, convém que os projetos pedagógicos oportunizem aos acadêmicos, de dois ou mais cursos, experiências de trabalho colaborativo, em que possam aprender sobre e com os outros, tendo como ponto de partida as demandas e situações reais que se apresentam em cenários compartilhados de atuação profissional.

3.5 Ação docente qualificada

Uma ação docente qualificada requer o investimento institucional na formação continuada de seus professores, mas também implica a disponibilidade dos educadores em fomentar o envolvimento ativo do acadêmico no processo de aprendizagem, promovendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências a partir de espaços de participação efetiva e de diálogo com colegas e professores, com o contexto social, com os dilemas profissionais e com outros cursos e áreas. Isso demanda, em consequência, pensar projetos pedagógicos com elementos curriculares diversificados, com metodologias voltadas: à aproximação com a realidade profissional; à problematização; ao trabalho por projetos e temáticas; aos estudos de caso; às visitas técnicas; entre outros. Igualmente, uma ação docente qualificada requer a compreensão da avaliação da aprendizagem, ao longo das disciplinas, como elemento formativo. Tal pressuposto permite ao docente identificar, no percurso de estudos, lacunas e dificuldades a serem minimizadas e resolvidas



a partir de sua intervenção atenta, na perspectiva de monitorar o avanço dos acadêmicos na disciplina frente aos objetivos a serem atingidos e aos conteúdos explorados.

3.6 Incorporação de recursos tecnológicos

A ampliação da oferta de disciplinas de educação a distância (EaD), integrais ou parciais, na graduação presencial já era uma prerrogativa das Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos, que foram atendidas com as reformulações curriculares realizadas em 2020, quando todos os cursos incluíram, pelo menos, 10% de sua carga horária em EaD. Como resultados do processo, verificaram-se currículos mais modernos e flexíveis no tempo e espaço, ultrapassando em 20% o índice de semipresencialidade, na média geral dos cursos.

Contudo, o período de enfrentamento à pandemia da Covid-19 aprofundou o processo de incorporação de recursos tecnológicos no cotidiano universitário, abarcando a todos - professores, funcionários e estudantes – nas diversas dimensões do trabalho, tanto na área acadêmica quanto na administrativa. Igualmente, a modalidade do ensino remoto emergencial intensificou o uso do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, do Ambiente de Apoio ao Ensino (AAE), das bibliotecas virtuais, de objetos pedagógicos digitais, de ferramentas de videoconferência e compartilhamento de arquivos.

A intensidade de tal experiência fomentou o desenvolvimento de uma nova cultura institucional em relação à incorporação dos recursos tecnológicos ao ato educativo e gerou muitas atividades de formação, de trocas, de experimentação das funcionalidades possibilitadas pelos sistemas adotados na instituição. Verificou-se, ainda, a crescente automação de processos e fluxos de atendimento aos estudantes, permitindo encaminhar muitas questões acadêmicas de forma remota.

A decisão pela criação e oferta de cursos de graduação em EaD, a partir de 2022, como uma modalidade que incorpora aulas síncronas remotas, aulas presenciais e aulas assíncronas, é também consequência desses profundos movimentos e será melhor descrita no capítulo 5.

Por fim, ao concluir a descrição dos principais elementos da organização didático-pedagógica dos cursos, ressalta-se que a inserção na comunidade regional e o compromisso com o seu desenvolvimento constituem algumas das mais importantes características da UPF. Isso implica o esforço para a formação de profissionais que, cientes das mediações entre o global e o local, responsabilizem-se pela transformação dos territórios em que atuam. Demanda, então, uma compreensão ampliada de desenvolvimento sustentável, que contemple os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais; a capacidade de inovar e de criar soluções para os problemas que se apresentam, antevendo novos cenários; espírito empreendedor, liderança, empatia e resiliência. Envolve, necessariamente, uma formação que articule, no contexto da comunidade local, os saberes específicos com aqueles de caráter ambiental, cultural e humano, além do desenvolvimento de habilidades relacionais e atitudinais.

Tais elementos se fundem em uma nova proposta formativa, identificada como SENSE UPF, que atinge todas as frentes de ensino e extensão, de modo a proporcionar aos estudantes uma nova experiência de formação, mais flexível e integrada (Figura 4).





IMERSÃO

porque você interage com a comunidade em projetos de pesquisa e extensão de diferentes áreas e transforma realidades.



FLEXÍVEL

porque permite a cada estudante seguir o seu caminho, no seu tempo, com as experiências que mais fazem sentido para a sua formação, respeitando seus interesses e capacidades.



MULTIDISCIPLINAR

porque o mundo nos apresenta problemas complexos, por isso é preciso múltiplos conhecimentos e especialidades para o desenvolvimento fazer sentido.



HÍBRIDO porque aprendemos em rede, na interação com pessoas e informações, assim extraímos o melhor dos dois mundos, on-line e off-line.



CAPÍTULO 4 - PORTFÓLIO INSTITUCIONAL DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A estrutura acadêmica da Universidade de Passo Fundo (UPF) foi estabelecida em conformidade com as grandes áreas do conhecimento estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A UPF organiza-se em unidades acadêmicas, nas quais estão vinculados os diversos cursos de graduação e pós-graduação.

Na graduação, a oferta de cursos presenciais de licenciatura e bacharelado, além de cursos superiores de tecnologia, possibilita que os acadêmicos, nas vivências de ensino, pesquisa e extensão, articulem teoria e prática e se integrem ao universo do trabalho, retroalimentando as ações universitárias, a partir da consideração da realidade social na qual se inserem. A universidade busca, com isso, articular-se com os municípios de sua região de abrangência, por meio de iniciativas voltadas à educação integral, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população, igualmente em prol do equilíbrio ambiental e da sustentabilidade.

O ensino em nível de pós-graduação possibilita atingir o desenvolvimento pleno da missão da universidade, como instituição formadora em nível superior e como produtora de conhecimentos. Em função de ser embasado e resultar das pesquisas institucionalizadas, o ensino de pós-graduação é integrante do processo de formação implícito na educação universitária, devendo ser assim considerado no planejamento e na gestão das ações educativas e dos processos operacionais institucionais, por parte da gestão superior do corpo docente, do corpo discente e do corpo técnico-administrativo. A dimensão de ensino de pós-graduação na UPF abrange os níveis lato sensu e stricto sensu.

A pesquisa, base para a geração de novos conhecimentos e para o avanço na graduação e na pós-graduação – lato sensu e stricto sensu –, é uma atividade institucionalizada na UPF. As atividades de pesquisa estão disponíveis para todos os professores do quadro docente e estão regulamentadas por normativa interna. Existe, no entanto, em razão de demandas internas, maior número de projetos e horas de pesquisa para as áreas que comportam os cursos de pós-graduação stricto sensu.

As atividades de extensão permitem uma maior aproximação entre a universidade e a comunidade em geral, pois é a partir da inserção na comunidade regional que novos desafios são encontrados e suscitam o desenvolvimento de novos projetos, os quais realimentam o processo de pesquisa e ensino. A UPF mantém projetos e programas de extensão de caráter sistemático, que atendem às demandas perenes, e executa, também, projetos pontuais, frente a demandas específicas ou esporádicas. Ao olhar para as demandas das comunidades regionais, ao levar o conhecimento gerado ou adquirido por meio de pesquisas, a universidade está cumprindo seu papel comunitário.

4.1 Graduação

As unidades acadêmicas e os respectivos cursos de graduação presenciais, o número de vagas anuais, os locais de oferta e a situação junto ao Ministério da Educação (MEC) estão discriminados na Tabela 2, considerando o ano de 2021 como referência.



Tabela 2 – Cursos de graduação da UPF oferecidos em 2021

Cód. MEC	Curso	Tipo	Local de oferta	Modalidade	N. vagas	Situação do curso
5001601	ABI- Educação Física	Área Básica de Ingresso	Passo Fundo	Presencial	200	Em atividade
1752	Administração	Bacharelado	Carazinho	Presencial	100	Em atividade
1770			Casca		50	
1773			Lagoa Vermelha		50	
1729			Passo Fundo		200	
73086			Sarandi		100	
1774			Soledade		100	
1728	Agronomia	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	145	Em atividade
98373	Análise e Desenvolvimento de	Tecnólogo	Casca	Presencial	40	Em atividade
98361	Sistemas		Passo Fundo		100	
1592784	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Vários municípios	EaD	40	Em atividade
1786			Passo Fundo	Presencial	160	
88502	Artes Visuais	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
1265988		Bacharelado			40	
66005	Ciências Biológicas	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
66008		Bacharelado			40	
1721	Ciência da Computação	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
1753	Ciências Contábeis	Bacharelado	Carazinho	Presencial	50	Em atividade
1772			Casca		100	
1757			Lagoa Vermelha		50	
1734			Passo Fundo		100	
1029381			Sarandi		100	
1762			Soledade		50	
1735	Ciências Econômicas	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	50	Em atividade
1133188	Comércio Exterior	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
1557298	Desenho Industrial	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	25	Em atividade
115484	Design de Moda	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
115478	Design de Produto	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	50	Extinção voluntária
111744	Design Gráfico	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
18475	Direito	Bacharelado	Carazinho	Presencial	100	Em atividade



18477			Casca		50	
18481			Lagoa Vermelha		50	
1736			Passo Fundo		300	
86476			Sarandi		40	
18478			Soledade		50	
1724	Educação Física	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
98359		Bacharelado			100	
1441638			Sarandi		40	
20957			Soledade		40	
1727	Enfermagem	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
20948	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	50	Em atividade
73295	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
1133198	Engenharia Civil	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	120	Em atividade
1312996	Engenharia de Computação	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	30	Em atividade
1214056	Engenharia de Produção	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
86484			Carazinho	Presencial	50	Extinção voluntária
1109501	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
1718	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	260	Em atividade
1266269	Engenharia Química	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	50	Em atividade
115482	Estética e Cosmética	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
111740	Fabricação Mecânica	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
18483	Farmácia	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
1738	Filosofia	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	50	Em atividade
88504		Bacharelado			15	
73302	Física	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	30	Em atividade
20949	Fisioterapia	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	50	Em atividade
64832	Fonoaudiologia	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	36	Em atividade
1716	Geografia	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	30	Em atividade
115826		Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	40	Extinção voluntária
1107869	Gestão Comercial	Tecnólogo	Casca	Presencial	40	Em atividade
115500	Gestão de Recursos Humanos	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
111738	Gestão do Agronegócio	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	50	Em atividade



1740	História	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
29604	Jornalismo	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
102946		Licenciatura	Lagoa Vermelha	Presencial	40	Em atividade
88496	Letras - Português e Espanhol		Passo Fundo		50	
3466	Letras - Português e Inglês	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
115512	Logística	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
1717	Matemática	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	80	Em atividade
1725	Medicina	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
18484	Medicina Veterinária	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	90	Em atividade
1750	Música	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	30	Em atividade
33283		Bacharelado			30	
24815	Música - Canto	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	10	Em atividade
64836	Nutrição	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
1726	Odontologia	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
1782	Pedagogia	Licenciatura	Carazinho	Presencial	50	Em atividade
1758			Lagoa Vermelha		50	
1741			Passo Fundo		200	
1780			Soledade		50	
47663	Psicologia	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
26016	Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Passo Fundo	Presencial	100	Em atividade
65996	Química	Licenciatura	Passo Fundo	Presencial	60	Em atividade
57548		Bacharelado			60	
18482	Secretariado Executivo	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	40	Em atividade
1592789	Serviço Social	Bacharelado	Vários municípios	EaD	100	Em atividade
73298			Passo Fundo	Presencial	50	
111736	Sistemas para Internet	Tecnólogo	Passo Fundo	Presencial	40	Extinção voluntária
			-i1 (2021)	-		•

Fonte: Divisões de Ensino de Graduação e Procuradoria Institucional (2021).

4.2 *Lato sensu*

Os cursos de pós-graduação lato sensu (especializações, MBAs e residências multiprofissionais e na área da saúde) oferecidos na UPF são regulamentados por resoluções internas do Conselho Universitário (Consun) (Resolução do Consun n. 14/2002) e resoluções externas, como a Resolução CNE/CES n. 1/2007, além de editais públicos das residências. Os cursos de especialização são oferecidos de acordo com a demanda do mercado e/ou com as necessidades identificadas pelos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de graduação, no sentido de fomentar a educação continuada



aos egressos da UPF. Diversos cursos de especialização são oferecidos de forma sistemática, atendendo à constante procura, enquanto outros cursos são oferecidos pontualmente para atender a demandas específicas. Na Tabela 3, estão discriminados os cursos de pós-graduação lato sensu em andamento em 2021.

Tabela 3 – Cursos de pós-graduação lato sensu em andamento na UPF - 2021

Cursos de pós-graduação lato sensu	Edição	Início
Especialização em Análises Clínicas e Toxicológicas	4ª edição	2020/1
Especialização em Audiologia	1ª edição	2020/1
Especialização em Ensino de Ciências Humanas	2ª edição	2020/1
MBA em Controle de Qualidade e Meio Ambiente: Gestão do Laboratório e da Indústria - EaD	2ª edição	2020/2
MBA em Controle de Qualidade e Meio Ambiente: Gestão do Laboratório e da Indústria	3ª edição	2021/1
MBA em Gerenciamento de Projetos	2ª edição	2020/1
Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental	1ª edição	2020/1
Especialização em História e Gestão de Acervos	1ª edição	2021/1
Especialização em Arteterapia	7ª edição	2019/2
Especialização em Comunicação Digital Estratégica	1ª edição	2021/1
Especialização em Proteção de Plantas	4ª edição	2020/1
Especialização em Inspeção, Tecnologia e Ciência dos Alimentos de Origem Animal	1ª edição	2021/1
Especialização em Alfabetização e Letramento Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	1ª edição	2020/2
Especialização em Psicopedagogia	11ª edição	2021/1
MBA em Economia e Gestão Empresarial	20ª edição	2021/1
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas	20ª edição	2020/1
MBA em <i>Marketing</i> e Gestão de Negócios	3ª edição	2019/1
MBA em <i>Marketing</i> e Gestão de Negócios	4ª edição	2020/1
Especialização em Gestão de Negócios em Cooperativas (<i>Campus</i> Casca)	8ª edição	2019/2
Especialização em Direito do Trabalho Contemporâneo, Direito e Prática Previdenciária	2ª edição	2019/1
Especialização em Direito Processual Civil na Prática	2ª edição	2019/1
Especialização em Direito Processual Civil na Prática	3ª edição	2020/1
Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	12ª edição	2020/1
Especialização em Indústria 4.0	1ª edição	2020/2
Especialização em Arquitetura de Interiores: Criação e Inovação	1ª edição	2021/1



Especialização em Engenharia de Estruturas	1ª edição	2021/1
Especialização em Endodontia	13ª edição	2020/1
Especialização em Endodontia	14ª edição	2021/1
Especialização em Ortodontia	9ª edição	2019/1

Fonte: Divisão de Pós-Graduação (2021).

Em dezembro de 2020, a UPF firmou parceria com empresa que atua na prestação de serviços e no fornecimento de conteúdo didático-pedagógico (e-books) às instituições de ensino superior (IES), de forma a implantar serviços educacionais relacionados a cursos de pós-graduação ministrados na modalidade de EaD. Essa parceria possibilitou a oferta de cursos 100% on-line, relacionados na Tabela 4.

Tabela 4 – Cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade EaD em andamento na UPF - 2021

Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> na modalidade EaD
Alfabetização e Letramento
Análise, Projeto e Gerência de Sistemas
Arte Educação
Business Intelligence, Big Data e Analytics - Ciência de Dados
Cidades Inteligentes: Tecnologia e Inovação
Compliance Contratual
Compliance e Gestão de Riscos
Contabilidade com Ênfase em Tributos
Contabilidade, Perícia e Auditoria
Desenvolvimento Humano em Gestão de Projetos
Direito Administrativo
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Constitucional
Direito de Família e das Sucessões
Direito do Trabalho e Previdenciário
Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Direito Imobiliário Aplicado



Direito Penal e Processo Penal
Direito Previdenciário: Teoria e Prática
Docência no Ensino Superior
EaD e as Tecnologias Educacionais
Educação Especial e Inclusiva
Educação Infantil
Enfermagem do Trabalho
Enfermagem em Oncologia
Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica
Enfermagem em Urgência e Emergência
Engenharia de Avaliações e Perícias
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Estruturas e Fundações
Engenharia de Materiais
Engenharia de <i>Software</i>
Engenharia de Suprimentos
Engenharia Elétrica - Eletrotécnica
Engenharia Industrial 4.0
Estatística Aplicada
Estética e Cosmetologia
Fisioterapia Cardiorrespiratória
Fisioterapia Traumato-ortopédica com Ênfase em Terapias Manuais e Posturais
Fontes Alternativas de Energia
Geriatria e Gerontologia
Gestão de Clínicas e Consultórios
Gestão de Custos e Planejamento Estratégico
Gestão e Docência para Educação 4.0
Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Coordenação e Orientação Escolar
Gestão em Gerontologia



Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos
Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental
MBA em Administração Hospitalar
MBA em Agronegócios
MBA em Auditoria em Saúde
MBA em Auditoria Hospitalar
MBA em Comércio Exterior
MBA em Consultoria Empresarial
MBA em Cybersecurity e Cybercrimes
MBA em Economia Financeira
MBA em Finanças com Ênfase em Mercado de Capitais
MBA em Finanças e Análise de Risco
MBA em Finanças e Controladoria
MBA em Gestão Ágil
MBA em Gestão Ambiental
MBA em Gestão Comercial
MBA em Gestão da Produção
MBA em Gestão da Qualidade
MBA em Gestão de Pessoas
MBA em Gestão de Projetos
MBA em Gestão de Tecnologia da Informação
MBA em Gestão do Desenvolvimento Humano nas Organizações
MBA em Gestão Estratégica de Negócios
MBA em Gestão Estratégica de Vendas
MBA em Gestão Estratégica em Compras
MBA em Gestão Estratégica Tributária
MBA em Gestão Financeira Empresarial Estratégica
MBA em Gestão Operacional e Logística Empresarial
MBA em Gestão Pública



MBA em Gestão Tributária Contábil
MBA em Liderança e <i>Coaching</i> na Gestão de Pessoas
MBA em Logística e Supply Chain Management
MBA em <i>Marketing</i> de Serviços e Relacionamento
MBA em <i>Marketing</i> Digital
MBA em <i>Marketing</i> Digital e <i>Analytics</i>
MBA em <i>Marketing</i> e Vendas
MBA em Negócios Internacionais
MBA em Planejamento Tributário
Mercado Financeiro e <i>Banking</i>
Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica
Metodologias para Educação a Distância
Neuroaprendizagem e Práticas Pedagógicas
Neurociência na Educação
Pedagogia Empresarial
Projetos e Arquiteturas em <i>Cloud Computing</i>
Psicologia Hospitalar
Psicopedagogia Institucional
Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial
Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família
Saúde Pública: Política, Planejamento e Gestão
Serviço Social em Saúde Coletiva
Tecnologias para Aplicações Web
Tendências e Metodologias para o Ensino de História e Geografia
Trabalho Social e Assistência às Famílias
Treinamento Esportivo <i>e Personal Training</i>
Tutela Coletiva e Direitos Difusos
Fonte: Divisão de Pós-Graduação (09/2021).

Fonte: Divisão de Pós-Graduação (09/2021).



Os programas de residências (Tabela 5) financiados com bolsas do Ministério da Saúde aos residentes foram iniciados na UPF no ano de 2013, com a oferta de dois programas, a saber: Residência Multiprofissional em Atenção ao Câncer e Residência Multiprofissional Integrada em Saúde do Idoso, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Passo Fundo (SMS-PF) e o Hospital São Vicente de Paulo (HSVP), ambos incluindo graduados dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Nutrição. A partir de 2014, em novo edital público, aprovou-se a oferta de mais quatro programas de residências, sendo dois deles em parceria com a SMS-PF e o Hospital de Clínicas (HC), que são: Residência Multiprofissional em Atenção ao Câncer e Residência Multiprofissional em Cardiologia; ambos contemplam as seguintes áreas profissionais: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Psicologia. O terceiro programa oferecido foi o de Residência Integrada em Medicina Veterinária, desenvolvido no Hospital Veterinário da UPF, em parceria com a Secretaria Municipal do Interior, subdividido em sete áreas de atuação. O quarto programa foi o de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, em parceria com o HC e o Hospital Beneficente Doutor César Santos. No ano de 2019, houve a ampliação em um dos programas de Atenção ao Câncer, com aprovação de mais seis bolsas para as seguintes áreas: Psicologia, Serviço Social e Fonoaudiologia. Essas ofertas seguem editais públicos anuais, com disponibilidade de 56 vagas no total, e estão condicionadas à liberação de bolsas do Ministério da Saúde, para que os alunos possam matricular-se. Os projetos pedagógicos desses programas são cadastrados no MEC.

Tabela 5 – Programas de residências em andamento na UPF - 2021

Residências	Parcerias	Início
Multiprofissional em Atenção ao Câncer	SMS-PF e HSVP	2013
Multiprofissional Integrada em Saúde do Idoso	SMS-PF e HSVP	2013
Multiprofissional Integrada em Atenção ao Câncer	SMS-PF e HC	2014
Multiprofissional em Cardiologia	SMS-PF e HC	2014
Profissional Integrada em Medicina Veterinária	Secretaria Municipal do Interior - PF	2014
Profissional em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial	HC e Hospital Beneficente Dr. César Santos	2014

Fonte: Divisão de Pós-Graduação.

4.3 Stricto sensu

A pós-graduação stricto sensu está organizada em programas em diversas áreas do conhecimento, oferecidos em níveis de mestrado e doutorado. Os programas são apoiados por financiamentos a projetos de pesquisa por agências de fomento e pela UPF, bem como por bolsas de mestrado e doutorado da universidade, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de outras agências de fomento à pesquisa.

Em 2021, a UPF conta com quinze programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela Capes. São ofertados cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, além dos cursos de doutorado. As informações detalhadas dos programas oferecidos em 2021 estão descritas e sintetizadas na Tabela 6.



Tabela 6 – Programas e cursos de pós-graduação stricto sensu na UPF - 2021

Programa	Área de concentração	Modalidade	N. vagas	Oferta	Ano de início
Programa de Pós-Graduação em Agronomia	Agronomia	Mestrado Acadêmico Doutorado	20 10	Semestral Semestral	1996 2004
Programa de Pós-Graduação em Administração	Gestão Estratégica das Organizações	Mestrado Acadêmico	20	Semestral	2015
Programa de Pós-Graduação em Bioexperimentação	Bioexperimentação	Mestrado Acadêmico Doutorado	20 10	Anual Anual	2012 2019
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Mestrado Acadêmico	20	Semestral	2016
Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado Acadêmico	20	Semestral	2014
Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada	Computação Aplicada	Mestrado Profissional	20	Semestral	2014
Programa de Pós-Graduação em Direito	Novos Paradigmas do Direito	Mestrado Acadêmico	20	Anual	2014
Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação	Mestrado Acadêmico Doutorado	20 10	Anual Anual	1997 2012
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental	Infraestrutura e Meio Ambiente	Mestrado Acadêmico Doutorado	20 10	Semestral Semestral	2003 2016
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática	Ensino de Ciências e Matemática	Mestrado Profissional Doutorado Profissional	20 10	Anual Anual	2014 2020
Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano	Envelhecimento Humano, Saúde e Sociedade	Mestrado Acadêmico Doutorado	20 10	Semestral Anual	2009 2019
Programa de Pós-Graduação em Letras	Letras	Mestrado Acadêmico Doutorado	25 10	Semestral Anual	2003 2014
Programa de Pós-Graduação em História	História, Região e Fronteiras	Mestrado Acadêmico Doutorado	10 15	Semestral Anual	1998 2014
Programa de Pós-Graduação em Odontologia	Clínica Odontológica	Mestrado Acadêmico Doutorado	20 10	Anual Anual	2010 2016
Programa de Pós-Graduação em Projeto e Processos de Fabricação	Engenharia Mecânica	Mestrado Profissional	15	Semestral	2011

Fonte: Divisão de Pós-Graduação (09/2021).

A articulação entre graduação e pós-graduação permite a interação e a qualificação do ensino, também em relação com a educação básica e com a educação continuada. Entre a graduação e a pós-graduação, a articulação ocorre pela participação de discentes e docentes em grupos e projetos de pesquisa institucionalizados.



Os programas institucionalizados de iniciação científica e tecnológica, apoiados por bolsas do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) e da UPF, contribuem para o fomento e a manutenção das atividades de discentes de graduação, articulados com discentes da pós-graduação e com os docentes pesquisadores. Além disso, os resultados das pesquisas servem para enriquecer os conhecimentos dos cursos envolvidos. No caso dos programas de pós-graduação, as pesquisas constituem a sua fundamentação e há incentivo para que priorizem a área de concentração e as linhas de pesquisa em desenvolvimento nos programas existentes ou as previstas para os programas a serem implantados.

Os cursos de pós-graduação lato sensu atendem à demanda de formação profissional em diversas áreas do conhecimento e, também, são organizados nas áreas do conhecimento em que há consolidação em pesquisa, funcionando como uma etapa preparatória para os cursos de mestrado.



CAPÍTULO 5 - OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Universidade de Passo Fundo (UPF) conquistou o credenciamento para educação a distância (EaD) em 2013, com a publicação da Portaria n. 49, de 22 de janeiro de 2013. Na mesma oportunidade, obteve a autorização para abertura de dois polos, além da sede – Passo Fundo –, localizados nos municípios de Casca e Carazinho. Em 2015, ofertou o primeiro curso de pós-graduação nessa modalidade: o MBA em Gestão e Governança em Tecnologia da Informação. As ações em EaD também alcançam o ensino na graduação, por meio da oferta de disciplinas a distância (integrais ou parciais) nos cursos reconhecidos, bem como em iniciativas de extensão e pesquisa.

Como uma de suas políticas, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (2017) da UPF estabelece a consolidação da modalidade de EaD como complementar à graduação e à pós-graduação. Essa política está alinhada com a proposta de flexibilização curricular na organização didático-pedagógica dos cursos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

O processo de recredenciamento institucional para EaD, iniciado em 2017, com visita in loco, realizada em dezembro de 2019, e posterior publicação de Parecer CNE/CES n. 748/2020, fortaleceu a decisão do Conselho Universitário (Consun) em atualizar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente em 2020, para permitir a oferta de cursos de graduação a distância, incluindo como polo toda a estrutura multicampi. Nessa mesma direção, a instituição avançou na oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e de extensão nessa modalidade, articulada com a ampliação da infraestrutura física para atender às novas demandas geradas. Em 9 de dezembro de 2021, foi publicada a Portaria n. 1.009, de 8 de dezembro de 2021, recredenciando a UPF para oferta de cursos em EaD até 2031.

Ao longo de 2021, intrínseco ao processo de planejamento da instituição para os próximos anos, optou-se por aprofundar o estudo em relação à oferta da EaD na UPF e, também, sobre as possibilidades da ampliação de sua inserção nesse setor. Em grupo de trabalho, amadureceu-se a proposta apresentada pelos diretores dos campi para a oferta de novos cursos de graduação em EaD, a partir de um formato híbrido e de uma operacionalização em rede, de modo a potencializar a inserção regional e os campi.

A reorganização da Divisão UPF Online em 2019, em termos de identidade visual, estrutura física e tecnológica e equipe, também possibilitou o apoio técnico e pedagógico a professores e estudantes para execução das novas iniciativas de EaD, bem como para a formação continuada dos envolvidos.

5.1 Divisão UPF Online

A Divisão UPF Online, vinculada à Reitoria, é constituída por equipe multidisciplinar, que apoia docentes e discentes no desenvolvimento de projetos vinculados à EaD, incluindo as ações de assessoria pedagógica e metodológica do design instrucional na elaboração e configuração de disciplinas semipresenciais ou remotas; de gravações de videoaulas e produção de materiais didáticos; de realização de videoconferências e transmissões; de ações de formação continuada da comunidade acadêmica para essa área educacional.

Desde o segundo semestre de 2019, a Divisão UPF Online, reestruturada, passou a ter seu espaço físico localizado no prédio D01, contando, em sua estrutura, com um auditório, uma sala de



reuniões, duas salas de tutoria, três salas de videoconferência, uma sala de trabalho, uma sala de convivência, além de um estúdio para gravação e editoração de vídeos, com equipamentos de videoconferência adequados.

A Divisão UPF Online possui regimento próprio, reconhecido pela Resolução do Consun n. 02/2008, no qual consta, além dos objetivos, a organização administrativa, o funcionamento, a estrutura física e os indicativos de sua operacionalização. Os objetivos da divisão são:

- coordenar, coorientar, coexecutar e manter um grupo de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à área de EaD;
- planejar e executar seu plano de ação anual, com previsão orçamentária própria;
- monitorar, juntamente com a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), o desempenho da infraestrutura e dos meios tecnológicos disponíveis na UPF e que são passíveis de serem utilizados em atividades de EaD, bem como mantê-los operacionais;
- capacitar, técnica e cientificamente, o corpo docente e também os funcionários no que diz respeito à EaD na UPF, por meio de atividades previstas em seu plano de ação anual;
- gerir políticas tecnológicas institucionais para o bom desempenho da EaD na universidade, bem como coordenar a execução das políticas aprovadas pelos órgãos superiores da instituição nessa área específica;
- somar esforços com os diferentes setores da UPF na busca de alternativas de inclusão digital via EaD;
- articular o estabelecimento de convênios e parcerias em EaD com outros órgãos públicos e privados;
- avaliar e emitir parecer sobre projetos de cursos de áreas específicas encaminhados ao
- avaliar e emitir parecer sobre as propostas de disciplinas semipresenciais nos cursos de graduação e pós-graduação da UPF, articulando-se com as Divisões de Graduação e de Pós-Graduação, conforme preveem as normativas institucionais;
- acompanhar o andamento das disciplinas em EaD (integrais ou parciais) nos cursos de graduação presenciais, também observando os resultados da Avaliação Institucional;
- manter uma equipe de tutoria para as disciplinas em EaD e para os cursos a distância;
- ofertar serviços de transmissão, videoconferência e webconferência.

Além disso, a Divisão UPF Online busca:

- consolidar uma identidade pedagógica remota/EaD comunitária;
- estabelecer referências comuns à organização didática e pedagógica no que tange ao material didático e à dinâmica da tutoria;
- criar e manter curso/disciplina de curta duração, voltado ao nivelamento dos ingressantes sobre as ferramentas de informação e comunicação utilizadas nos cursos híbridos em rede da UPF, a ser ministrado semestralmente pelo setor, de modo on-line, direcionando a proposta aos alunos ingressantes, com validação como Atividade Complementar;
- cooperar com as unidades acadêmicas e os demais setores da UPF, no intuito de manter e desenvolver a excelência acadêmica, criando oportunidades para a integração e a convergência entre as modalidades presencial, híbrida e a distância.

Desse modo, a Divisão UPF Online está alicerçada em um conjunto de valores que se alinham aos valores da própria UPF, priorizando as seguintes dimensões: inovação tecnológica; garantia da



democratização do acesso ao conhecimento científico pelas vias tecnológicas existentes; interdisciplinaridade; inclusão e diversidade nos processos educacionais e formativos.

5.2 Políticas e práticas de EaD

A EaD possui distintas frentes de atuação na UPF. Uma delas diz respeito ao ensino de graduação presencial, cujos cursos podem oferecer disciplinas na modalidade EaD (integral ou parcial), em consonância com as legislações interna e externa, desde que previstas nos projetos pedagógicos. Tais disciplinas incorporam tecnologias e metodologias de EaD e se revelam como espaços potentes para ampliar as possibilidades de construção do conhecimento, familiarizando os estudantes com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e flexibilizando, metodologicamente, tempo e espaço de estudo e de interação com colegas e professores. Outra frente vincula-se à oferta de pós-graduação lato sensu a distância ou em modelo híbrido. Também está relacionada às iniciativas de extensão, com cursos ofertados totalmente on-line. Tais experiências vêm se aperfeiçoando institucionalmente e ampliando seu alcance.

Um novo campo de atuação, prospectado em 2021, começa a se descortinar com a vigência deste PDI e relaciona-se à oferta de graduação na modalidade EaD.

5.3 Graduação na modalidade EaD

O projeto institucional identificado como cursos híbridos em rede e organizado em 2021 viabilizou a estruturação das premissas de trabalho para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD; a articulação dos colegiados interessados; a organização dos projetos pedagógicos e a sua aprovação no Consun, além dos encaminhamentos necessários para os trâmites regulatórios, permitindo a primeira oferta de tais cursos no processo seletivo de 2022.

Os cursos híbridos em rede têm como princípio basilar a exigência de que nenhuma disciplina seja realizada de modo totalmente assíncrona, ou seja, todas as disciplinas precisarão possuir um percentual de sincronicidade mediada por professor(a), primando-se, assim, pela interação entre professor e estudante, em favor da excelência acadêmica, que marca a identidade da instituição. Caracterizam-se, ainda, pela flexibilidade e, nessa perspectiva, contemplam as seguintes metodologias: a) aula presencial em cada campus de oferta, com mediação de professor; b) aula EaD síncrona remota em rede, em interação direta com professor; c) aula EaD assíncrona, com apoio de tutoria. Por oportunizarem atividades presenciais e experiências universitárias com os colegas e com a comunidade, esses cursos fortalecem o vínculo entre os envolvidos e também com a instituição.

Outros aspectos importantes da concepção dos cursos híbridos em rede são descritos a seguir:

- 1. As disciplinas com previsão de presencialidade, integral ou parcial, não poderão exceder dois turnos semanais de aulas presenciais em cada módulo.
- 2. As disciplinas na modalidade EaD deverão combinar 50% dos créditos destinados a aulas síncronas remotas, com a presença de professor, e 50% dos créditos destinados a aulas assíncronas, mediadas por tutor, de modo que não haverá disciplinas totalmente assíncronas.
- 3. Deverá ser previsto o acompanhamento de professores, nos momentos presenciais e remotos síncronos, e de tutores, nos momentos assíncronos.



Em termos de amparo legal, na organização dos cursos híbridos, destaca-se o art. 100, § 3º, da Portaria Normativa n. 23/2017, que prevê: "A oferta de atividades presenciais em cursos de EaD deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório e as especificidades previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso". Além disso, é importante destacar que: "As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação à distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais" (art. 4º do Decreto n. 9.057/2017 e art. 8º da Portaria Normativa n. 11/2017).

A oferta de tais cursos resultará na ampliação dos sujeitos envolvidos com a modalidade EaD nos próximos anos na UPF: em interação com o contexto, professores, tutores e estudantes, apoiados por equipe técnica e multidisciplinar, são os atores principais do processo de ensino-aprendizagem.

A qualidade e a excelência dos cursos na modalidade híbrida requerem amplo investimento em formação docente, a qual será devidamente ofertada em parceria entre Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e Divisão UPF Online. Os professores envolvidos na proposta dos cursos de graduação em EaD passarão por processos formativos de forma continuada, de modo a favorecer a promoção da aprendizagem dos discentes que estudam a partir de tais projetos pedagógicos, cujas características metodológicas têm especificidades a serem observadas para potencializar a ação educativa.

Ainda, para o sucesso da implantação dos cursos de graduação em EaD, ressalta-se, na organização metodológica, a importância dos elementos relacionados à tutoria, ao uso de tecnologias de comunicação e interação, ao material didático, ao apoio técnico e à formação continuada do corpo de tutores.

5.4 Tutores

A Resolução n. 1, de 11 de março de 2016, que estabelece as diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância, define, em seu art. 8, § 2º, o conceito de tutor. De acordo com o referido dispositivo, "§ 2º Entende-se por tutor da instituição, na modalidade EaD, todo profissional de nível superior, a ela vinculado, que atue na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos docentes e mediação pedagógica, junto a estudantes, na modalidade EaD" (BRASIL, 2016, não paginado).

Assim, para atuarem nos cursos de graduação em EaD, os tutores deverão possuir formação na área das disciplinas pelas quais são responsáveis, com desejada titulação em pós-graduação stricto sensu. Caso essa titulação não seja possível, deve-se garantir, no mínimo, pós-graduação lato sensu. Também deverão, preferencialmente, possuir experiência e formação em EaD, além de, obrigatoriamente, participar da formação ofertada pela UPF Online.

A contratação dos tutores será realizada institucionalmente, por meio de processo seletivo. Será possível estabelecer articulação com os programas de stricto sensu para a função de tutoria, sob regulamentação interna. As funções dos tutores são as seguintes:

- Trabalhar sob a orientação do professor responsável pela disciplina e da equipe multidisciplinar da Divisão UPF Online.
- Contribuir para a elevação da qualidade da formação dos estudantes, a diminuição da evasão e a promoção do sucesso acadêmico.



- 3. Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania ativa e pela função social da educação superior.
- Contribuir para a redução das taxas de reprovação por frequência e de retenção dos estudantes, de modo a propiciar a conclusão dos seus cursos.
- Orientar os discentes no acesso às bibliotecas virtuais. 5.
- Cumprir as diretrizes e os parâmetros definidos para as atividades na modalidade EaD.
- 7. Participar de capacitação específica para o desempenho de sua função.
- Exercer as atividades típicas de tutoria, com carga horária definida em contrato de 8. trabalho.
- 9. Acompanhar e orientar os alunos na execução de atividades pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- 10. Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista.
- 11. Colaborar com o professor nas discussões teóricas desenvolvidas na plataforma de aprendizagem.
- 12. Assistir aos alunos nas atividades do curso, com esclarecimento de dúvidas e orientação de atividades.
- 13. Apoiar o professor da disciplina nas atividades do curso.
- 14. Elaborar relatórios de regularidade dos alunos.
- 15. Elaborar relatórios de desempenho dos alunos nas atividades desenvolvidas.
- 16. Acompanhar as atividades avaliativas, sob orientação do professor responsável.
- 17. Participar de reuniões pedagógicas.
- 18. Participar dos eventos presenciais nos polos, guando necessário.
- 19. Estabelecer e promover contato permanente com os alunos de forma coletiva e individualizada, a distância.

5.5 Abrangência

A EaD na UPF estende-se aos cursos de graduação presenciais, por meio da inclusão, nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), de disciplinas semipresenciais/EaD, nos termos da legislação vigente; e, ainda, na proposta dos cursos híbridos em rede, cujo início de oferta está planejado para 2022. A EaD também encontra espaço, na UPF, nos cursos de pós-graduação lato sensu e de extensão, conforme normativas institucionais.

Dessa forma, ações de EaD estão presentes em toda a estrutura multicampi da universidade, alcançando a comunidade acadêmica e, nas situações de formação continuada, a comunidade externa.

5.6 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial, devidamente estruturados, estão localizados no Campus Central em Passo Fundo, no Campus Carazinho, no Campus Casca, no Campus Lagoa Vermelha, no Campus Soledade e no Campus Sarandi.



5.7 Plano de expansão

No quinquênio 2022-2026, planeja-se ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade EaD. Para isso, busca-se também a qualificação da infraestrutura da Divisão UPF Online, de maneira que se possa atender adequadamente às atuais e às novas demandas, e a consolidação do corpo de tutores.



CAPÍTULO 6 - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

6.1 Graduação

A Universidade de Passo Fundo (UPF) oferece cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento. Consequentemente, a oferta de novos cursos ocorre somente de forma estratégica, em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região e do país, sem desviar a atenção da sustentabilidade e da continuidade dos respectivos cursos.

No período de 2022 a 2026, a UPF prevê a abertura de novos cursos de graduação na modalidade educação a distância (EaD), conforme indicado na Tabela 7. Ressalta-se que tais cursos já têm seu projeto pedagógico aprovado pelo Conselho Universitário (Consun), observando-se a tramitação interna realizada ao longo de 2021.

Tabela 7 – Cursos de graduação, modalidade EaD, a serem oferecidos no quinquênio 2022-2026

Cursos	Carga horária	Turno	Vagas anuais	Periodicidade	Início da oferta
Agronegócio (B)	3.000	Noturno	100	Semestral	2022
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (CST)	2.040	Noturno	100	Semestral	2022
Arquitetura e Urbanismo (B)	4.820	Noturno	40	Semestral	2022
Direito (B)	3.880	Noturno	600	Semestral	2023
Engenharia de Produção (B)	3.780	Noturno	100	Semestral	2022
Gestão Pública (CST)	1.640	Noturno	100	Semestral	2022
Geografia (L)	3.400	Noturno	100	Semestral	2022
Pedagogia (L)	3.200	Noturno	100	Semestral	2022
Serviço Social (B)	3.000	Noturno	100	Semestral	2022

Fonte: Divisão de Ensino de Graduação (2021).

Ressalta-se que a ampliação de oferta de graduação, com a abertura de novos cursos durante o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), na sede e/ou na estrutura multicampi, dependerá de estudo/pesquisa de demanda e viabilidade e, igualmente, da avaliação do processo de implantação do projeto.

6.2 Lato sensu

Para o próximo período, na UPF, estão previstas a continuidade e a diversificação da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu em diversas áreas de conhecimento, conforme a Tabela 8. A oferta de novos cursos atende à dinâmica da atuação profissional e à evolução da sociedade e da



tecnologia. Além de cursos presenciais, na instituição, também estão em desenvolvimento cursos de especialização na modalidade a distância. Devido à natureza dinâmica que envolve os cursos lato sensu, este PDI apresenta os cursos previstos para 2022, sendo que o planejamento para os anos seguintes será acrescido por ocasião da revisão e atualização do documento.

Tabela 8 – Cursos de pós-graduação lato sensu previstos na UPF

Cursos	Edição	Modalidade	Carga horária	Turno*	Vagas	Início da oferta
Especialização em Assistência Multiprofissional ao Idoso	1ª ed.	Presencial	360	M/T/N	17	2022
Especialização em Ciências Criminais e Advocacia na Prática	4ª ed.	Presencial	360	M/T/N	25	2022
Especialização em Consultoria de Moda e Imagem	1ª ed.	Presencial	360	M/T/N	15	2022
Especialização em Controladoria, Auditoria e Perícia	1ª ed.	Presencial	360	M/T/N	20	2022
Especialização em Coordenação, Gestão e Compatibilização na Arquitetura	2ª ed.	Presencial	360	M/T/N	15	2022
Especialização em Cultura Material e Arqueologia	3ª ed.	Presencial	360	M/T/N	25	2022
Especialização em Direito do Consumidor	1ª ed.	Presencial	360	M/T/N	25	2022
Especialização em Direito e Processo do Trabalho, Direito e Prática Previdenciária	3ª ed.	Presencial	360	M/T/N	25	2022
Especialização em Direito Processual Civil na Prática	4ª ed.	Presencial	360	M/T/N	25	2022
Especialização em Endodontia	15ª ed.	Presencial	1020	M/T/N	12	2022
Especialização em Engenharia de Manutenção	4ª ed.	Presencial	360	M/T/N	14	2022
Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	13ª ed.	Presencial	700	M/T/N	15	2022
Especialização em Ensino de Ciências Humanas	3ª ed.	Presencial	360	M/T/N	30	2022
Especialização em Hematologia e Hemoterapia	2ª ed.	Presencial	360	M/T/N	17	2022
Especialização em História e Gestão de Acervos	2ª ed.	EaD	360	M/T/N	20	2022
Especialização em Implantodontia	1ª ed.	Presencial	1000	M/T/N	10	2022
Especialização em Indústria 4.0	2ª ed.	Presencial	360	M/T/N	14	2022



Especialização em Infância, Mídia e Cultura Digital	1ª ed.	Presencial	360	M/T/N	20	2022
Especialização em Inspeção, Tecnologia e Ciência dos Alimentos de Origem Animal	2ª ed.	EaD	360	M/T/N	20	2022
Especialização em Motricidade Orofacial	2ª ed.	EaD	360	M/T/N	21	2022
Especialização em Odontopediatria e Capacitação em Ortodontia Preventiva	8ª ed.	Presencial	780	M/T/N	7	2022
Especialização em Proteção de Plantas	5ª ed.	Presencial	360	M/T/N	29	2022
MBA em Controle de Qualidade e Meio Ambiente: Gestão do Laboratório e da Indústria	4ª ed.	EaD	360	M/T/N	20	2022
MBA em Gerenciamento de Projetos - Conveniado com o PMI	3ª ed.	Presencial	360	M/T/N	20	2022
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas	21ª ed.	Presencial	360	M/T/N	16	2022
MBA em Marketing e Gestão de Negócios	5ª ed.	Presencial	360	M/T/N	19	2022
MBA em Tratamento de Efluentes: Operação, Assessoria e Projeto	1ª ed.	EaD	360	M/T/N	25	2022

Fonte: Divisão de Pós-Graduação (2021).

6.3 Stricto sensu

Para o próximo período, com base nas possibilidades acadêmicas, econômico-financeiras e da demanda, poderão ser ofertados novos cursos de mestrado e doutorado, já aprovados pelo Consun e em tramitação interna e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que são: o Doutorado em Direito, o Mestrado em Medicina, o Mestrado em Saúde e o Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura Contemporânea. Ademais, os programas de mestrado com, no mínimo, conceito 4 e com demanda comprovada também poderão submeter ao Consun propostas de doutorado.

A partir de 2022, serão encaminhadas propostas de oferta de cursos de mestrado de programas já existentes na UPF, em associação com outras instituições de ensino superior (IES) no âmbito do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung). De igual modo e mediante planejamento interno dos programas de pós-graduação (PPGs), esses deverão estudar possibilidades de integração entre linhas de pesquisa e/ou programas.

Atendendo às demandas de capacitação docente internas e externas, a UPF poderá demandar ou ofertar cursos de mestrado interinstitucional (Minter) ou doutorado interinstitucional (Dinter). Para atender às áreas de conhecimento inovadoras ou de interesse científico relevante, poderá organizar ou participar de PPGs stricto sensu em associação ou em rede com outras IES de qualificação reconhecida, atendendo à política nacional de pós-graduação e às normativas específicas.

^{*}Aulas aos finais de semana conforme cronograma estabelecido.



6.4 Extensão

Os cursos de extensão, sejam presenciais, híbridos ou a distância, têm oferta sistematicamente atualizada, em sintonia com as unidades acadêmicas, frente ao atendimento às demandas por educação continuada. A Escola de Extensão, de modo articulado, proporciona um conjunto de ações formativas, visando a uma maior e mais dinâmica relação da universidade com a sociedade. A proposta está embasada nos aportes teórico-metodológicos da política de extensão da UPF.

Devido à natureza dinâmica que envolve os cursos de extensão, este PDI apresenta alguns cursos previstos para 2022, conforme Tabela 9, sendo que o planejamento para os anos seguintes será acrescido por ocasião da revisão e atualização do documento.

Tabela 9 – Cursos de extensão previstos na UPF para 2022

Cursos	Modalidade	Carga horária	Turno	Vagas	Início da oferta
Aprenda a investir na bolsa de valores	Presencial	8	M/T	40	2022
Aprenda a investir seu dinheiro	Presencial	8	M/T	40	2022
Atualização para instrutores de trânsito	On-line	20	N	30	2022
Aulas digitais inovadoras e divulgação científica	EaD	20	T/N	60	2022
Comercialização de <i>commodities</i> agrícolas em bolsas de mercadorias	Presencial	9h	N	40	2022
Curso de folclore e dança	Presencial	114h	M/T/N	50	2022
Curso Educação, cinema e novas práticas pedagógicas	EaD	15	N	55	2022
Curso prático de <i>Trichinella spiralis</i>	Presencial	8	M/T	27	2022
Curso Professores do futuro, interdisciplinaridade e didática do século XXI	EaD	10	T/N	120	2022
Derivativos e mercados futuros	Presencial	8	M/T	40	2022
Filosofia com crianças: perguntar para refletir	Presencial	8	M/T	105	2022
Imersão em investimentos de alta performance	Presencial	8	M/T	40	2022
Imposto de renda pessoa física do produtor rural	Presencial	8h	M/T	35	2022
Instrutor de trânsito abril/junho - 2022/01	On-line	180	N	30	2022
Para entender Pierre Bourdieu, na prática! Os grandes clássicos das Ciências Sociais (2ª turma)	On-line	15	N	80	2022
Pesquisa Científica Jurídica: da elaboração à publicação	Presencial	9	М	30	2022
Sustentabilidade, Tecnologia e Racionalidade Ambiental	Presencial	9	М	30	2022

Fonte: Escola de Extensão (2021).



CAPÍTULO 7 - PERFIL DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Universidade de Passo Fundo (UPF) conta com 1.545 contratos pessoais, atuando nas funções de docente e de técnico-administrativo (Tabela 10). Além disso, possui um grupo de 98 contratos de estagiários, sendo 73 remunerados e 25 obrigatórios. Os funcionários e os professores da UPF permanecem, em média, com contrato ativo na instituição por 11 anos.

Tabela 10 – Quadro de docentes, funcionários e estagiários em 2021/2

Tipo de contrato	Feminino	Masculino
Corpo docente	328	359
Corpo técnico-administrativo	510	348

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas (2021).

Na Tabela 11, apresentam-se informações acerca do grau de formação do corpo técnico-administrativo. Na Tabela 12, constam os dados referentes às faixas etárias dos corpos docente e técnico-administrativo de modo geral.

Tabela 11 – Grau de formação do corpo técnico-administrativo - 2021/2

Grau de formação	Quant.	%
Doutor	3	0,35%
Mestre	29	3,38%
Especialista	154	17,95%
Graduado	340	39,63%
Ensino Médio	231	26,92%
Ensino Fundamental	67	7,81%
Ensino Fundamental incompleto	34	3,96%

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas (2021).

Tabela 12 – Faixa etária dos corpos docente e técnico-administrativo - 2021/2

Faixa etária	Quant.	%
De 18 a 30 anos	194	12,56%
De 31 a 40 anos	456	29,51%
De 41 a 50 anos	487	31,52%
De 51 a 60 anos	309	20,00%
Acima de 60 anos	99	6,41%

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas (2021).



7.1 Requisitos de titulação e experiência do corpo docente

A Resolução n. 05/2012 do Conselho Universitário (Consun) dispõe sobre critérios de avaliação de títulos, para fins de concessão de adicional de titulação, seleção, ingresso e promoção no Quadro de Carreira do Magistério da UPF, e busca atender à necessidade de contemplar a interdisciplinaridade, requisito indispensável na estrutura curricular dos cursos da UPF, e à exigência da cota de professores mestres e doutores para cada curso. A normativa estabelece os seguintes critérios:

- a) os títulos de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, presenciais ou a distância, devem estar em conformidade com a legislação nacional vigente do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional da Educação (CNE), da Câmara de Educação Superior (CES) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
- b) os títulos de especialista conferidos por órgãos de categorias profissionais ou sociedades não qualificam para docência no ensino superior nem são válidos para a concessão de adicional de titulação, seleção, ingresso e promoção na carreira do magistério da UPF.

Além de atender à legislação vigente, ainda é necessário que o docente apresente:

- plano(s) de ensino(s) da(s) disciplina(s) que o requerente atua ou tenha atuado;
- histórico escolar do mestrado ou doutorado, com os respectivos ementários;
- parecer do Conselho de Unidade que demonstre o vínculo da(s) disciplina(s) ministrada(s) com o curso realizado;
- memorial descritivo que demonstre a vinculação de disciplinas do curso, com as disciplinas e/ou áreas do conhecimento nas quais o docente requerente atue ou tenha atuado, nas atividades de ensino em graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

O percentual de professores e respectivas titulações estão descritos na Tabela 13.

Tabela 13 – Grau de titulação dos docentes ativos da UPF - 2021/2

Grau de titulação	Quant.	%
Doutor	289	42,07%
Mestre	276	40,17%
Especialista	122	17,76%

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas (2021).

O corpo docente do quadro de carreira da UPF tem ampla experiência em atividades no magistério superior. A experiência no magistério é requisito para progressão no quadro de carreira, e cada ano de magistério é pontuado para fins de promoção nas diferentes categorias. É necessário um tempo de exercício do magistério superior de, no mínimo, três anos para pleitear uma promoção, além de comprovar pontuação em atividades de pesquisa, extensão e atividades administrativas.

Além disso, um número significativo de docentes da UPF atua em atividades não acadêmicas, porém relacionadas às suas respectivas áreas de formação. Os docentes mais envolvidos com atividades não acadêmicas são aqueles ligados aos cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Engenharias, Direito, Ciências Contábeis, entre outros, os quais exercem atividades como profissionais liberais fora da instituição, mas, em geral, ligadas à área de atuação da docência.



7.2 Critérios de seleção e contração do corpo docente

O processo de seleção e contratação do corpo docente é realizado com base na Resolução n. 03/2016 do Consun, a qual orienta para a existência da Comissão de Seleção Docente (Comsel), indicada pelo(a) Reitor(a) e homologada pelo Consun. O processo de seleção docente é aberto pelo(a) Reitor(a) e conduzido pela Comsel. A inscrição dos candidatos é homologada mediante o cumprimento dos requisitos presentes no edital.

A banca responsável pelo processo seletivo, nomeada pelo(a) Reitor(a), é constituída por: a) um professor externo e sem vínculo com a UPF, com formação ou titulação na área da(s) vaga(s) oferecida(s), indicado pelo curso ou pela área institucional; b) um professor da instituição, membro do quadro de carreira, do curso ou da área institucional para a qual está sendo realizada a seleção, sugerido à Comsel pela Coordenação do curso, que presidirá a banca; e, por fim, c) um professor de Didática designado pela Comsel, dentre os professores credenciados.

A seleção ocorre nas dependências da UPF e é constituída por prova escrita de conhecimento específico, prova didática, prova prática (quando necessário) e avaliação do Currículo Lattes.

Observa-se que há previsão no Regimento Geral da Universidade para contratação de professores doutores convidados para atuar nos cursos de pós-graduação stricto sensu, pessoas de destacada e reconhecida atuação acadêmica na respectiva área do conhecimento, comprovada em currículo na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Podem, ainda, ser contratados para as atividades de docência na graduação professores substitutos temporários pelo período de duração do afastamento do substituído, bem como professores substitutos temporários para suprir demanda imediata, resultante de desdobramento de turmas e de grupos ou de professores demissionários. A contratação dos professores substitutos é aprovada pelo Conselho da Unidade.

7.3 Políticas de qualificação e plano de carreira do corpo docente

Os professores do quadro de carreira podem solicitar a progressão na carreira (mudança de categoria funcional), conforme critérios previstos em cada estatuto/RAPD/ACT plano de carreira. A UPF conta com diversos estatutos aprovados, respectivamente, nos anos 1972, 1979, 1985 e 1997. Também conta com o Regulamento de Administração de Pessoal Docente (RAPD), de 2002 e 2007, além do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014 - Plano de Carreira Docente, todos aprovados pelo Consun.

Na UPF, para o atual plano de carreira ACT 2014, o professor inicia suas atividades na categoria de Professor Auxiliar. Na sequência, poderá solicitar progressão no Quadro de Carreira do Magistério da universidade nas categorias de Professor Assistente - níveis I, II, III, IV, V e VI; Professor Adjunto níveis I, II e III; e Professor Titular - níveis I, II e III. A progressão no plano de carreira depende de diversos critérios, como tempo mínimo de magistério superior entre promoções, alteração do nível funcional, atividades de pesquisa, de extensão, atividades administrativas, entre outros aspectos.



Categoria Funcional

Professor Substituto Temporário Especialista, Mestre e Doutor

Professor Convidado Especialista, Mestre e Doutor

Professor Auxiliar

Professor Assistente I, II, III, IV, V e VI

Professor Adjunto I, II e III

Professor Titular I, II e III

No âmbito da qualificação docente, observa-se que o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) potencializa a formação pedagógica dos professores da UPF, em consonância com a missão institucional. Dentro de suas atribuições, destacam-se: a) oferecer apoio pedagógico aos professores instituição, desenvolvendo ações e programas voltados à inovação do processo ensino-aprendizagem; b) promover, com a Vice-Reitoria de Graduação (VRGrad), o Programa de Formação Docente, dialogando com ensino, pesquisa e extensão; c) fortalecer ações interdisciplinares, por meio de estudo e reflexão sobre temáticas que contemplem a docência universitária da UPF, abrindo caminhos para a melhora qualitativa da educação superior, na busca da excelência acadêmica. O NAP é composto por uma equipe de professores, vinculados à VRGrad, que visa à qualidade do ensino superior por meio do desenvolvimento de formações para o aprimoramento acadêmico dos docentes da UPF.

Ainda no âmbito da qualificação docente, a instituição conta com um programa de desenvolvimento institucional denominado "Scala", o qual busca integrar e orientar esforços que visam ao desenvolvimento e à sustentabilidade de um conjunto de conhecimentos, por meio de cursos e capacitações desenvolvidos na instituição para o público interno. Assim, é oportunizado o desenvolvimento de competências individuais e coletivas dos quadros de professores, funcionários e estagiários da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF).

7.4 Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores

A UPF observa as exigências do MEC para atendimento ao percentual de 1/3 dos professores em Tempo Integral, Tempo Parcial e Horista.

Tempo Integral sem dedicação exclusiva (DE) - regime de trabalho em que o docente é contratado em tempo integral, sem dedicação exclusiva, compreendendo a prestação de 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, tendo reservado o tempo de ao menos 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento e avaliação e orientação de estudantes. No caso de a instituição de ensino superior (IES), por acordo coletivo de trabalho, assumir que o tempo integral tem o total de horas semanais diferente de 40 horas, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.



- Tempo Parcial regime de trabalho em que o docente é contratado em tempo parcial, b) atuando 12 horas semanais, ou mais, na mesma instituição, tendo reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
- c) Horista regime de trabalho em que o docente é contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária, ou que não se enquadra em outros regimes de trabalho.

O regime de trabalho dos professores da UPF é definido pela distribuição de carga horária, a qual é orientada pela Resolução n. 10/2018 do Consun, que dispõe sobre os procedimentos para a distribuição de carga horária aos docentes, além de Instrução Normativa específica, que é editada a cada semestre/ano letivo.

A substituição eventual de docentes é suprida por professores do quadro que possuem disponibilidade e qualificação, quando por período curto de tempo, ou por meio da contratação na modalidade de professor substituto temporário, que normalmente fica na instituição pelo período de afastamento do professor do quadro, conforme previsto no art. 118 do Regimento Geral da UPF.

7.5 Cronograma de expansão dos corpos docente e técnico-administrativo

Atualmente, considerando o contexto acadêmico e social em que a UPF está inserida, os corpos docente e técnico-administrativo da instituição têm condições de atender aos cursos ofertados e ao cronograma de desenvolvimento previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Contudo, a ampliação do quadro poderá acontecer a partir do aumento de demanda e/ou da avaliação de necessidades para o atendimento dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs).



CAPÍTULO 8 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional da Universidade de Passo Fundo (UPF) compreende diversas instâncias deliberativas. As decisões institucionais ocorrem por meio da participação dos segmentos nos diferentes órgãos colegiados, bem como da articulação da Reitoria com as Direções das unidades acadêmicas e dos campi e com as Coordenações dos cursos, por meio de reuniões sistemáticas, visando a uma gestão compartilhada e colegiada.

8.1 Estrutura organizacional

O órgão máximo de administração da UPF é o Conselho Universitário (Consun), que delibera como Colegiado Pleno ou pelas Câmaras que o compõem, convocadas sistematicamente. O Consun, órgão consultivo e deliberativo, é constituído por: Reitor(a) (Presidente); Vice-Reitores; Diretor(a) de cada unidade acadêmica; Diretor(a) de cada campus universitário; um(a) professor(a) representante de cada unidade acadêmica; um(a) representante da entidade mantenedora; dois representantes do corpo discente; dois representantes do corpo técnico-administrativo; e dois representantes da comunidade. As atribuições e o funcionamento do Consun estão regulamentados em regimento próprio e nas normativas internas.

A Reitoria é o órgão executivo de administração superior da universidade. A atual gestão é exercida por uma Reitora, auxiliada por um Vice-Reitor de Graduação; um Vice-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Assuntos Comunitários; e um Vice-Reitor Administrativo; eleitos e nomeados de acordo com o estatuto. A Reitoria, em consonância com o estatuto, é o órgão que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades universitárias, abrangendo, de forma especial, a administração estratégica da universidade e as suas representações e articulações externas.

A universidade estrutura-se em unidades acadêmicas responsáveis pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão em suas áreas de formação. Como estrutura universitária, a UPF conta com as seguintes unidades acadêmicas: Instituto de Ciências Biológicas; Instituto de Ciências Exatas e Geociências; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Faculdade de Artes e Comunicação; Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis; Faculdade de Educação; Faculdade de Educação Física e Fisioterapia; Faculdade de Engenharia e Arquitetura; Faculdade de Medicina; Faculdade de Odontologia.

Ainda, além do Campus Central, em Passo Fundo, a universidade tem os seguintes campi universitários: Campus Palmeira das Missões³; Campus Soledade; Campus Lagoa Vermelha; Campus Carazinho; Campus Casca; e Campus Sarandi. Os campi, por sua vez, também são administrados por um(a) Diretor(a), com indicação pela Reitoria e homologação no Consun.

A estrutura organizacional da UPF está apresentada nos organogramas constantes no Anexo A.

³ Em processo de desativação.



8.2 Funcionamento, representação e autonomia dos conselhos

Os principais cargos eletivos da UPF - Reitor, Vice-Reitores, Diretores das unidades acadêmicas, Coordenadores de curso e de áreas institucionais - são ocupados por meio de processo eleitoral previsto no seu estatuto e regulamentado pelo Regimento Eleitoral.

Para compor a Reitoria, o colégio eleitoral, com voto facultativo, direto e secreto, é constituído pelo corpo docente e por representantes da comunidade participantes dos órgãos superiores da universidade, cujos votos obedecem à ponderação de 70 pontos; pelo corpo discente, cujos votos contabilizam 15 pontos; e pelos servidores da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), cujos votos também valem 15 pontos. O Reitor e os Vice-Reitores são eleitos para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediato. Cabe ao Conselho Diretor da FUPF diplomar e dar posse ao Reitor e aos Vice-Reitores eleitos.

As unidades acadêmicas são administradas pela congregação⁴, pelo Conselho de Unidade⁵ e pela Direção, conforme estatuto próprio, aprovado e em consonância com o Regimento Geral da UPF. A gestão dos cursos de graduação e das áreas institucionais se dá por um docente do colegiado que assume o cargo de Coordenador. Tais cargos são eleitos entre os pares, dentro dos respectivos colegiados e/ou da congregação.

Nos cursos de graduação, junto ao Coordenador, a administração se dá por intermédio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). A constituição do Colegiado do Curso e do NDE, bem como as atribuições e as competências de cada um deles, é regida por normativas internas.

Os discentes também encontram espaço de organização e representação por meio do Diretório Central de Estudantes (DCE) e dos Diretórios Acadêmicos (DAs) de faculdades, institutos ou campi, regidos por regimes próprios, aprovados pelo Consun, pelas congregações e pelos respectivos conselhos.

Por fim, os campi são administrados pelo Conselho de Campus e pela Direção do Campus. O Conselho do Campus é o órgão consultivo, presidido pelo Diretor do Campus; suas competências e sua composição estão previstas no Regimento Geral da UPF. A Direção do Campus é o órgão que dirige, supervisiona e coordena as atividades acadêmicas e administrativas.

8.3 Autonomia da IES em relação à mantenedora

A FUPF⁶, mantenedora da universidade, como instituição de direito privado, é uma entidade administrativa e financeiramente autônoma, dotada de personalidade jurídica nos termos da lei, de natureza educacional, com duração indeterminada. Tem como órgãos de sua administração a Assembleia Geral, o Conselho Diretor, a Presidência do Conselho Diretor e o Conselho Fiscal. O Conselho Diretor é constituído de 10 membros, 8 dos quais são eleitos dentre os integrantes do corpo docente da instituição, em eleição direta e secreta, conforme dispõem seu estatuto e o Regimento

⁴ Órgão deliberativo superior, constituído pelos professores lotados na unidade e por dois representantes estudantis.

⁵ Órgão deliberativo da unidade acadêmica, constituído: pelo Diretor, pelos Coordenadores dos cursos de graduação, pelo Coordenador de pesquisa da unidade, pelo Coordenador de extensão da unidade, por um Coordenador, em exercício, dos cursos de pós-graduação stricto sensu, por um Coordenador, em exercício, dos cursos de pós-graduação lato sensu, por até três discentes representantes, respectivamente, dos cursos de graduação, de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Todos os conselheiros são cargos eletivos.

⁶ A FUPF é uma instituição de direito privado, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que tem por finalidade manter a UPF, instituição de ensino superior (IES) com autonomia didático-científica, visando a desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os níveis e campos do saber, e outras instituições que ofereçam outros níveis ou modalidades de educação e ensino, fazendo a divulgação científica, técnica e cultural, com fins exclusivamente educativos.



Eleitoral. O colégio eleitoral para essa eleição é constituído pelos professores da universidade e demais mantidas, que tiverem, no mínimo, cinco anos ininterruptos nessa atividade na instituição. Completam o Conselho Diretor o Reitor da UPF no exercício de seu cargo, como membro nato, e um membro comunitário, eleito dentre os prefeitos municipais de um dos municípios-sedes da estrutura multicampi da universidade.

A FUPF também inclui outras mantidas: o Centro de Educação Básica e Profissional Integrado UPF e o Centro de Línguas, denominado UPF Idiomas.

8.4 Políticas de gestão

O Programa Scala (Figura 5) foi lançado em abril de 2014 e é o atual programa de desenvolvimento institucional. Ele busca integrar e orientar esforços que visam ao desenvolvimento e à sustentabilidade de um conjunto de conhecimentos por meio de capacitações desenvolvidas na instituição para o público interno. Assim, é oportunizado o desenvolvimento de competências individuais e coletivas do quadro de professores, funcionários e estagiários da FUPF e de suas mantidas.



Figura 5 – Dimensões do Programa Scala Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas (2021).

Os cursos oferecidos buscam a atualização e o desenvolvimento de professores, funcionários e estagiários e são realizados de forma interna, externa ou in company. A partir desse programa, foram criados e/ou aperfeiçoados projetos de capacitação, dentre os quais se destacam: a) Atualização em Práticas de Gestão, voltado para gestores da instituição; b) Integração de Novos Funcionários e Estagiários, o qual busca propiciar aos novos funcionários e estagiários, além de seu acolhimento,



informações básicas e necessárias sobre a instituição; c) Iniciação à Universidade, voltado para os professores ingressantes; d) cursos voltados à área de segurança do trabalhador, como NR-10, Sistemas Elétricos de Potência (SEP), NR35 - Trabalho em Altura, Riscos Químicos, Físicos e Biológicos, uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual, Primeiros Socorros, cursos para os membros da Comissão Interna de Acidades (Cipa), Prevenção e Combate a Incêndio, entre outros; e) Programa Gestão de Pessoas vai até você, o qual tem como objetivo informar, orientar e atender ao público interno sobre assuntos relacionados à gestão de pessoas.

Sobre as ações voltadas à segurança do trabalhador, ainda, anualmente ocorre o Mês Interno de Prevenção de Acidente de Trabalho, o qual é um evento obrigatório organizado pela Cipa, em conjunto com a Divisão de Gestão de Pessoas, que tem como objetivo conscientizar os professores, os funcionários e os estagiários remunerados da instituição sobre a importância da prevenção de acidentes, bem como da promoção da saúde e da segurança no local de trabalho de modo amplo, mediante a realização de diversas atividades que proporcionem momentos de reflexão e aprendizagem.

No que diz respeito ao plano de carreira do corpo técnico-administrativo, desde a criação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), a Divisão de Gestão de Pessoas se dedicou ao estudo de uma metodologia para a implantação do Programa de Avaliação de Desempenho (PAD) dos funcionários da instituição, no intuito de gerenciar e valorizar competências, possibilitando o crescimento horizontal. No PAD, os funcionários da instituição se autoavaliam e, posteriormente, são avaliados por seus gestores, identificando seus pontos fortes e de melhoria. Através do PCCS, o corpo técnico-administrativo pode progredir na carreira por mérito (progressão para próxima faixa salarial no mesmo cargo), de 4 em 4 anos; por tempo (progressão para próxima faixa salarial no mesmo cargo), de 6 em 6 anos; e, ainda, por meio de seleção interna (mudança de cargo/progressão vertical).

8.4.1 Gestão e saúde do trabalhador

A instituição atualmente conta com uma Política de Saúde do(a) Trabalhador(a), a qual dispõe sobre política, princípios, diretrizes e estratégias voltados à saúde do(a) trabalhador(a) na FUPF e em suas mantidas, bem como busca o desenvolvimento da atenção integral à saúde do(a) trabalhador(a), com ênfase em prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores.

Por meio dos eixos estratégicos – promover, prevenir, proteger e recuperar –, a instituição oferece ações diversas para os trabalhadores, as quais englobam processos formativos, campanhas, eventos, comunicação em saúde, grupos multidisciplinares de atenção e cuidado à saúde e à segurança do trabalhador, acolhimento e espaços de diálogos seguros, entre outras.

Nesse sentido, a instituição conta com uma Comissão Especial que tem a finalidade de recebimento, apuração e encaminhamentos necessários relacionados às denúncias de assédio moral, a qual é normatizada pela Portaria n. 12/2021/FUPF. Por meio dessa comissão, são realizadas ações formativas sobre assédio moral no ambiente de trabalho, bem como grupos de trabalho para construção de programa específico de combate ao assédio moral, implantação de canal de atendimento para recebimento de denúncias e atendimentos de trabalhadores vítimas de assédio moral ou abuso de poder, cartilhas pedagógicas a respeito do assédio moral e formas de prevenção, entre outras.

Ainda, com o objetivo de oportunizar espaços e formas de conscientização em relação à saúde, ao bem-estar e à valorização do trabalhador, a Divisão de Gestão de Pessoas, em parceria com a



Divisão de Comunicação e Marketing, realiza campanhas internas de sensibilização em diversas áreas, tais como: a) Dia Internacional da Mulher; b) Dia das Mães; c) Dia Mundial do Doador de Sangue; d) Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho; e) Dia dos Pais; f) Setembro Amarelo; g) Outubro Rosa; h) Novembro Azul; i) Dia Mundial de Combate à Aids; j) Dia Mundial do Meio Ambiente; k) Dia do Trabalhador; entre outros.

Como forma de reconhecer e valorizar os trabalhadores da instituição, anualmente ocorre o Momento UPF, o qual busca oportunizar um espaço de integração e confraternização entre os setores e as unidades da instituição e conta com a participação de professores, funcionários e estagiários remunerados.

No primeiro semestre de 2020, devido à pandemia da Covid-19, foi criada a Rede de Cuidado UPF, a qual consiste em um espaço virtual em que estudantes, professores e funcionários podem compartilhar experiências e anseios, permanecendo juntos, conectados e em rede. A UPF, em seu caráter comunitário, está próxima dos estudantes, dos profissionais e da comunidade. Para fortalecer esse vínculo, elaborou estratégias de troca de saberes e cuidado em rede, tanto da comunidade interna quanto da externa. Dentre as iniciativas, as quais ocorrem de forma intersetorial, a Rede de Cuidado UPF oferece espaços de diálogo institucional, oportunizando ambientes de fala e escuta. As ações têm o acompanhamento dos profissionais vinculados ao Setor de Atenção ao Estudante (SAEs) e da Divisão de Gestão de Pessoas. A rede conta com três espaços: Espaço de Prosa; Rede de Aprendizagem; e Vivências femininas: um olhar de cuidado.

O "Espaço de Prosa" é direcionado aos estudantes e aos profissionais da instituição que desejam prosear livremente sobre questões do cotidiano, desafios e possibilidades, inerentes ao viver. A "Rede de Aprendizagem" é um espaço aberto aos profissionais e aos estudantes da UPF, bem como à comunidade externa, em que se cultive a troca de saberes sobre temas transversais. A proposição dos espaços pode ser feita por estudantes, profissionais, instituições parceiras e comunidade em geral. "Vivências Femininas: um olhar de cuidado" é um espaço de diálogo e de compartilhamento de experiências, que reúne mulheres estudantes e profissionais da UPF com o intuito de que possam, nesse espaço coletivo, debater sobre temáticas de seu interesse, especialmente aquelas que dizem respeito a questões de gênero, classe, raça. Esse espaço ocorre em parceria com o projeto de extensão "Arché: experimentações filosóficas".

8.5 Reforma político-administrativa

As mudanças do contexto educacional nas últimas décadas e a complexificação do cenário, agravada pelas consequências da crise econômica e sanitária que impactaram toda a sociedade, mobilizaram a instituição para uma análise profunda de como se organiza e, especialmente, de que forma tal estrutura pode ser ainda mais dinamizada, observando-se os princípios que historicamente sustentam sua natureza comunitária, a excelência acadêmica e a produção do conhecimento.

A proposta de um novo modelo para a organização política e administrativa da UPF foi construída, ao longo dos últimos anos, considerando a necessidade de: 1) reduzir e otimizar a estrutura de governança da universidade, nos diferentes espaços de gestão, preparando a UPF para acompanhar e reagir às mudanças dos cenários interno e externo; 2) revigorar os projetos institucionais, a partir da intensificação do trabalho intra-inter áreas, interfaceado com as vocações e potencialidades regionais, buscando avançar na excelência acadêmica e na sustentabilidade; 3) potencializar as estruturas, os procedimentos e os movimentos acadêmicos e de produção de



conhecimento, alinhando-os ao contexto e melhorando a interação com a comunidade e com a atividade econômica.

Ao tempo em que a UPF mantém as premissas que a caracterizam como instituição comunitária, a modernização da governança institucional tornou-se fundamental para, no cenário competitivo da educação, permitir maior agilidade na tomada de decisão, especialmente nos encaminhamentos de curto e médio prazos. Buscou-se um modelo de governança que, representativo dos sujeitos que dinamizam a universidade e marcado pela participação, também permita aos gestores a celeridade no tratamento das demandas apresentadas pelas comunidades interna e externa, em um tempo de ressignificação para o ensino superior e em uma sociedade que também se modifica dinamicamente.

Assim, o movimento de reposicionamento institucional, aprovado no Consun no primeiro semestre de 2021, levou à direção de uma estrutura mais otimizada e integrada, com fluxos e processos renovados; de experiências diferenciadas, a partir de cursos marcados pela multiprofissionalidade e pela flexibilidade; da ampliação de possibilidades de formação continuada e do estabelecimento de novas parcerias com a sociedade.

Após um período de planejamento e de transição, a reforma passa a vigorar em 2022/2, alterando a composição do Consun, da Reitoria e das unidades acadêmicas. Dessa forma, no período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a reforma político-administrativa será implementada, acompanhada e avaliada, requerendo, de todos os níveis de gestão, atenção ao planejamento e à condução do processo de articulação e integração nas novas estruturas. Em consequência de tais mudanças, este documento seguirá sendo atualizado, com vistas a refletir a nova realidade da organização institucional.



CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENÇÃO AOS ESTUDANTES

A Política de Atenção aos Estudantes compreende as iniciativas, os programas e os espaços da Universidade de Passo Fundo (UPF) para o apoio pedagógico e financeiro e o estímulo à permanência, abrangendo as dimensões de acolhimento, acompanhamento, permanência e acessibilidade, com vistas ao respeito das diferenças e ao êxito acadêmico.

No apoio ao atendimento ao estudante, a UPF disponibiliza diferentes programas e iniciativas, envolvendo vários setores institucionais (SGC, SAEs, CAA, Setor de Bolsas, Propet, Divisão UPF Online), conforme apresentação a seguir.

9.1 Formas de acesso

Listam-se, a seguir, as diferentes formas de acesso à universidade para os novos estudantes:

- a) vestibular: os candidatos realizam prova de vestibular ou utilizam a nota do Enem, conforme definido em cada edital do processo seletivo (verão e inverno);
- b) transferência: trata-se da solicitação de vaga para curso da UPF idêntico ou afim, feita por aluno de outra instituição de ensino superior (IES) autorizada ou reconhecida, nos termos da legislação vigente do país; para ingresso de transferência, é necessário apresentar Atestado de Vínculo ou Comprovante de Matrícula; o atendimento do pedido fica condicionado à existência de vaga, às adaptações curriculares exigidas e ao processo seletivo, quando for o
- c) reingresso: é a solicitação de matrícula feita por portador de diploma de curso superior; o candidato deverá ter diploma e histórico escolar de instituição de origem, além da documentação pessoal;
- d) reabertura de matrícula: o processo de reabertura de matrícula permite ao aluno UPF, que se encontra com o curso de graduação "trancado", retornar ao curso vinculado ou ingressar em outro curso em que há vaga disponível para a modalidade; o atendimento do pedido fica condicionado à existência de vaga, às adaptações curriculares exigidas, ao cumprimento dos prazos previstos para a integralização do referido currículo e ao processo seletivo, quando for
- e) seleção simplificada: é a solicitação de vaga permitida, exclusivamente, ao candidato que já tenha sido vinculado à graduação da UPF ou de outra IES; o interessado deverá estar na condição de "cancelado" no ato da solicitação, atestada por devida comprovação documental.

A UPF também oferece disciplinas isoladas nos cursos de graduação em andamento, conforme Resolução n. 05/2009 do Consun. Podem se matricular, por meio dessa modalidade, estudantes regulares de curso da UPF, de outra IES ou, ainda, pessoas com ensino médio concluído. A participação em disciplinas isoladas favorece a formação continuada e o aprimoramento pessoal e profissional. Além disso, é uma forma de conhecer uma nova área antes de ingressar regularmente em um curso superior. A disciplina isolada não cria vínculo acadêmico com o curso.



9.2 Programas de atenção aos estudantes

A formação ofertada pela UPF guia-se pelo princípio constitucional do direito de todos à educação, contribuindo para a democratização do saber e a interiorização do ensino superior. Nesse sentido, a UPF, enquanto universidade comunitária, preocupa-se com a garantia do direito de todos à educação superior, conforme Constituição federal de 1988, entendendo como sua finalidade o desenvolvimento integral dos estudantes, com vistas ao exercício da cidadania e à formação para o mundo do trabalho, como destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Assim, a adesão da UPF a políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) representou um grande passo no sentido de garantir a muitas pessoas das classes populares o acesso à graduação, expandir a experiência acadêmica e qualificar a produção de conhecimento. O fato de um programa como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) destinar-se somente às universidades federais conduz à necessidade de mobilizar os esforços internos para a criação de políticas e programas institucionais que contribuam para o acesso e a permanência estudantil, tais como Paidex e a Política dos Estudantes. O Setor de Atenção ao Estudante (SAEs), observando as legislações vigentes, organiza suas políticas de atenção a partir do fortalecimento do protagonismo estudantil, estimulando, através de sua práxis, a concepção da formação crítica, que articule ensino, pesquisa e extensão, de forma a promover processos educativos que possibilitem liberdade de criação e pensamento, princípios que alicerçam a Política dos Estudantes, documento central para o setor.

Isso é possível a partir de leituras de realidades que vêm sendo desenvolvidas, desde 2015, por meio do Bate-Papo UPF, ferramenta de análise institucional, que tem como objetivo viabilizar a aproximação da gestão da instituição com a comunidade acadêmica, possibilitando o fortalecimento de ações de atenção aos estudantes. Outra estratégia foi o Programa de Cartografia Social, que possibilitou o desenvolvimento de uma vinculação com os estudantes, bem como a articulação de ações entre setores institucionais, conjuntamente com as coordenações dos cursos. Essas leituras de realidades nos permitiram realizar uma análise crítica sobre o SAEs, requerendo uma reestruturação dos serviços de atenção aos estudantes.

O SAEs constrói, de forma coletiva, estratégias que visam fortalecer o pertencimento estudantil, a fim de que o percurso na educação superior seja implicado por experiências universitárias integrais, por meio de programas e ações, disponíveis a todos os estudantes, que podem participar livremente a partir da manifestação de seu desejo. Tem-se como programas: Cartografia Social, Escuta dos Estudantes, PertenSer, Rede de Aprendizagem, Conecta SAEs, AcessoSim, Psicopedagogia Institucional e Residência Compartilhada, descritos na sequência:

- Cartografia Social: programa pelo qual se desenvolve uma leitura de realidade, escutando os cursos de graduação e pós-graduação, a fim de compreender o perfil dos estudantes para melhor planejar as ações.
- Escuta dos Estudantes: compreende dois eixos, a saber, a escuta multiprofissional, considerando aspectos psíquicos, sociais e pedagógicos, e o espaço de prosa, disponibilizando uma escuta coletiva aos estudantes e profissionais vinculados à UPF, na perspectiva de prosear, escutar e refletir sobre questões do cotidiano, desafios e possibilidades inerentes ao viver.



- PertenSer: busca fortalecer a concepção do pertencimento estudantil, a fim de mobilizar coletivos implicados com o caráter comunitário da UPF. Esses coletivos agregam estudantes em torno de várias temáticas, como étnico-racial, LGBTQIA+, feminismo, garantia de direitos das pessoas com deficiência, entre outras.
- Rede de Aprendizagem: é um conjunto de estratégias pedagógicas, que priorizam a palavra e a escuta, numa perspectiva dialógica com a participação das comunidades interna e externa. Dentro da Rede, há ações como: Temas Transversais, em que se cultiva a troca de saberes sobre diversas temáticas; Ler para Ver, ação voltada à leitura e à produção de textos com objetivo de formar leitores críticos, potencializando o estudante como um participante ativo da sociedade; e Laboratório Bilíngue, que representa uma valiosa experiência comunicacional entre surdos e ouvintes, transpondo barreiras linguísticas.
- Conecta SAEs: oportuniza aos estudantes espaços de aprendizagem no campo da tecnologia, visando à capacitação para o uso de ferramentas específicas, necessárias no seu percurso acadêmico, garantindo condições para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo estudantil.
- AcessoSim: tem como princípios a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e o fortalecimento da autonomia dos estudantes e profissionais com deficiência, possibilitando o acesso e a permanência na universidade.
- Psicopedagogia Institucional: visa clarificar os papéis dos protagonistas da aprendizagem, que ora são aprendentes, ora são ensinantes, a partir da atuação multiprofissional para a construção, a reconstrução e o fortalecimento de vínculos entre as pessoas e o conhecimento.
- Residência Compartilhada: construído a partir da parceria entre a FUPF e a Fundação Beneficente Lucas Araújo, objetiva ampliar as condições de permanência e de conclusão da educação superior, no que se refere à viabilização de moradia aos estudantes da UPF.

9.3 Ações de estímulo à permanência

Ao acessar a universidade, os estudantes enfrentam desafios relativos à permanência estudantil, razão pela qual essa temática tem sido orientadora dos programas e das ações de atenção ao estudante, que contribuem para a prevenção da evasão universitária e o sentimento de pertencimento dos estudantes à instituição. Os desafios relativos à permanência estudantil estão vinculados tanto a aspectos materiais, que pressupõem as necessidades de recursos financeiros para a mensalidade e materiais para o curso, a manutenção do aluguel, a alimentação e o deslocamento; quanto à permanência simbólica, que possibilita ao estudante identificar-se e sentir-se reconhecido na universidade.

Alinhados à Política dos Estudantes da UPF, os programas e as ações de atenção ao estudante figuram como protagonistas entre as estratégias institucionais de promoção da permanência estudantil, uma vez que contribuem com o processo formativo, atentos às especificidades e aos desafios relativos aos diferentes contextos em que estão inseridos os estudantes.

No que se refere aos aspectos materiais, o auxílio financeiro disposto pela UPF compreende convênios e bolsas que objetivam facilitar o acesso e a permanência dos acadêmicos no ensino superior de qualidade e, ainda, possibilitar a integração com o mundo do trabalho. Relacionados a seguir, em categorias, estão os convênios, as bolsas, os repasses e os programas que a instituição coloca à disposição da comunidade acadêmica.



9.3.1 Convênios

a) Convênio Doação

Fundamentado pela Lei n. 9.249/1995, o Convênio Doação possibilita às empresas privadas o custeio parcial ou total de valores de mensalidades de funcionários e dependentes, matriculados em qualquer curso de graduação ou pós-graduação da UPF, revertendo parte do Imposto de Renda para financiamento de programas de benefício. Gerenciado pela Divisão Financeira da UPF, o benefício é deduzido do valor da mensalidade e não gera ressarcimento futuro por parte do aluno.

9.3.2 Bolsas

Caracterizando-se como uma contribuição econômica, as bolsas de estudos são benefícios para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, com o objetivo do custeio parcial ou total de valores de mensalidades. Concedidos a partir de programas do governo ou da própria instituição, os descontos variam de acordo com o tipo de bolsa, curso e modalidade de ensino. O valor percebido através de bolsa não gera ressarcimento para o financiador.

a) Bolsa FUPF (Lei n. 12.101/2009)

A Bolsa FUPF (Lei n. 12.101/2009) é um programa de auxílio financeiro próprio da instituição, destinado aos alunos ingressantes na UPF por meio do Processo Seletivo do Vestibular, de transferência, reingresso ou reabertura, nos cursos e turnos indicados em edital próprio, publicado conjuntamente com o Edital do Vestibular. Destinada a estudantes com renda bruta per capita familiar de até três salários mínimos, concede 50% de bolsa na mensalidade, sem necessidade de restituição.

b) Bolsa Atleta do Futuro

A Bolsa Atleta do Futuro proporciona 50% de bolsa sobre a matrícula e as mensalidades de alunos que demonstrem conhecimento técnico-desportivo superior à média e que apresentem projetos de iniciação ou treinamento desportivo para a comunidade.

c) Bolsa Dissídio Professor

Convencionada por Acordo Coletivo de Trabalho, a Bolsa Dissídio Professor é concedida nos cursos de graduação para dependentes do docente, ao limite de dois dependentes por titular e com percentual que varia de acordo com a carga horária.

d) Bolsa Dissídio Funcionário

Convencionada por Acordo Coletivo de Trabalho, a Bolsa Dissídio Funcionário é concedida nos cursos de graduação aos dependentes de funcionários da instituição. Atendendo até dois dependentes por titular, sendo a bolsa integral para o primeiro dependente e de 50% para o segundo, o percentual varia de acordo com a carga horária e o curso, utilizando como base o índice de 1,82% por hora semanal. Para os cursos de Medicina e Odontologia, o percentual é diferenciado, equivalente a 80% do percentual dos demais cursos.



e) Bolsa UPF Idiomas

Professores, funcionários e seus dependentes têm direito à bolsa para cursos de línguas estrangeiras na UPF Idiomas. O percentual do benefício concedido é de 50%, independente da carga horária. Também, alunos matriculados em cursos de graduação, pós-graduação e no Centro de Ensino Médio Integrado têm direito a desconto de 20% nos cursos oferecidos pela UPF Idiomas.

f) Bolsa ProUni

Criado pela Medida Provisória n. 213/2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096/2005, o ProUni é uma iniciativa do governo federal que tem como objetivo oferecer bolsas de estudos para estudantes de baixa renda que estão em busca da primeira graduação. Dirigido aos estudantes do ensino médio que estudaram na condição de bolsistas integrais, o programa conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, conferindo transparência e segurança ao processo de concessão de bolsas de 50% e 100%.

g) Bolsa Recomeçar Plus

O Programa Recomeçar Plus é direcionado para ingressantes por meio de ingresso especial ou vestibular, que tenham idade mínima de 35 anos e com ensino médio concluído. A seleção se dá por prova de redação, no caso do vestibular, ou por solicitação de ingresso especial, e o benefício garante desconto de 50% nas mensalidades.

h) Bolsa Prosup-Capes

O Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) apoia discentes de programas de pós-graduação stricto sensu, contribuindo para a formação e a manutenção de padrões de excelência e eficiência na formação de recursos humanos de alto nível, imprescindíveis ao desenvolvimento do país.

i) Bolsa PNPD-Capes

O Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Capes tem por objetivo promover a realização de estudos de alto nível e a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa, reforçando os grupos de pesquisa nacionais, para renovar os quadros dos programas de pós-graduação nas IES e de pesquisa.

i) Bolsa Institucional UPF PG

A Bolsa Institucional UPF PG é um benefício concedido pela FUPF, auxiliando e apoiando os alunos dos programas de pós-graduação stricto sensu para a manutenção e a formação de alto nível de excelência. O percentual do benefício concedido é definido por critérios divulgados em edital próprio, atendendo ao orçamento institucional de bolsas.

k) Bolsa Capacitação Pós-Graduação

A Bolsa Capacitação Pós-Graduação é concedida pela FUPF a professores e funcionários de acordo com as seguintes regras: a) ao professor - benefício parcial ao docente com vínculo empregatício, com base nas normativas da Convenção Coletiva de Trabalho dos Professores (Sinpro); b) ao funcionário - benefício parcial concedido com base no estabelecido pela Instrução Normativa n. 01/2010.



9.3.3 Crédito Educativo

O Crédito Educativo é um benefício concedido pela União, pelo município ou pela própria UPF. Com percentual variável, de acordo com a modalidade, o valor percebido é ressarcido ao financiador após a conclusão do curso. Nessa modalidade, a UPF disponibiliza vários programas de crédito, sendo as vagas oferecidas e administradas pelos órgãos competentes.

a) Intersector Pós-Graduação

Com o foco na permanência dos estudantes na pós-graduação, a parceria da UPF com a Intersector possibilita o financiamento de cursos de pós-graduação. O programa está disponível para novos estudantes ou para aqueles que já estão matriculados.

b) Pravaler Graduação

Reforçando o acesso ao ensino superior, a parceria entre a UPF e o Pravaler possibilita o financiamento para novos e atuais alunos da graduação. A modalidade oportuniza aos alunos o pagamento de 33% a 65% da mensalidade em, pelo menos, o dobro do tempo de contratação, respeitando a capacidade de pagamento dos alunos ao longo do financiamento.

c) Crédito Universitário Banrisul

O Crédito Universitário Banrisul é a modalidade de financiamento pela qual o estudante pode financiar até 100% das mensalidades do seu curso de graduação. O financiamento pode ser feito por novos estudantes ou por aqueles que já cursam uma graduação na UPF e estejam regularmente matriculados no referido semestre.

d) Financiamento Estudantil (Fies)

O Fies tem como finalidade ampliar o acesso à educação superior por meio de contratos de financiamento. É um programa de crédito promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que financia até 100% das mensalidades dos alunos regularmente matriculados nos cursos habilitados no Ministério da Educação (MEC).

e) Programa Municipal de Crédito (Promucred)

Oferecido por prefeituras municipais conveniadas à UPF, o Promucred é administrado pelas prefeituras e respeita legislação específica e normas próprias.

9.3.4 Repasses

O Repasse é categorizado como ajuda de custo oferecida aos alunos da instituição que desenvolvem atividades nos programas existentes na UPF:

a) Repasse Pibic

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) destina-se à ajuda de custo dos alunos pesquisadores, selecionados por edital, para atividades a serem desenvolvidas em projeto de pesquisa institucionalizado. Vinculado e gerenciado pela Divisão de Pesquisa, o benefício não é objeto de ressarcimento posterior.



b) Repasse Pibic - UPF Júnior

O Pibic Júnior da UPF é realizado em parceria com o Centro Integrado de Ensino Médio, com o objetivo de envolver alunos do ensino médio em projetos que contemplem atividades de iniciação científica e/ou de extensão, sob a coordenação de pesquisadores dos programas de pós-graduação stricto sensu da UPF e/ou professores extensionistas.

c) Repasse Trabalho

É uma ajuda de custo oferecida para alunos que desenvolvem atividades nos grupos artísticos da UPF, podendo demandar de 16 a 20 horas de trabalho semanais. O gerenciamento é realizado pela Divisão de Extensão.

d) Repasse Pivic

Destinado a alunos contemplados com o Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (Pivic), é um auxílio financeiro concedido em parcela única, para subsidiar despesas de participação em eventos científicos. O gerenciamento e o cadastramento do benefício são realizados pela Divisão de Pesquisa.

e) Repasse Paidex

O Programa de Apoio Institucional a Discentes de Extensão e Assuntos Comunitários (Paidex) é destinado a alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UPF. O programa visa valorizar, formalizar e certificar a participação dos estudantes em ações de extensão e assuntos comunitários da universidade. O gerenciamento do benefício é realizado pela Divisão de Extensão.

f) Repasse Permanência ao aluno ProUni 100%

Destinado aos alunos contemplados com ProUni com percentual de 100%, é vedado aos acadêmicos que já recebem auxílio de programa federal. O auxílio financeiro, concedido em cinco parcelas semestrais, por meio de cartão refeição do Banrisul, destina-se a cobrir despesas de custeio pessoal com alimentação dos beneficiários. O gerenciamento e o cadastramento do benefício são realizados pela Seção de Programas Públicos e Institucionais e pela Divisão de Extensão.

g) Propet

O Projeto Parceria Educação e Trabalho (Propet) possibilita aos profissionais em formação a complementação do aprendizado acadêmico e a integração com o mercado de trabalho, oferecendo estágio remunerado, a partir de um acordo de cooperação com a UPF.

Além dos já citados, a UPF mantém uma série de benefícios que, ao longo dos semestres, são adequados à realidade do mercado, buscando a permanência dos estudantes em sala de aula, proporcionando a possibilidade de formação profissional a um número cada vez maior de pessoas na sua região de abrangência.



9.4 Organização estudantil

Ao longo da história da UPF, a organização e a luta estudantil constituíram espaços de representação organizados por meio do Diretório Central de Estudantes (DCE) e dos Diretórios e Centros Acadêmicos (DAs, CAs), entidades autônomas, com regimentos próprios (Tabela 14). As diretorias do DCE e dos DAs e CAs são eleitas por votação direta entre os pares, organizadas através de estatutos próprios. A presidência do DCE terá representação no Consun e os presidentes dos DAs e CAs terão representação no conselho da respectiva unidade, instituto ou campus. Cabe ainda ressaltar a tradição de organização de lideranças por turmas, a qual possibilita o aprimoramento da representatividade e da comunicação entre os estudantes e as coordenações dos cursos, bem como com os próprios diretórios e centros. As Atléticas acadêmicas têm se caracterizado como um outro espaço de organização estudantil; mobilizando-se através do esporte, conseguem criar espaços e favorecer contextos de diálogo, interação e aproximação entre estudantes.

Tabela 14 – Diretórios e Centros Acadêmicos na UPF

Diretório ou Centro Acadêmico – UPF
CAF – Centro Acadêmico de Fonoaudiologia
CACG – Centro Acadêmico Carlos Galves – Faculdade de Direito
Daall – Diretório Acadêmico América Latina Livre – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Daceg – Diretório Acadêmico Ciências Exatas e Geociências
DACG – Diretório Acadêmico Carlos Gomes – Faculdade de Artes e Comunicação
DACB – Diretório Acadêmico Ciências Biológicas
Dadsa – Diretório Acadêmico Doutor Sabino Arias – Faculdade de Medicina
Daeff – Diretório Acadêmico Educação Física e Fisioterapia
DAF – Diretório Acadêmico da Farmácia
Dafav – Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia e Veterinária
Dafear – Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia e Arquitetura
DAMRTC – Diretório Acadêmico Mara Regina Tagliari Calliari – Faculdade de Enfermagem
DAN – Diretório Acadêmico da Nutrição
Darm – Diretório Acadêmico Rubens Maciel – Faculdade de Odontologia
Dasa – Diretório Acadêmico Santo Agostinho – Faculdade de Educação
Dauceca – Diretório Acadêmico dos Universitários de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
CA Lagoa Vermelha – Centro Acadêmico do <i>Campus</i> Lagoa Vermelha
CA Sarandi – Centro Acadêmico do <i>Campus</i> Sarandi
CA Soledade – Centro Acadêmico do <i>Campus</i> Soledade
DA Carazinho – Diretório Acadêmico do <i>Campus</i> Carazinho
DA Casca – Diretório Acadêmico do <i>Campus</i> Casca
onte: Reitoria UPF (2021).

Fonte: Reitoria UPF (2021).

O SAEs reconhece as demandas dos DAs e CAs, reforçando seu compromisso com o protagonismo e a autonomia estudantil. Para além disso, é importante destacar o trabalho realizado



com coletivos organizados em conjunto com os estudantes no Programa PertenSer, para planejar, desenvolver e avaliar diversas pautas, como: étnico-racial, LGBTQIA+, feminismo e garantia de direitos das pessoas com deficiência. Cabe destacar que a organização estudantil representa a capacidade de os estudantes tornarem-se autores de seu processo formativo e da própria universidade.

9.5 Acompanhamento dos egressos

A UPF mantém um programa específico de relacionamento com o egresso. O Programa Elos é uma iniciativa que promove a aproximação da instituição com os alunos diplomados, oferecendo benefícios e fortalecendo esse relacionamento. Todo egresso da UPF que tenha concluído pelo menos um curso de graduação ou pós-graduação pode participar.

Atualmente, por meio do programa, são oferecidos diferentes benefícios, como:

- manutenção e utilização da conta de e-mail da UPF;
- desconto de 10% nas mensalidades de especializações e MBAs;
- desconto de 20% nos cursos regulares oferecidos pela UPF Idiomas;
- acesso à Biblioteca Central, com mais de 320 mil exemplares (consulta local);
- acesso a periódicos eletrônicos em diversas áreas do conhecimento;
- acesso a biblioteca virtual biblioteca universitária Pearson, Minha Biblioteca e EBSCO e-books;
- acesso a bases de dados Revista dos Tribunais Online, Fórum, Jstor, Up To Date -Devmedia e Portal de Periódicos Capes;
- informações permanentes e atualizadas sobre cursos e eventos da UPF;
- divulgação de oportunidades de trabalho;
- descontos especiais nos serviços ofertados na Faculdade de Física e Fisioterapia (FEFF) atividades aquáticas (hidroginástica e natação), avaliação isocinética (avaliação de força), avaliação LEPEX (antropometria e sistema aeróbico) e aluguel da quadra de tênis;
- desconto de 30% nos exames realizados no Laboratório de Análises Clínicas Escola (Labe) da UPF.

Todos os semestres, os estudantes em período de formatura são convidados a participar do Programa Elos via e-mail institucional e aplicativo. O cadastro é feito por meio do link: https://secure.upf.br/apps/web/elos/cpf.php?acao=novo.

Projeta-se, para o próximo quinquênio, a reformulação completa e estratégica do Programa Elos, com a implementação de novos fluxos de trabalho, gerenciamento da base de dados e novas ações. O relacionamento com os egressos deverá ser, nos próximos cinco anos, um dos focos de trabalho na Divisão de Marketing e Comunicação.



CAPÍTULO 10 - PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO DIGITAL

A Universidade de Passo Fundo (UPF), para além do atendimento à Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018, do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de ensino superior (IES) integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, inicia o projeto de Implantação da Secretaria Acadêmica Digital. Com isso, e no intuito de elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, a Reitoria constituiu, por meio da Portaria n. 39/2021, o Comitê do Acervo Acadêmico.

Nesse contexto, a transformação da Secretaria Acadêmica Digital visa atender não só às exigências legais, com produção de um diagnóstico da situação do acervo acadêmico e planejamento e coordenação da conversão para o meio digital (utilizando métodos que garantam a integridade e a autenticidade das informações, tanto no que diz respeito à entrada quanto à expedição de documentos), como também a integralização dos setores institucionais, facilitando o acesso e a segurança da informação, reduzindo custos de impressão e armazenamento, proporcionando maior sustentabilidade institucional.

O processo de transformação digital busca trazer os benefícios tecnológicos a toda a comunidade acadêmica, com o objetivo de atender às demandas do mundo digital, criando uma força de trabalho inovadora e conectada, desenvolvendo treinamentos, práticas e habilidades digitais.

10.1 Etapas

Em 2020, a UPF iniciou a recepção dos documentos nos canais digitais, possibilitando o início de uma estrutura arquivística digital. No segundo semestre de 2021, o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) entrou em fase de implantação, tendo como meta disponibilizar uma arquitetura tecnológica que possibilite a digitalização do acervo acadêmico. Os documentos recepcionados nos concursos de 2020 e 2021 serviram de ponto de partida para a utilização do GED, contemplando os recursos de assinatura digital pela Secretaria Acadêmica.

Ainda em 2021, para atender ao conjunto de outras leis e portarias, como a Portaria n. 330/2018, que instituiu o Diploma Digital, os documentos do acervo acadêmico dos formandos do segundo semestre de 2021 serão digitalizados no formato PDF/A e assinados digitalmente, utilizando certificado digital ICP-Brasil do tipo A3.

10.2 Tecnologias utilizadas

A solução tecnológica escolhida para o gerenciamento eletrônico de documentos foi selecionada seguindo os critérios que garantam integridade, confiabilidade, rastreabilidade e auditabilidade. A solução robusta possibilita 99,9999% de disponibilidade, utilizando o protocolo AWS SES, que garante integrações seguras e confiáveis. A aplicação possui mecanismos que garantem a integridade dos dados em casos de quedas de energia e falhas. Além de possuir registros históricos (LOGs) de utilização referentes a visualizações, inclusões, atualizações e exclusões realizadas pelos usuários para registro de todas as informações. Também utiliza e aplica assinaturas digitais ICP-Brasil em conformidade com a Medida Provisória n. 2.200/2002, de forma individual e em lote, via web. O



armazenamento digital de documentos atende aos requisitos do RDC-Arq e a exclusão de um documento não implica a exclusão digital do arquivo/registro, resguardando internamente a operação com opção de roll-back.

A indexação permite aderir aos requisitos de boas práticas de localização e acesso de acordo com os critérios de classificação. É possível gerar e enviar documentos nato-digitais em conformidade com as Portarias 315/2018, 330/2018, 1.095/2018 e 554/2019, que obrigam o registro e a expedição digital (com certificados digitais).

É sempre importante destacar que todo o tratamento das informações relativas ao acervo digital, bem como sua guarda e disponibilidade, atende plenamente a todos os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



CAPÍTULO 11 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A natureza da Universidade de Passo Fundo (UPF), comunitária por princípio, nascida de uma demanda da comunidade à qual está vinculada e voltada a ela, torna a perspectiva relacional da comunicação ainda mais importante. Tanto quanto conhecer os produtos informativos e o aparato midiático formal da UPF, é fundamental que se compreenda a maneira como ela interage e estabelece relações com a sociedade.

11.1 Relacionamento e estratégias de comunicação

Os canais de comunicação da instituição, além de reforçarem sua missão, suas políticas, práticas e ações, visam fortalecer a confiança dos públicos com a universidade e ampliar o seu envolvimento. Informações geram interações, e interações geram influências e comportamentos.

11.1.1 Os públicos da UPF

O público estratégico da UPF pode ser subdividido em duas categorias prioritárias: público interno e público externo. O público interno é aquele que se denomina como comunidade acadêmica, ou seja, refere-se às pessoas que mantêm vínculo direto com a UPF (de trabalho ou estudo). Nesse sentido, o quadro docente é composto por reitores, diretores e professores; e o quadro técnico-administrativo por funcionários e estagiários remunerados. Estudantes (graduação, pós-graduação e extensão), bolsistas e estagiários não remunerados também fazem parte do público interno; esse grupo é denominado estudantes UPF. Já o público externo não se vincula diretamente à instituição e não desempenha atividades internamente, mas mantém com ela relacionamento acadêmico e profissional. Constituem, entre outros, o público externo da UPF: os egressos, os potenciais estudantes, a imprensa, os formadores de opinião, os representantes do setor produtivo, os sindicatos ou entidades de classe, as organizações não governamentais, os órgãos federais, estaduais e municipais, particularmente, os que dizem respeito a educação, ciência, tecnologia e inovação, as agências de fomento e de avaliação (Capes, por exemplo), os fornecedores e a comunidade geral.

- a) Egressos: podem ser egressos de graduação, ensino médio, cursos técnicos, pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu; dentro desses grupos, podem ainda ser delimitados segundo o curso, por exemplo: egressos de graduação do curso de Biologia, ou egressos de graduação da área de exatas, ou egressos de graduação da pós-graduação em Gastronomia.
- b) Potenciais estudantes: para a graduação, o principal público potencial são os estudantes do ensino médio, que podem ainda ser delimitados segundo o ano de ensino (1, 2, 3 ou egresso recente). Já para a pós-graduação, o principal público potencial são os egressos recentes da graduação, ou outros estudantes já graduados. O público potencial pode ser alterado de acordo com o objetivo da campanha e ou produto/serviço que será oferecido.
- Imprensa: jornalistas, editores, coordenadores de redação e colunistas.
- Formadores de opinião: professores, imprensa, políticos, lideranças empresariais e influenciadores digitais.



11.1.2 Divisão de Marketing e Comunicação

A comunicação institucional da UPF perpassa por diferentes áreas e setores que têm como principal objetivo gerir a marca Universidade de Passo Fundo e, ainda, contribuir para o alcance dos objetivos institucionais. A Divisão de Marketing e Comunicação (DMC) tem como propósito a constante evolução no campo estratégico, com visão de mercado e participativa na constituição de uma universidade comunitária competitiva, sustentável, qualificada e atraente aos públicos.

Um avanço importante para a instituição foi a reformulação de sua estrutura de marketing e comunicação realizada no ano de 2019. A DMC passou a ser constituída de três principais áreas: marketing, comunicação integrada e relacionamento. Essas áreas subdividem-se em: Atendimento Institucional; Inteligência de Mercado; Eventos; Administrativa; Planejamento de Comunicação e Mídia e Assessoria de Imprensa e Comunicação Digital; além do Setor de Relacionamento com o Mercado, formado pelo Núcleo de Vendas. Além disso, conta com o apoio de fornecedores internos e externos.

O Setor de Marketing compreende as áreas de Atendimento Institucional, Administrativa, Inteligência de Mercado e Eventos. A área de Atendimento Institucional, dentro da divisão, é a responsável pelo atendimento e pela gestão de todas as demandas de marketing e comunicação da universidade, além de manter o relacionamento com os clientes internos. Cada unidade acadêmica e/ou setor da instituição possui um atendimento próprio. Com a grande demanda institucional, entende-se a necessidade de ampliar essa área para os próximos anos, hoje formada por dois profissionais. A área Administrativa é responsável pelo controle orçamentário. Toda a parte administrativa e operacional relacionada à compra de mídia também é de responsabilidade dessa área. A Inteligência de Mercado tem como responsabilidade realizar análise de dados externos e internos, para subsidiar as tomadas de decisão da DMC e da gestão da universidade. Possui um papel fundamental para as tomadas de decisão no que tange à captação de novos estudantes e para os planejamentos de marketing e comunicação. Essa é uma área ainda embrionária dentro da instituição e que tem se revelado cada vez mais necessária. A área de Eventos é responsável pelo planejamento e pela gestão dos eventos institucionais e de co-branding (parceria com outras marcas) e pelo suporte nos eventos acadêmicos da instituição. Tem como finalidade o relacionamento com os públicos interno e externo por meio de ações institucionais, além de estar responsável pelos materiais institucionais, como brindes, estruturas de eventos e sinalizações institucionais, e pelas parcerias com outras marcas.

O Setor de Comunicação Integrada é formado pelos núcleos de: Planejamento de Comunicação e Mídia e de Assessoria de Imprensa e Comunicação Digital. O Núcleo de Planejamento de Comunicação e Mídia é o responsável pelo planejamento geral das campanhas que envolvem a captação de estudantes e/ou campanhas institucionais. O Núcleo de Assessoria de Imprensa e Comunicação Digital é o responsável pelo planejamento de conteúdo digital, gerenciamento das redes sociais oficiais da UPF, no que se refere a conteúdo orgânico e interações com o usuário; gerenciamento e atualização do portal e dos sites institucionais; e envio e gerenciamento da comunicação digital interna. Também realiza produção de conteúdo-notícias, fotos, cobertura de eventos e divulgação oficial dos assuntos da universidade, tanto para os canais da instituição como para a inserção dos assuntos da UPF junto aos veículos de comunicação. É, ainda, responsável pelo atendimento de todas as demandas da imprensa externa. Com o início da gestão das redes sociais institucionais, no ano de 2020, o núcleo tem passado por um reposicionamento de sua atuação, interna e externa, bem como por ajustes no modelo de trabalho. Seja nos meios de comunicação,



internos ou externos, ou nas conversas nas redes sociais, busca-se, sempre, a aproximação e o relacionamento da marca com os diferentes públicos que consomem esses conteúdos.

O Setor de Relacionamento com o Mercado, formado pelo Núcleo de Vendas, tem como responsabilidade operacionalizar projetos e processos de relacionamento e de vendas, assim como realizar atendimento com foco na qualificação da experiência dos públicos, alinhados aos programas de marketing. O setor prospecta, para os próximos cinco anos, evoluir nos processos de trabalho, sobretudo, por meio de ferramentas de automação em marketing, com a implantação do CRM Educacional em 2021.

Além das áreas vinculadas à DMC, a UPF também conta com a prestação dos serviços do Núcleo Experimental de Publicidade e Propaganda (Nexpp) e do Núcleo Experimental de Jornalismo (Nexjor), além do Complexo de Radiodifusão da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) — Rádio UPF e UPFTV. O Nexpp, vinculado ao Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Artes e Comunicação, supre as demandas da DMC através da criação das principais campanhas publicitárias da universidade, bem como atende às unidades e aos setores em suas demandas comunicacionais ligadas à divulgação publicitária. Também participa de pesquisas de percepção com finalidade tanto comunicacional quanto pedagógica. O Nexjor presta serviços de produção de conteúdo editorial e multimídia, planejamento gráfico e cobertura de eventos. Também é responsável pela produção do programa semanal e pela gravação de reportagens do Universidade Aberta, que faz parte da grade de programação da UPFTV.

O Complexo de Radiodifusão da FUPF compreende a UPFTV e a Rádio UPF. A UPFTV é uma emissora de televisão em canal aberto que oferece conteúdo para um público de aproximadamente 400 mil pessoas. Desde 2020, é afiliada à TV Cultura. A Rádio UPF se caracteriza por uma programação diferenciada, no que diz respeito tanto ao seu conteúdo musical quanto ao que compõe o seu jornalismo. Na informação, tem-se uma abordagem diferente, na qual a notícia é acompanhada de música de qualidade, em um formato descontraído, mas sem perder a credibilidade.

11.2 Ouvidoria institucional

A Ouvidoria é um setor da UPF diretamente vinculada à Reitoria, que tem como objetivos: a) ser um espaço de acolhida e escuta da comunidade universitária (acadêmicos, professores, funcionários, gestores e comunidade externa); b) receber, analisar e encaminhar as demandas (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias) aos gestores (superiores), para que sejam solucionadas e respondidas à Ouvidoria; c) contribuir com a qualidade institucional e a realização de sua missão.

Como princípios orientadores, o setor preconiza que: a) todo o processo deve ser conduzido em sigilo e confidencialidade e também no anonimato, quando do interesse do demandante; b) em todos os momentos do processo, haverá amplo espaço para o diálogo entre as partes; c) o princípio da justiça também deve estar presente, para que os direitos dos envolvidos e os deveres institucionais sejam garantidos, conforme as normas vigentes.

A Ouvidoria tem sede no Campus I, é regida pelo Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário (Consun), sendo constituída pelo ouvidor e pessoal administrativo. O ouvidor é indicado pela Reitoria, com aprovação do Consun. O setor atende presencial e remotamente, sendo possível também atendimento por agendamento. As demandas que chegam podem seguir seu fluxo por dois caminhos:



- a) fluxo normal encaminhamento para o gestor superior (dos envolvidos) nas unidades acadêmicas e nos setores que realizam as tratativas e a emissão de parecer; retorno para Ouvidoria, conforme os prazos regimentais; se a resposta satisfaz, encaminha a resposta para o demandante e procede o arquivamento do registro; se a resposta não satisfaz, encaminha para uma Vice-Reitoria, seguindo o fluxo especial.
- b) fluxo especial encaminhamento para a Vice-Reitoria pertinente; repasse para a Comissão de Ética, que instaura um processo e dá parecer; esse parecer é devolvido à Vice-Reitoria, que toma as providências indicadas, e para a Ouvidoria, que faz o encaminhamento para o demandante; nesse caso, o processo é arquivado ao final das providências tomadas pela instituição.



CAPÍTULO 12 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) possui infraestrutura adequada para proporcionar às mantidas a execução das atividades inerentes à administração, ao ensino, à pesquisa e à extensão, em toda a estrutura multicampi. Anualmente, são feitos investimentos na ampliação e na modernização dos espaços, em um movimento contínuo de atualização. A Tabela 15 apresenta a infraestrutura geral disponibilizada pela FUPF.

Tabela 15 – Dimensão e distribuição geográfica da estrutura física da FUPF

Matrícula	Descrição	Área física		Área construíd		Observações	
				Própria Coberta Descoberta		Cedida/	
						Locada	
		Própria	Cedida/			Coberta	1
			Locada				
22.402	Área da usa samum da	4.217.156,46	70.485,45	158.650,61	65.230,14	6.282,89	Área física está
22402	Área de uso comum do Condomínio UPF			1.993,31			diluída nas
							matrículas do
							Condomínio
66859	Quadra A	99.433,35		15.556,58	16.024,00		
66860	Quadra B	38.969,51		17.434,74			
66861	Quadra C	20.698,71		4.155,33			
66862	Quadra D	34.390,72		10.333,82			
66863	Quadra E	32.816,41		3.732,10	6.500,00		
66864	Quadra F	54.942,15		1.133,62			
66865	Quadra G	16.422,93		4.803,64	3.540,00		
66866	Quadra H	9.093,94		4.418,75			
66867	Quadra I	12.797,69		2.885,70			
66868	Quadra J	43.842,84		6.272,97			
66869	Quadra K	52.842,15		1.780,70			
66870	Quadra L	43.149,61		4.023,73			
135612	Gleba 1	780.838,12		8.291,13			Quadra I
				3.708,70			Quadra M
				7.843,77			Quadra O
				3.525,78			Quadra P
				4.204,22	29.549,15		Quadra Q
				2.703,95			Quadra R
				5.605,35			Quadra U
				3.670,92			Quadra V
				50,30			Quadra X
135613	Gleba 2	337.255,21					
135614	Gleba 3	51.442,80					
135615	Gleba 4	522.701,87					
38227	Cepagro	357.140,00					Azambuja



103864	Cepagro	1.210.246,00		7.110,12			Zona Rural
22403	Gleba BR 285 - Av. Brasil	261.328,50		1.350,37			APROFUPF
7462	Termo de ocupação PMPF-FUPF		57.584,80				Lixão
11225	Terreno Rua Morom	588,83					Fundos da Havan
55901	Terreno Rua Sen. Salgado Filho	600,00					
71129	Terreno Rua Bezerra de Menezes esq. Cel. Camisão	1.500,00		576,00			Antiga Defrec
71130	Terreno Rua Cel. Camisão	500,00					Antiga Defrec
47312	Terreno Rua Bezerra de Menezes	425,00					
11220	Terreno Bairro Petrópolis	3.450,00					Próx. Rio P. Fundo
133579	Terreno Rua Sergio Coradi	396,00					Pedreira
133580	Terreno Rua Sergio Coradi	396,00					Pedreira
133581	Terreno Rua Sergio Coradi	396,00					Pedreira
133582	Terreno Rua Ernani Bins Filho	390,00					Pedreira
133583	Terreno Rua Ernani Bins Filho	312,00					Pedreira
133584	Terreno Rua Ernani Bins Filho	312,00					Pedreira
133585	Terreno Rua Ernani Bins Filho	312,00					Pedreira
133586	Terreno Rua Ernani Bins Filho	390,00					Pedreira
133587	Terreno Rua Floresta	396,00					Pedreira
133588	Terreno Rua Floresta	396,00					Pedreira
133589	Terreno Rua Floresta	396,00					Pedreira
11250	Campus II - Rua Teixeira Soares	2.500,00		5.128,04			
11222	Campus III - Rua Paissandú	583,00		301,58			Antigo CPA
11224	Campus III - Av. Brasil	519,75					
11241	Campus III - Av. Brasil/Paissandú	2.006,40		4.133,20			
21637	Campus Carazinho	21.339,85					
21638	Campus Carazinho	43.748,86		7.596,88			
6796	Campus Casca	4.291,56		770,70			
6798	Campus Casca	1.500,00		3.196,66			
19139	Campus Lagoa Vermelha	100.245,32		2.873,64			Área em processo de desdobro
32925	Campus Palmeira das Missões - Prédios	4.382,38		2.523,31			
32926	Campus Palmeira das Missões - Ginásio	4.145,39		1.735,10			
32927	Campus Palmeira das Missões - Campo	14.543,60			9.616,99		
19938	Campus Sarandi		11.901,76			5.284,00	Matrícula anterior 15901
25620	Campus Soledade	24.842,02		3.005,90			Prédio Principal
х	Campus Soledade		998,89			998,89	Escola Atílio Vera
77101	Imóvel em Coxilha, RS	1.000,00		220,00			

Fonte: Setor de Engenharia e Projetos (2021).



12.1 Infraestrutura geral

A Universidade de Passo Fundo (UPF) está organizada em uma estrutura regional, com sede no município de Passo Fundo e campi localizados em Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Sarandi e Soledade. A infraestrutura é composta por espaços adequados às tarefas administrativas e aos objetivos pedagógicos, no atendimento às dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Os ambientes de estudo, trabalho e convivência (incluindo laboratórios, salas de aula, de professores, de coordenação e direção, bem como diretórios e centros acadêmicos), de tamanho adequado às demandas, apresentam acessibilidade plena e conforto ambiental a todos os seus usuários.

O suporte acadêmico-administrativo é realizado pela secretaria das unidades/dos polos/curso em salas adequadas para esse fim. Igualmente, a UPF possui setores que prestam apoio técnico relacionado às estruturas dos laboratórios, à acessibilidade e à higienização. Há, ainda, à disposição serviços de alimentação para além dos setores vinculados à atividade fim da universidade.

A ampliação das instalações físicas depende de estudos de viabilidade econômica e das necessidades para a boa execução das atividades. A UPF dispõe de um Setor de Obras, que, além de manter as estruturas físicas em bom estado de conservação, programa reformas e ajustes nas instalações, visando ao bem-estar da comunidade acadêmica. Para o quinquênio 2022 a 2026, estão previstos os seguintes encaminhamentos:

- 1. Reforma e adequação do prédio B05, para implementar a Central de Pós-Graduação;
- 2. Reformas e adequações de prédios, para atender à organização das novas unidades acadêmicas, em consequência da reforma político-administrativa;
- 3. Constantes atualizações e adequações de acessibilidade;
- 4. Constantes atualizações e adequações de prevenção de incêndio.

12.2 Biblioteca

A atuação da Rede de Bibliotecas da UPF está pautada no apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação e se configura como um espaço de construção e socialização do conhecimento, participando de forma determinante no processo formativo dos acadêmicos. Para que isso ocorra, a Rede de Bibliotecas está presente em todos os campi da UPF e, de forma integrada e articulada, permite à comunidade acadêmica utilizar todos os acervos e serviços, independente do campus onde o curso ocorre.

A rede é constituída de nove bibliotecas, sendo uma central e oito setoriais. A Biblioteca Central, a Biblioteca do Centro de Documentação e Informação do Livro Didático e a Biblioteca UPF Idiomas estão localizadas no Campus I, enquanto a Biblioteca Biomédica encontra-se no Campus II. As demais bibliotecas situam-se nos campi – Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Sarandi e Soledade.

12.2.1 Estrutura física

A Biblioteca Central disponibiliza uma área física de 3.076,32 m² de área construída, na qual existe infraestrutura de espaços e serviços, como: acervo; acervos especiais; setor de hemeroteca; setor de multimeios; setor de atendimento; setor de aquisição; setor de restauração; setor administrativo; salas de estudo, em grupo e individual; sala de exposições; auditório; recepção e



escaninhos; reprografia; Mundo da Leitura; e circulação interna. A Biblioteca Central dispõe de um auditório com capacidade para aproximadamente 140 pessoas e de infraestrutura para apresentação de vídeos e teleconferências.

A aquisição de periódicos e o controle de aquisição de livros, bem como o processamento técnico do acervo da Rede de Bibliotecas, são realizados pela Biblioteca Central. As instalações para o acervo de livros ocupam uma área de 547,36 m². A Hemeroteca possui área de 267,64 m² destinada ao acervo e 100,68 m² para a área de estudo. As instalações para o setor de Multimeios, equipado com três computadores multimídia, ocupam uma área de 24,21 m². Já a sala de exposições possui área de 84,55 m², e o auditório, com, aproximadamente, 140 lugares, ocupa uma área de 181,22 m². Na Biblioteca Central, encontram-se três ambientes reservados para estudo individual, totalizando 100 lugares, e instalações para estudo em grupo, somando 180 lugares.

Para controle e gerenciamento do acervo, utiliza-se o sistema Pergamum, que disponibiliza as informações por acesso remoto, com módulo de empréstimo informatizado, reservas e renovações via internet e catalogação de acordo com o CCAA2 e no formato Marc. Assim, o usuário pode efetuar reserva e renovação de materiais via internet, pela página da Rede de Bibliotecas ou pelo aplicativo "Sou UPF". O empréstimo do acervo é realizado mediante identificação biométrica. Aos egressos cadastrados no Programa Elos, é permitido acesso a todos os materiais em formato virtual.

Todas as atividades técnicas da Rede de Bibliotecas são desenvolvidas por quatro profissionais graduados em Biblioteconomia, devidamente registrados no CRB. A Rede de Bibliotecas conta ainda com um supervisor, quinze auxiliares de biblioteca, dois assistentes administrativos, dois auxiliares de serviços gerais e dois encadernadores.

O horário de funcionamento da Biblioteca Central é de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h30min, e aos sábados, das 8h às 12h.

12.2.2 Acervo físico

A Rede de Bibliotecas conta com um acervo total de 121.010 títulos e 301.535 exemplares de livros, somados a 149.469 exemplares de periódicos. Já o acervo da Biblioteca Central corresponde a 74.645 títulos e 186.241 exemplares de livros, além de 98.403 exemplares de periódicos. O acervo abrange todas as áreas do conhecimento e busca atender às necessidades informacionais dos cursos existentes na instituição.



Na Tabela 16, é possível identificar os dados do acervo físico da Rede de Bibliotecas.

Tabela 16 – Livros: número de títulos e exemplares da rede por biblioteca

Biblioteca	Títulos	Exemplares
Biblioteca Central	74.645	186.421
Biblioteca Biomédica	5.939	14.062
Biblioteca Campus Carazinho	8.519	22.701
Biblioteca Campus Casca	7.141	19.134
Biblioteca Centro de Documentação	5.119	8.941
Biblioteca <i>Campus</i> Lagoa Vermelha	6.670	17.136
Biblioteca <i>Campus</i> Sarandi	2.745	9.789
Biblioteca Campus Soledade	8.077	20.240
Biblioteca UPF Idiomas	2.155	3.111
Total	121.010	301.535

Fonte: Biblioteca Central (2021).

12.2.3 Acervo virtual

O acervo virtual da Rede de Bibliotecas da UPF, especificamente, é composto por normas técnicas, bases de dados, periódicos eletrônicos e *e-books*.

a) Bibliotecas virtuais

Além de investir em acervo impresso, e com o propósito de garantir a ininterrupta atualização do acervo, a instituição conta com a assinatura de três bibliotecas virtuais (Minha Biblioteca, Pearson e EBSCO eBooks), que disponibilizam mais de 230 mil títulos. Com um amplo acervo multidisciplinar, as plataformas são compostas de títulos técnicos e acadêmicos, com textos na íntegra. O acesso virtual é multiusuário, dispõe de acessibilidade digital de conteúdo; os títulos são atualizados sempre que surge uma nova edição, podendo ser acessados em qualquer dispositivo conectado à internet, 24 horas por dia, 7 dias por semana, permitindo acesso simultâneo, o que contempla e atende à constante demanda de pesquisa da comunidade acadêmica. No período de janeiro de 2020 a agosto de 2021, a utilização das bibliotecas virtuais contabilizou 133.648 acessos e 2.723.674 páginas visualizadas.

b) Repositórios institucionais

Os repositórios institucionais são sistemas de informação *on-line* que servem para reunir de modo organizado a produção científica da instituição, promovendo a preservação e a divulgação dos materiais gerados em seu âmbito. Com o compromisso de assegurar a visibilidade da pesquisa desenvolvida na UPF, desde 2011, a Rede de Bibliotecas fomenta, a cada semestre, a inclusão dos novos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) dos cursos de graduação no repositório institucional.

No momento, 20 cursos de graduação possuem os seus trabalhos publicados, indicados pelas bancas examinadoras, com base em critérios predefinidos pelos Colegiados de curso, totalizando mais de 1.900 títulos, acessíveis pela internet.



c) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da UPF está integrada ao sistema de informação de teses e dissertações existente nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, desenvolvido e coordenado pelo IBICT. Por meio da BDTD, os trabalhos de mestrado e doutorado produzidos na instituição ganham maior visibilidade e difusão em âmbito nacional, além de oportunizar o fácil acesso à produção científica dos pesquisadores da UPF. Atualmente, a instituição conta com quinze programas de pós-graduação em andamento, totalizando 2.041 títulos, acessíveis pela internet.

12.2.4 Acervo de periódicos e bases de dados

A instituição oportuniza acesso remoto a milhares de periódicos científicos, assinados e/ou contratados via convênio através de bases de dados e portais de periódicos. Entre as bases estão: Portal de Periódicos Capes, Revista dos Tribunais Online, JStor, DevMedia, UpToDate e Target GEDWeb. O Portal de Periódicos Capes permite acesso a mais de 410 bases de dados, entre texto completo e referenciais.

No caminho das melhorias contínuas na oferta de serviços e permanecendo como uma unidade atuante no processo de ensino e aprendizagem, capaz de criar formas de aproximação com o usuário, a Rede de Bibliotecas oferece serviços que atendem a todos os segmentos de usuários, desde orientação para utilização de normas técnicas para formatação de trabalhos acadêmicos, até auxílio a pesquisas em bases internacionais. Nesse sentido, o projeto Oficinas de Capacitação, ministrado pela Rede de Bibliotecas, permite ao acadêmico ampliar e aprofundar o conhecimento, fornecendo maior autonomia de pesquisa, com o intuito de desenvolver a capacidade crítica na recuperação da informação. Na Tabela 17, estão descritos os números de títulos do acervo físico da Rede de Bibliotecas.

Tabela 17 – Número de títulos de periódicos por biblioteca (impresso)

Biblioteca	Títulos
Biblioteca Central	2.271
Biblioteca Biomédica	387
Biblioteca <i>Campus</i> Carazinho	192
Biblioteca <i>Campus</i> Casca	101
Biblioteca Centro de Documentação	118
Biblioteca <i>Campus</i> Lagoa Vermelha	111
Biblioteca <i>Campus</i> Sarandi	66
Biblioteca <i>Campus</i> Soledade	162
Biblioteca UPF Idiomas	7
Total	3.415

Fonte: Biblioteca Central (2021).



12.2.5 Política de atualização e expansão de acervo e estruturas

A instituição, que se caracteriza por ensino, pesquisa, extensão e inovação, tem a biblioteca como um pilar fundamental no suporte para o desenvolvimento institucional, e seu acervo, de caráter multidisciplinar, contribui de forma relevante nas atividades acadêmicas.

A ampliação do acervo, tanto físico quanto virtual, está diretamente relacionada à expansão/readequação da infraestrutura universitária, à reorganização dos fluxos de trabalho, à oferta de produtos e serviços de informação. A manutenção e a atualização do acervo físico e a ampliação do acervo virtual são ações prioritárias da instituição.

A política de aquisição e atualização do acervo bibliográfico da UPF observa critérios voltados ao crescimento equilibrado em todas as áreas e ao gasto racional dos recursos financeiros disponíveis para esse fim, de modo a atender, igualitariamente, às demandas dos cursos de graduação e pós-graduação da UPF, permitindo que o acervo cresça de forma consistente, qualitativa e quantitativamente. A política, institucionalizada e publicizada internamente, é constantemente revista em função de alterações nos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação (MEC), que estabelece novas diretrizes curriculares, bem como as necessidades dos cursos, em sintonia com o projeto pedagógico do curso (PPC). O trabalho em conjunto de professores, coordenadores e profissionais da informação é fundamental no processo decisório, utilizando como base os conhecimentos de cada área, para posterior aprovação pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A política estabelece que, em cada disciplina da matriz curricular, o PPC deverá contemplar três títulos de bibliografia básica e cinco títulos de bibliografia complementar. Os títulos em formato eletrônico estão sendo incluídos, gradativamente, nos PPCs dos cursos. As bibliografias dos cursos de caráter híbrido devem ser, em sua totalidade, pertencentes ao acervo virtual disponibilizado pela Rede de Bibliotecas.

As assinaturas das bibliotecas virtuais são renovadas anualmente, garantindo a continuidade do acesso e a disponibilidade do material. A expansão do acervo virtual é constante e a previsão de investimentos para o quadriênio é de 40% no número de títulos. Quanto aos exemplares físicos, todos os títulos indicados na bibliografia básica e não existentes em formato virtual serão adquiridos pela instituição.

12.3 Laboratórios

12.3.1 Laboratórios de informática e recursos de comunicação

A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) é responsável pela disponibilização de infraestrutura necessária para os alunos utilizarem os diversos recursos de informática para o auxílio nas áreas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão. Tem, portanto, como principal objetivo garantir a gestão e o uso eficaz de Tecnologia da Informação (TI) na UPF.

A UPF possui um extenso parque de equipamentos de informática, dotado de microcomputadores, impressoras e projetores multimídia. Os microcomputadores e as impressoras estão interligados através de uma rede de fibra óptica e links de dados para o acesso dos campi.

A instituição mantém uma equipe de técnicos que dá suporte aos professores e aos alunos na utilização e na manutenção dos recursos de informática. Possui uma política de atualização de



equipamentos e de softwares, priorizando sempre a área acadêmica. A UPF possui licenciamento dos softwares utilizados, como, por exemplo, licença campus agreement da Microsoft, renovada anualmente, que permite a utilização do Microsoft Windows e do Microsoft Office em todo o parque de equipamentos.

A UPF adota uma política de conservação e manutenção dos equipamentos de informática, sendo privilegiada a compra de equipamentos que tenham três anos de garantia operacionalizados pelo fabricante. Após esse período, a manutenção dos equipamentos é realizada pelo Núcleo de Manutenção Eletrônica da UPF, com técnicos habilitados para essa função. A universidade tem como política o incentivo à utilização de softwares livres, sempre que possível, adequados às necessidades internas e externas.

Os laboratórios são destinados às aulas prático-teóricas, ao ensino da informática, à prática individual de conteúdos curriculares e extracurriculares, à pesquisa, à extensão e à prestação de serviços a professores, funcionários e alunos. Os alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação da UPF utilizam essa infraestrutura sempre que necessitam.

Os softwares instalados para cada disciplina são indicados pelos professores, sendo, a partir daí, gerado um perfil de sistema a ser utilizado durante as aulas, observando-se o tipo de licenciamento de software e as normativas de uso. A manutenção de hardware é realizada na própria universidade pela DTI, através da Seção de Infraestrutura e Suporte.

Todos os computadores disponíveis aos alunos e aos professores possuem conexão à internet. A universidade conta também com cobertura wireless. Essa rede é disponibilizada para alunos, professores e funcionários com vínculo ativo, realizando autenticação com usuário e senha da instituição. A principal vantagem dessa rede é que, uma vez configuradas as credenciais, ao chegar nos ambientes com cobertura, o acesso será automático, sem necessidade de informar o usuário e a senha novamente.

Os laboratórios utilizam um sistema de gerenciamento que permite ao usuário escolher o software que vai utilizar no momento em que liga o equipamento (boot remoto com boot/P), facilitando a utilização dos recursos. Existem, ainda, alguns laboratórios específicos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e pós-graduação.



12.3.2 Laboratórios de ensino e pesquisa

A UPF conta com 1.165 dependências voltadas ao ensino. Dentre elas, destacam-se as salas de aula, os laboratórios, as clínicas, as salas de ensino prático experimental, o Centro de Simulação Realística, entre outros, conforme demonstrado na Tabela 18. Além disso, a infraestrutura institucional contempla museus, anfiteatros, auditórios, ginásios poliesportivos, emissora de televisão universitária, emissoras de rádio, editora e uma ampla área verde.

Tabela 18 – Dependências voltadas ao ensino na estrutura multicampi

DEPENDÊNCIAS VOLTADAS AO ENSINO												
Tipo de dependência	Campus I	Cepagro	Campus II	Campus III	Campus Carazinho	Campus Casca	Campus Lagoa Vermelha	Campus Palmeira das Missões	Campus Sarandi	Campus Soledade	Outros	Total
Anfiteatros / Auditórios	15	-	2	-	1	-	-	-	1	1	-	20
Bibliotecas	2	-	1	-	1	1	1	-	1	1	-	8
Clínicas	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47	130
Laboratórios	266	6	1	-	6	5	2	-	5	6	-	297
Oficinas didáticas	6	-	-		-		-	-	-	-	-	6
Salas de aula	301	3	15	-	41	36	20	-	18	25	2	461
Salas de ensino prático experimental	116	12	14	11	14	8	6	-	-	7	1	189
Outras (museu, piscinas, ginásios, salas de exposição, etc.)	30	8	1	-	3	-	-	-	-	2	10	54
Total	819	29	34	11	66	50	29	0	25	42	60	1165

Fonte: Setor de Engenharia e Projetos (2021).



CAPÍTULO 13 - PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As questões de acessibilidade, quando não garantidas, podem se tornar barreiras para o acesso e a permanência das pessoas com deficiência em diferentes espaços sociais, educacionais e no mundo do trabalho. O Setor de Atenção ao Estudante (SAEs), desde sua criação, pela Resolução 1/2008, atenta-se para as questões legais e ações que busquem garantir condições de acesso e permanência aos estudantes e aos profissionais com deficiência na Universidade de Passo Fundo (UPF), investindo prioritariamente nas suas potencialidades e, a partir delas, transpondo ou eliminando barreiras.

No intuito de garantir o acesso dessa população, faz-se necessário que a promoção de acessibilidade seja construída de maneira ampla e em diálogo direto com seus respectivos protagonistas e demais setores da instituição, considerando a legislação vigente, que respalda a promoção da acessibilidade. Ressalta-se que a Lei n. 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em conjunto com as demais políticas públicas que dela decorrem, a fim de garantir os direitos das pessoas com deficiência.

O SAEs considera o protagonismo fundamental no processo de ensinar e aprender. Nesse sentido, prima pela autonomia dos estudantes e dos profissionais com deficiência da UPF, instigando-os a construir a sua história e a desenvolver estratégias que possam garantir uma experiência universitária significativa e uma formação acadêmica e profissional plena. Para além disso, também busca a vinculação com a comunidade externa, por meio do seu caráter comunitário, estimulando parcerias com outras instituições de Passo Fundo e da região que tenham o desejo de construir coletivamente possibilidades de tornar a educação acessível para todos e, assim, garantir o direito pleno à cidadania.

13.1 Políticas e adequações de infraestrutura física e meios de comunicação

A construção de estratégias que visem à garantia da acessibilidade de estudantes e profissionais com deficiência e transponham possíveis barreiras requer o fortalecimento de vínculos desses com seus pares, profissionais, comunidade interna e externa, potencializando o desenvolvimento da autonomia. O SAEs prima por manter um diálogo aberto com todos os envolvidos nesse processo, no intuito de pensar as adequações à infraestrutura e buscar a garantia da acessibilidade à toda a instituição.

O Programa AcessoSim tem como princípio a participação dos estudantes e dos profissionais com deficiência nos diferentes espaços da instituição, incentivando e garantindo o seu acesso e a sua permanência. Para tanto, é fundamental pautar as ações no princípio da equidade e numa interação dialógica, em que as diferenças dos diversos estudantes e profissionais sejam reconhecidas e consideradas na perspectiva da alteridade. Nessa mesma lógica, as ações do programa estão em consonância com o que preconizam a Constituição federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no que concerne ao direito à educação para todos. O programa, orientado pelas leituras de realidades, considera as restrições e os impedimentos para a plena participação na vida acadêmica, analisando as barreiras que podem restringir ou impedir a acessibilidade, sendo:

atitudinal: a atenção aos estudantes e aos profissionais necessita ser constantemente fomentada intersetorialmente, partindo dos princípios de equidade e alteridade, que



visam à consideração de todos, independente de sua condição, prevalecendo o respeito à pluralidade nos seus mais distintos aspectos. Contribuem, nesse processo, duas ações, a saber: formação continuada dos profissionais e o Coletivo PcD. A primeira, a fim de viabilizar momentos de aprofundamento teórico metodológico, em parceria com a Divisão de Gestão de Pessoas (DGP), o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e a Divisão de Marketing e Comunicação, objetivando a práxis pedagógica e os processos de trabalho qualificados, com vistas ao pertencimento, à permanência das pessoas com deficiência, ao seu protagonismo e à autonomia na experiência universitária; a segunda, viabilizando o encontro das pessoas com deficiência em torno da garantia de seus direitos, levando em consideração a convivência e a troca de saberes, contribuindo para o protagonismo dos envolvidos e a consideração da eficiência e das competências de cada sujeito;

- físico e estrutural: mapeamento constante, junto aos setores institucionais, sobre condições físicas e estruturais, propondo possíveis adequações, a fim de tornar os espaços acessíveis a todos, independente de sua condição física, seu modo de deslocamento, conforme a legislação NBR 9050 (ABNT, 2020), assim como a manutenção permanente da estrutura física já existente. Para tanto, consideram-se: acessibilidade física e estrutural, rampas de acesso, elevadores, barras de apoio, corrimão de escadas, piso tátil, placas de identificação de ambiente em Braile; vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e orientação de mobilidade; deslocamento das pessoas com deficiência com acompanhamento de profissional e/ou guia vidente;
- comunicação e sinalização: o protagonismo e a autonomia dos estudantes e dos profissionais com deficiências sensoriais – auditiva ou visual – requerem a observação das suas especificidades. No âmbito da deficiência visual, faz-se uso da Tecnologia Assistiva, área do conhecimento que compreende recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam a transposição de barreiras que restringem ou impedem o acesso às informações e aos ambientes, por conseguinte, a construção do conhecimento que compreende: leitura e transcrição, ampliação de material pedagógico, conversão para o Sistema Braille, utilização de recursos tecnológicos, leitores de tela e audiodescrição, dentre outros. Em relação à comunicação entre surdos e ouvintes, parte-se do que preconiza a Lei n. 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nesse sentido, o setor oferece o serviço de tradução e interpretação em Libras, que prevê a garantia da acessibilidade de comunicação entre surdos e ouvintes com qualidade, rigor técnico e teórico, nas atividades de cunho pedagógico e outras vinculadas à pesquisa e à extensão, na perspectiva de desenvolver a autonomia nos processos de ensinar e aprender. Contribui, nesse processo, o Laboratório Bilíngue, representando uma valiosa experiência comunicacional dos sujeitos surdos com seus pares e com ouvintes, propiciando situações que intencionam a transposição de barreiras linguísticas, a ampliação de vocabulário e o conhecimento do conjunto de elementos gramaticais da Língua Portuguesa.

13.2 Serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais

O serviço de tradução e interpretação é desenvolvido em diversas instâncias institucionais e tem como principal objetivo a garantia de direitos da comunidade surda no contexto da educação superior, contemplando os acessos à informação, à comunicação, ao conhecimento e à educação com



qualidade, justificando-se no âmbito de uma universidade comunitária como uma estratégia de acesso e permanência no ensino superior. Nesse sentido, tem-se a Lei n. 10.436/2002, que dispõe sobre a Libras, em conjunto com documentos institucionais como, por exemplo, a Política dos Estudantes da UPF, que norteia os serviços de tradução de interpretação na instituição.

Dentro da especificidade desse serviço na instituição, essa prática acontece em variados contextos e ambientes, em consonância com a Lei n. 12.319, de 1° de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, prestando os serviços e a assistência necessária para o desenvolvimento das atividades de tradução e interpretação na área educacional. Prima-se pela consideração dos aspectos culturais e linguísticos da comunidade surda, promovendo a acessibilidade comunicacional. A tradução e a interpretação são garantidas aos estudantes e aos profissionais, como meio de romper as barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes e, de fato, garantir os direitos à educação e a uma experiência universitária qualificada.



CAPÍTULO 14 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

14.1 Programa de autoavaliação

A autoavaliação é concebida como um processo formativo e sistemático de busca de subsídios para o aperfeiçoamento da qualidade institucional, em que seu resultado demonstra o nível de aceitabilidade ou a necessidade de adequação de uma atividade, processo ou produto definidos pelas instâncias superiores da instituição.

A concepção de autoavaliação preconizada na Universidade de Passo Fundo (UPF) fundamenta-se na participação democrática e dialógica de autocrítica e autolegislação que envolve toda a comunidade acadêmica, garantindo, às diferentes unidades, autonomia quanto à responsabilidade de execução do programa de autoavaliação. Ao assumir essa concepção, a instituição avalia sua própria finalidade de existência, independentemente das exigências definidas pelos mecanismos de avaliação externos.

A UPF tem uma trajetória avaliativa de mais de 30 anos, marcada por diferentes momentos. O processo se consolidou, sobretudo, a partir do início dos anos 1990, com o foco da avaliação na melhoria da qualidade do ensino de graduação. Nessa trajetória, a avaliação foi sendo cada vez mais institucionalizada como componente importante da qualificação dos processos de gestão acadêmica e administrativa, buscando assim integrar as ações de avaliação e planejamento institucional.

A autoavaliação é, portanto, um processo dialógico que permite olhar as dimensões quantitativas e qualitativas como expressões do vivido e do almejado, como projeto de formação relevante para o indivíduo e para a sociedade. Nesse sentido, o programa de autoavaliação prevê a avaliação e o acompanhamento deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tendo como objetivo principal verificar, além das condições de oferta e estrutura física e administrativa, as políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, além de avaliar também todas as ações de gestão nos diferentes níveis, desde as coordenações de curso até as direções das unidades acadêmicas e a Reitoria, buscando criar uma consolidação cada vez mais capilarizada da cultura da avaliação e que permita um acompanhamento sistemático de todas as ações propostas para os objetivos estratégicos aqui instituídos. Todos esses objetivos são acompanhados e monitorados por meio de indicadores e a partir dos resultados de avaliações externas e internas, permitindo assim não somente prover diagnósticos, mas também exercer papel fundamental no processo de implantação e acompanhamento do presente plano.

Com base em dois pilares fundamentais, um pilar formativo que faz uso dos indicadores de desempenho como ferramenta de gestão de cursos e unidades, o programa de autoavaliação também se complementa com um pilar regulatório voltado à aplicação do desempenho individual dos docentes na gestão da qualidade dos cursos, como forma de assegurar que o processo de autoavaliação permaneça sempre um processo consequente, com foco na melhoria contínua. Tais ações são fundamentais para o gerenciamento eficiente e ético dos recursos colocados à disposição para a execução da missão da universidade, para atingir os objetivos previstos em seus planos e para a condução de seus projetos e programas institucionais.

A proposta de autoavaliação da UPF tem em vista a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as dimensões sobre as quais incidem a avaliação são a missão, o ensino, a pesquisa, a extensão e a responsabilidade social, a pós-graduação e a gestão, vistas, prioritariamente, de forma



transversal. A avaliação de cada uma dessas dimensões é realizada por meio de instrumentos próprios, porém articulados entre si. As dimensões abordam concepções e objetivos com o intuito de identificar as potencialidades e as insuficiências dos cursos de graduação e pós-graduação e das diferentes divisões administrativas.

Dado que a autoavaliação é tida como uma atividade política, pedagógica e técnica, que implica a decisão de intervir na formação acadêmica, sua principal contribuição deve residir no aperfeiçoamento dos processos avaliativos e, consequentemente, nos processos de planejamento e de gestão, além de proporcionar as condições para a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Considerando a legislação em vigor, entende-se que, a valer-se dos resultados obtidos nos processos de autoavaliação, tanto internos quanto externos, para a revisão e a constante manutenção deste PDI, é uma estratégia de melhoria contínua da instituição.

O programa de autoavaliação deve constituir-se sempre em um processo global, permanente e sistemático, revestindo-se de critérios avaliativos com ampla legitimidade técnica e que assegurem o debate e a divulgação dos resultados para toda a comunidade acadêmica, em todas as suas diferentes etapas, fases e procedimentos.

Por fim, a divulgação dos resultados de autoavaliação deverá sempre seguir uma metodologia em que a comunidade acadêmica possa apropriar-se dos insumos resultantes de sua própria voz e responsabilizar-se conjuntamente pelas ações de saneamento daquilo que foi sistematizado como demanda de planejamento e gestão. Vale ressaltar que a estrutura organizacional, baseada em instâncias colegiadas, prima por um planejamento que, com base nos processos avaliativos, priorize as reais necessidades da comunidade acadêmica, em vista da melhor qualidade dos serviços prestados, para almejar os objetivos identitários da universidade.

14.2 Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UPF tem a atribuição principal de planejar os processos de avaliação e acompanhar os planos deles derivados, bem como realizar o processo de avaliação e o acompanhamento da execução deste PDI. Ela possui regulamento próprio e é constituída por membros do corpo acadêmico, do corpo técnico-administrativo, do corpo discente e de representantes da sociedade civil, conforme está previsto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Contando com instalações permanentes dedicadas às suas atividades, a CPA tem à sua disposição recursos tecnológicos que permitem a análise e a discussão dos resultados, bem como a construção de diferentes cenários de planejamento para os processos avaliativos, além de contar com uma biblioteca especializada no tema à disposição de seus membros e da comunidade acadêmica.

A CPA tem papel central no programa de autoavaliação, atuando como corpo decisor estratégico de todas as ações relativas à avaliação e tem na Divisão de Avaliação Institucional (DAI), departamento que faz parte da estrutura organizacional da UPF, o seu braço executivo responsável pela execução e pela sistematização dos processos avaliativos da instituição, em que o Presidente da CPA também atua como Coordenador do setor.

Outro elemento importante da CPA é sua articulação direta junto à Procuradoria Educacional Institucional, assegurando assim a interlocução constante das ações de avaliação interna com os requisitos das avaliações externas e o acompanhamento perene da legislação educacional.



CAPÍTULO 15 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

Mantida pela Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), a gestão econômica e financeira da Universidade de Passo Fundo (UPF) compete à Vice-Reitoria Administrativa (VRAdm), que tem por atribuição coordenar, orientar e fiscalizar a administração geral e de serviços próprios da universidade. No desempenho de suas funções, elabora e fiscaliza a execução do orçamento institucional; exerce a direção administrativa da UPF, planejando e coordenando atividades que dizem respeito à sua manutenção e ao seu desenvolvimento; zelando pela infraestrutura multicampi e pelo aperfeiçoamento das pessoas. Ainda, no que tange à gestão da instituição, compete ao Conselho Diretor da FUPF, órgão superior de administração, supervisionar a mantida.

A sustentabilidade da instituição se dá a partir de uma composição entre recursos privados oriundos das mensalidades pagas pelos estudantes e da prestação de serviços institucionais- e públicos - concedidos por isenções fiscais -, além de repasses via editais que concedem bolsas de estudos aos estudantes e de recursos para atividades de ensino, pesquisa e extensão. A arrecadação é reinvestida na própria instituição, e essas características fazem da UPF uma instituição "pública não estatal", denominada de universidade comunitária, como preconizado nos termos do art. 213 da Constituição federal.

Ancorada em uma gestão administrativa e financeira sóbria, a UPF utiliza o Orçamento como ferramenta para a elaboração do Planejamento Orçamentário. Nesse contexto, são avaliadas premissas de Receitas, Despesas, Custos e Investimentos, levando em consideração os planos e as necessidades estratégicas, sendo os recursos orçamentários estabelecidos anualmente.

Na perspectiva de otimização de recursos e redução dos gastos, atenta à sustentabilidade, a UPF orienta a composição do Plano Orçamentário a partir das diretrizes apresentadas na Tabela 19.

Tabela 19 – Diretrizes de composição do Plano Orçamentário

Item	Descrição
Metas orçamentárias	Estabelecer e primar pela ampliação de superávit econômico, tendo como objetivo a manutenção da liquidez do fluxo de caixa. Reduzir as despesas, proporcionalmente, quando da redução das receitas, com o objetivo de atender às metas anteriores. Buscar a sustentabilidade, gerando os recursos necessários para honrar os compromissos financeiros.
Estrutura e organização	A estrutura e a organização do orçamento se darão de acordo com a forma de detalhamento do cadastro geral dos centros de custos em todos os níveis: setores, seções, divisões e unidades.
Receitas	A base orçamentária das receitas será baseada no histórico dos valores efetivamente realizados, ajustados com as previsões de incrementos ou decréscimos.
Despesas	As despesas devem considerar a análise e o ajuste dos valores incorridos, tendo como parâmetro a projeção do fluxo de caixa positivo para o exercício, as previsões de programas de crédito, despesas de pessoal, custeio e financeiras.
Investimentos	As necessidades de investimentos são objeto de análise pelas instâncias competentes, levando em consideração o impacto do fluxo de caixa e a avaliação da demanda.
Projetos com verba	Serão acolhidos projetos com captação de verba externa que respeitem a meta orçamentária estabelecida no orçamento.

Fonte: VRAdm (2021).



A Tabela 20 evidencia, de forma transparente e conservadora, as bases orçamentárias para o quinquênio 2022-2026.

Tabela 20 – Base orçamentária para o quinquênio 2022-2026

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026
Receitas					
Anuidade/Mensalidade	236.504.733	244.191.137	251.516.871	259.062.377	266.834.249
Bolsas	- 57.900.028	- 59.781.779	- 61.575.232	- 63.422.489	- 65.325.164
Diversos	12.369.988	12.772.013	13.155.173	13.549.828	13.956.323
Financiamentos					
Inadimplência	- 2.316.573	- 2.391.862	- 2.463.618	- 2.537.526	- 2.613.652
Serviços	13.210.677	13.640.024	14.049.225	14.470.701	14.904.823
Taxas	2.252.430	2.325.634	2.395.403	2.467.265	2.541.283
Despesas					
Acervo Bibliográfico	- 427.127	- 441.009	- 454.239	- 467.866	- 481.902
Aluguel	- 2.317.394	- 2.392.709	- 2.464.491	- 2.538.425	- 2.614.578
Despesas administrativas	- 22.347.645	- 23.073.943	- 23.766.161	- 24.479.146	- 25.213.521
Encargos	- 28.134.313	- 29.048.678	- 29.920.139	- 30.817.743	- 31.742.275
Equipamentos	- 7.594.975	- 7.841.812	- 8.077.066	- 8.319.378	- 8.568.959
Eventos	- 2.500.000	- 2.581.250	- 2.658.688	- 2.738.448	- 2.820.602
Investimentos	- 623.779	- 644.052	- 663.373	- 683.275	-703.773
Manutenções	- 2.820.452	- 2.912.117	- 2.999.480	- 3.089.465	- 3.182.149
Mobiliários	- 523.779	- 540.802	- 557.026	- 573.737	- 590.949
Pagamento de pessoal administrativo	- 41.101.966	- 42.437.780	- 43.710.913	- 45.022.241	- 46.372.908
Pagamento de professores	- 94.520.952	- 97.592.883	- 100.520.669	- 103.536.290	- 106.642.378
Pesquisa e Extensão	- 623.779	- 644.052	- 663.373	- 683.275	- 703.773
Treinamento	- 469.382	- 484.637	- 499.176	- 514.151	- 529.576
Resultado	115.684	119.444	123.027	126.718	130.520

Fonte: VRAdm (2021).



Os recursos financeiros que ingressam na instituição, assim como as melhorias implementadas que geram benefícios, são revertidos em prol da qualidade dos serviços desenvolvidos e da sustentabilidade. Nos últimos anos, a mantenedora e a mantida promoveram um amplo projeto de reorganização interna, cujo principal objetivo foi redimensionar sua infraestrutura, com vistas a torná-la mais eficiente dos pontos de vista econômico, financeiro e organizacional, no intento de ajustar as operações ao dinâmico cenário da educação superior brasileira. Os impactos da reorganização estão evidenciados na base orçamentária projetada para o quinquênio 2022-2026. Além disso, o projeto da gestão prevê a continuidade da implementação de políticas e de ações dirigidas ao contexto de unidade de negócio, em que instrumentos como gerenciamento orçamentário, planejamento estratégico e definição de prioridades nos investimentos estão voltados à melhoria das condições operacionais da instituição.

Por fim, com uma gestão rigorosamente voltada para a efetivação das metas institucionais e um planejamento econômico responsável, a UPF se constitui em uma instituição economicamente saudável; com ampla e moderna infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a extensão, adequada à busca permanente da excelência e inovação.



CAPÍTULO 16 - MAPA ESTRATÉGICO E ELEMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DO PDI

A seguir, são apresentadas as linhas, os objetivos, as ações e os indicadores que, profundamente articulados, sistematizam, em um mapa estratégico, o desenvolvimento que se busca alcançar na Universidade de Passo Fundo (UPF) no período de 2022 a 2026.

16.1 Mapa estratégico

As seis linhas estratégicas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UPF foram sistematizadas em um mapa estratégico, o qual explicita a relação entre os contextos interno e externo, a missão, a visão e os valores da UPF, com as linhas estratégicas, as quais, por sua vez, estão relacionadas a um conjunto de objetivos e ações, ilustrados nas Figuras 6 e 7. A cada linha estratégica, também foram relacionados indicadores para verificação do alcance dos objetivos e do desenvolvimento institucional.





Figura 6 – Elementos do mapa estratégico Fonte: Comissão de Elaboração do PDI (2021).

Tais elementos foram definidos com base no que segue:

- análise do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), em especial princípios, núcleos fundantes, políticas institucionais e avaliação institucional;
- análise e atualização do PDI UPF 2017-2021, em processo desencadeado junto ao Conselho Universitário (Consun), ao final de 2020;
- contribuições da comunidade acadêmica, de natureza estratégica e operacional, coletadas ao longo do ano de 2021, frente ao processo de reforma político-administrativa vivenciado;
- pesquisa na comunidade acadêmica (professores, funcionários e alunos), por meio de questionário on-line, no mês de outubro de 2021;
- diálogo com gestores e equipes de assessoria;
- diálogo com a Divisão de Comunicação;
- contribuições de grupo de especialistas, que se dedicam ao estudo da educação superior;
- definição das linhas estratégicas em consonância com as políticas institucionais;
- sistematização, para cada linha estratégica, de objetivos, ações e indicadores.



Almeja-se, dessa forma, consolidar a UPF como instituição comunitária de educação superior, de excelência acadêmica, a partir de qualificada pedagogia universitária, com sustentabilidade estrutural e econômica, construída com planejamento e governança estratégica, preocupada com a qualidade do ambiente interno e das relações, com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, capaz de avançar nos processos de inovação e de internacionalização.

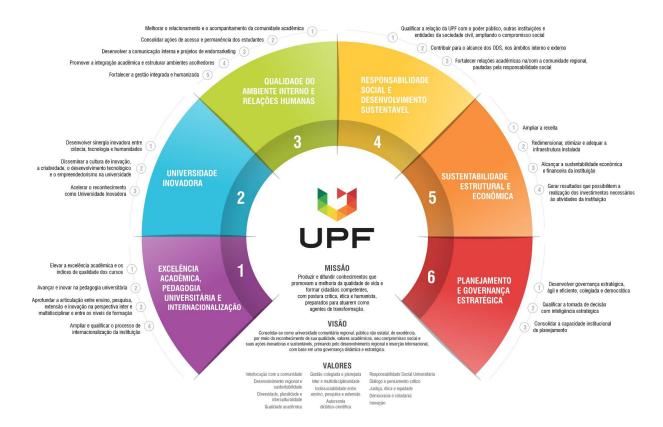


Figura 7 – Mapa estratégico do PDI UPF 2022-2026

Fonte: Comissão de Elaboração do PDI (2021).



Linha 1 – Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização

Objetivo 1.1 - Elevar a excelência acadêmica e os índices de qualidade dos cursos

CÓD.	A ÇÃ O
1.1.1	Consolidar-se como universidade comunitária de excelência acadêmica , melhorando índices de qualidade dos cursos.
1.1.2	Acompanhar a implementação dos cursos , criando mecanismos de apoio permanente à operacionalização dos projetos pedagógicos, primando pela formação integral, humanista e interdisciplinar dos acadêmicos.
1.1.3	Reafirmar o papel pedagógico do Coordenador/NDE/Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação na gestão acadêmica do curso, qualificando os processos de ensino e aprendizagem, a relação professor e aluno e o vínculo do estudante com a instituição.
1.1.4	Consolidar a pós-graduação como diferencial da instituição, por meio de melhores condições de pesquisa, formação, produção e divulgação científica aos docentes.
1.1.5	Manter a categoria de professores-pesquisadores , oportunizando bolsas de iniciação científica aos discentes, como processo acadêmico articulado ao ensino e à extensão.
1.1.6	Fortalecer a política de extensão , mantendo a categoria de professores-extensionistas e a participação dos estudantes, como processo acadêmico articulado ao ensino, à pesquisa e às políticas públicas, aprimorando mecanismos de produção e socialização do conhecimento.
1.1.7	Manter qualificado o corpo docente , priorizar a contratação de mestres e doutores nos processos seletivos, bem como os regimes de trabalho parcial e integral.
1.1.8	Fortalecer o processo de autoavaliação dos cursos , utilizando o <i>feedback</i> como estratégia de gestão acadêmica, em todos os níveis.
1.1.9	Melhorar os índices de qualidade dos cursos , garantindo suporte e acompanhamento aos cursos com baixo desempenho em avaliações internas e externas.
1.1.10	Qualificar o desempenho acadêmico do aluno ingressante , com o intuito de superar possíveis fragilidades da formação anterior, considerando, especialmente, as lacunas decorrentes do período pandêmico .
1.1.11	Oportunizar a vivência universitária , por meio de experiências de aprendizagem interculturais, multiprofissionais e articuladas com a comunidade.
1.1.12	Desenvolver programa plurianual de cultura e arte , voltado às comunidades interna e externa, buscando a formação estética, ética e cultural.
1.1.13	Desenvolver programa plurianual de esporte , voltado à comunidade interna, buscando a melhoria da qualidade de vida.



Objetivo 1.2 - Avançar e inovar na pedagogia universitária

CÓD.	A Ç Ã O
1.2.1	Manter a Política de Formação Docente da UPF, embasada nos princípios teórico-metodológicos do PPI, ampliando as ações de formação continuada voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, articulados às necessidades da comunidade.
1.2.2	Elaborar e executar plano de formação específico para professores e tutores envolvidos nos cursos na modalidade educação a distância (EaD) .
1.2.3	Manter serviço de apoio pedagógico ao professor , qualificando a estrutura e os serviços específicos, frente às demandas contemporâneas da docência.
1.2.4	Consolidar e qualificar o uso de tecnologias no processo educativo , aperfeiçoando a acessibilidade e a inclusão social .
1.2.5	Aperfeiçoar os sistemas tecnológicos de apoio acadêmico , de modo integrado, responsivo, dinâmico e flexível.
12.6	Manter atualizado o acervo da Rede de Bibliotecas .

Objetivo 1.3 - Aprofundar a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação na perspectiva inter e multidisciplinar e entre os níveis de formação

CÓD.	A Ç Ã O
1.3.1	Articular as ações da UPF às políticas públicas , mantendo e ampliando a participação em programas de qualificação do estudante no ensino superior (como Pibid, residências, etc.).
1.3.2	Acompanhar e viabilizar as estratégias de curricularização da pesquisa e da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.
1.3.3	Incentivar a realização de eventos integrados entre diferentes níveis de ensino e áreas do conhecimento.
1.3.4	Fomentar a integração, a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade entre os diferentes níveis de formação e a comunidade externa .
1.3.5	Fortalecer espaços institucionalizados de articulação inter e multiprofissionais nas novas unidades acadêmicas.
1.3.6	Consolidar a oferta de pós-graduação <i>lato sensu</i> (presencial e <i>on-line</i>), em articulação com a graduação e a extensão.
1.3.7	Fortalecer e ampliar as ações da Escola de Extensão , integrada aos demais níveis de formação.



Objetivo 1.4 - Ampliar e qualificar o processo de internacionalização da instituição

CÓD.	A Ç Ã O
1.4.1	Avaliar e atualizar o Plano Estratégico de Internacionalização 2018-2022, com vistas à formação integral para a cidadania global , transversalizando a internacionalização no ensino, na pesquisa e na extensão, de modo a favorecer a inserção internacional do estudante.
1.4.2	Promover ações que maximizem a internacionalização abrangente e a internacionalização em casa.
1.4.3	Ampliar redes de cooperação entre instituições , a partir de docentes e discentes que realizaram estudos em outras instituições de ensino superior (IES), incentivando a mobilidade acadêmica .
1.4.4	Normatizar a realização de ações específicas pré e pós-mobilidade acadêmica para discentes e docentes.
1.4.5	Estimular a participação de gestores e docentes em eventos e fóruns internacionais para fins acadêmicos.
1.4.6	Oportunizar a capacitação dos estudantes para sua participação em editais internacionais voltados ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão, nos diferentes níveis de formação.
1.4.7	Ampliar a proficiência na língua estrangeira para comunicação e redação científica aos docentes e discentes de pós-graduação.
1.4.8	Elaborar estratégias de socialização das ações de internacionalização da universidade aos públicos interno e externo.
1.4.9	Ofertar ensino de línguas adicionais/estrangeiras à comunidade acadêmica.
1.4.10	Favorecer possibilidades de inserção de estudantes estrangeiros nos cursos da UPF.

Indicadores da Linha 1 - Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização

Número de cursos de graduação (presenciais e híbridos)	
Número de alunos matriculados na graduação	
Número de cursos <i>lato sensu</i> (presenciais e híbridos)	
Número de alunos matriculados em <i>lato sensu</i>	
Número de cursos stricto sensu (presenciais e híbridos)	
Número de alunos matriculados em <i>stricto sensu</i>	
Número de cursos de extensão (presenciais e híbridos)	
Número de alunos matriculados em cursos de extensão	
Conceito Enade	
Conceito Preliminar de Curso	
Indicador Geral de Cursos	



Avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes Avaliação das disciplinas pelos discentes (graduação e pós-graduação) Avaliação da graduação pelos formandos Autoavaliação dos docentes (graduação e pós-graduação) Professores efetivos e contratados Produção científica e bibliográfica de docentes e discentes Índice de evasão Índice de reprovação Número de parcerias e projetos de colaboração nacionais Número de parcerias e projetos de colaboração internacionais Número de discentes em mobilidade acadêmica Número de docentes da UPF em outras IES internacionais Número de empréstimos e consultas do acervo da Rede de Bibliotecas Número de eventos integrados de cultura e esporte na estrutura multicampi Ações dirigidas aos alunos ingressantes Número de estudantes vinculados a programas de fomento público Número de estudantes beneficiados com bolsas na graduação Número de estudantes beneficiados com bolsas na pós-graduação Registros da Ouvidoria Número de participantes na Semana do Conhecimento Atividades integradas nas unidades acadêmicas Atividades integradas entre as unidades acadêmicas Número de grupos de pesquisa institucionalizados Número de participantes de grupos de pesquisa institucionalizados Número de projetos de extensão institucionalizados Número de participantes de projetos de extensão institucionalizados Posição da UPF no ranking Times Higher Education Posição da UPF entre as universidades brasileiras no ranking Times Higher Education Ações geradas pelos grupos artísticos da UPF



Linha 2 - Universidade inovadora

Objetivo 2.1 - Desenvolver sinergia inovadora entre ciência, tecnologia e humanidades

CÓD.	A Ç Ã O
2.1.1	Estimular a interdisciplinaridade e a sinergia entre ciência, tecnologia e humanidades , para a criação de soluções inovadoras.
2.1.2	Consolidar a inovação nos componentes da indissociabilidade universitária : ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Objetivo 2.2 - Disseminar a cultura de inovação, a criatividade, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo na universidade

CÓD.	A Ç Ã O
2.2.1	Consolidar e disseminar a política de inovação da UPF.
2.2.2	Promover a inovação, a criatividade, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo na universidade.
2.2.3	Promover a inovação da gestão institucional.
2.2.4	Fornecer apoio e suporte para a inovação tecnológica e o empreendedorismo, articulados ao UPF Parque.

Objetivo 2.3 - Acelerar o reconhecimento como universidade inovadora

CÓD.	A Ç Ã O
2.3.1	Consolidar e ampliar a atuação do UPF Parque como promotor de inovação na região.
2.3.2	Sistematizar a identificação de necessidades e demandas de inovação da comunidade regional (poder público, empresas, entidades, grupos sociais, associações representativas, etc.).
2.3.3	Estimular, prospectar e facilitar o estabelecimento de parcerias externas para o desenvolvimento de inovação (poder público, empresas, entidades, órgãos de fomento, etc.).
2.3.4	Mobilizar a comunidade local e protagonizar o desenvolvimento da Política Regional de Inovação , articulada ao Programa Inova RS.
2.3.5	Mobilizar cadeias e arranjos produtivos regionais relacionados às prioridades regionais pactuadas no ecossistema de inovação.

Indicadores da Linha 2 - Universidade inovadora

Ações interdisciplinares e projetos de inovação desenvolvidos e articulados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Atividades e projetos acadêmicos em que se evidencie a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão

Interações de organizações com a universidade



Pesquisas desenvolvidas voltadas à inovação	
Empresas (pré-incubadas, incubadas, graduadas e residentes) no UPF Parque	
Número de pessoas que interagiram com o UPF Parque	
Atividades e eventos de promoção de inovação, criatividade, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo	
Atendimentos de suporte às iniciativas de inovação tecnológica e empreendedorismo	
Contratos de transferência de tecnologia	
Patentes e cultivares (nacionais/internacionais) requeridos	
Patentes e cultivares (nacionais/internacionais) concedidos	
Número de convênios e parcerias	

Linha 3 - Qualidade do ambiente interno e relações humanas

Objetivo 3.1 - Melhorar o relacionamento e o acompanhamento da comunidade acadêmica

CÓD.	A Ç Ã O
3.1.1	Avançar na implementação da gestão de relacionamento (CRM), aprimorando o acompanhamento da trajetória acadêmica do estudante na universidade.
3.1.2	Aperfeiçoar metodologias para monitoramento e redução dos índices de evasão.
3.1.3	Revitalizar a política de acompanhamento de egressos.
3.1.4	Fortalecer a Política de Saúde do Trabalhador , contemplando os eixos de prevenção, promoção, recuperação e proteção da saúde.

Objetivo 3.2 - Consolidar ações de acesso e permanência dos estudantes

CÓD.	A Ç Ã O
3.2.1	Implementar a Política do Estudante , fortalecendo as ações de atenção e de permanência estudantil.
3.2.2	Ampliar possibilidades de inserção dos estudantes no mundo do trabalho.
3.2.3	Buscar alternativas para melhorar a alimentação no <i>campus</i> , em termos de preço, diversidade e segurança alimentar.

Objetivo 3.3 - Desenvolver a comunicação interna e projetos de *endomarketing*

CÓD.	A Ç Ã O
3.3.1	Criar e implementar programa de comunicação interna com vistas à publicização de informações institucionais, à inclusão e à acessibilidade.



3.3.2	Criar e implementar programa de <i>endomarketing</i> para ampliar a percepção de valor da marca junto ao público interno.
3.3.3	Desenvolver a identidade das novas unidades acadêmicas em consonância com a identidade institucional.
3.3.4	Elaborar e executar plano de comunicação para a inovação desenvolvida na UPF.

Objetivo 3.4 - Promover a integração acadêmica e estruturar ambientes acolhedores

CÓD.	A Ç Ã O
3.4.1	Ampliar ações de acolhimento e pertencimento dos professores, do corpo técnico-administrativo e dos estudantes frente à nova organização política e acadêmica da instituição.
3.4.2	Fortalecer a Semana do Conhecimento .
3.4.3	Ampliar e qualificar espaços de convivência , <i>coworking</i> e trocas interdisciplinares .
3.4.4	Manter vigilância e ações de cuidado junto à comunidade acadêmica , considerando a pandemia da Covid-19 e suas consequências.

Objetivo 3.5 - Fortalecer a gestão integrada e humanizada

CÓD.	A ÇÃO
3.5.1	Coordenar calendário e programação de ações institucionais comuns.
3.5.2	Reduzir a sobrecarga de trabalho dos Coordenadores de curso .
3.5.3	Melhorar continuamente as condições de trabalho dos corpos docente e técnico-administrativo.
3.5.4	Qualificar as relações interpessoais e a segurança organizacional na condução das atividades, incentivando e fomentando relações humanas baseadas na ética e no respeito.
3.5.5	Fortalecer a atuação da Comissão de Ética , manter ações sistemáticas de prevenção e de enfrentamento às situações de desrespeito e assédio moral, valorizando os trabalhadores.

Indicadores da Linha 3 - Qualidade do ambiente interno e relações humanas

Registros negativos na Ouvidoria	
Quadro de pessoal técnico-administrativo	
Pessoal técnico-administrativo com graduação	
Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho	
Eventos internos realizados	
Customer Satisfaction Score (CSAT) dos setores	
Net Promoter Score (NPS) da UPF	
Customer Effort Score dos setores	



Customer Emotional Value da UPF
Vagas ofertadas no Propet
Índice de ocupação das vagas no Propet
Índice de evasão dos estudantes
Horas de formação para o corpo técnico-administrativo
Horas de formação para os professores
Trabalhos apresentados na Semana do Conhecimento
Pessoas com deficiência (PCDs) contratadas
Índice de satisfação das formações realizadas
Encontros formativos com lideranças estudantis
Bolsas de pesquisa e extensão concedidas a estudantes
Edições do Bate-Papo UPF
Egressos vinculados à pós-graduação
Imagem da marca
Engajamento em campanhas institucionais

Linha 4 - Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

Objetivo 4.1 - Qualificar a relação da UPF com o poder público, outras instituições e entidades da sociedade civil, ampliando o compromisso social

CÓD.	AÇÃO
4.1.1	Atualizar a Política de Responsabilidade Social da UPF como universidade comprometida com a inclusão social, com o desenvolvimento sustentável, com a produção, preservação e socialização da memória e do patrimônio cultural e artístico.
4.1.2	Garantir o caráter comunitário e filantrópico da instituição.
4.1.3	Ampliar a relação institucional com os governos federal, estadual e municipais.
4.1.4	Intensificar ações de dimensão regional , objetivando o desenvolvimento sustentável e articulação com a comunidade.
4.1.5	Ampliar a relação institucional com as organizações da sociedade civil.
4.1.6	Fortalecer a participação institucional no Comung e na Abruc , entre outras associações representativas das IES.



Objetivo 4.2 - Contribuir para o alcance dos ODS, nos âmbitos interno e externo

CÓD.	A Ç Ã O
4.2.1	Transversalizar os ODS no ensino, na pesquisa e na extensão , garantindo a integralidade da formação, com ênfase à educação para a cidadania global, promovendo a difusão do conhecimento produzido.
4.2.2	Ampliar a conscientização da comunidade interna acerca dos ODS no cotidiano universitário.
4.2.3	Criar plano de prospecção de demandas regionais para a pesquisa e a extensão, com foco nos ODS.
4.2.4	Criar mecanismos para avaliar os impactos da transversalização dos ODS em todos os âmbitos institucionais.

Objetivo 4.3 - Fortalecer relações acadêmicas na/com a comunidade regional, pautadas pela responsabilidade social

oóp.	3
CÓD.	A Ç Ã O
4.3.1	Desenvolver o protagonismo da UPF por meio do relacionamento com a comunidade externa.
4.3.2	Manter e ampliar a integração da s licenciaturas com a educação básica .
4.3.3	Manter e ampliar a integração dos cursos da saúde com as redes de atenção.
4.3.4	Manter e ampliar a integração dos cursos com políticas públicas e setores de atuação profissional .
4.3.5	Aperfeiçoar a interlocução com as lideranças comunitárias para a elaboração conjunta de projetos.
4.3.6	Redimensionar a inserção dos acadêmicos junto aos campos de estágio , especialmente nas áreas da educação e da saúde , em propostas institucionais integradas e interdisciplinares, respondendo às demandas da comunidade.
4.3.7	Ampliar a oferta de serviços a partir das demandas da comunidade regional.
4.3.8	Resgatar e qualificar grupos e movimentos artísticos institucionais.
4.3.9	Promover e fomentar espaços de fruição artística .

Indicadores da Linha 4 - Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

Atividades articuladas entre universidade e empresa	
Contratos firmados de parceria com empresas	
Atividades articuladas entre universidade e poder público	
Convênios firmados com o poder público	
Atividades articuladas entre universidade e organizações da sociedade civil	
Contratos firmados com organizações da sociedade civil	
Número de atendimentos ofertados à comunidade externa na área da saúde	
Número de atividades realizadas com a educação básica	



Volume e qualidade de resíduos não recicláveis gerados no campus	
Atividades de conscientização junto à comunidade acadêmica	
Ações geradas pelos grupos artísticos da UPF	
Exposições, recitais, eventos artísticos e culturais	

Linha 5 - Sustentabilidade estrutural e econômica

Objetivo 5.1 - Ampliar a receita

CÓD.	A Ç Ã O
5.1.1	Desenvolver novas estratégias para ampliação de receita.
5.1.2	Prospectar continuamente oportunidades de oferta de cursos e serviços institucionais.
5.1.3	Otimizar a prestação de serviços .
5.1.4	Buscar novas alternativas para a estrutura <i>multicampi</i> (aluguéis, parcerias, serviços).

Objetivo 5.2 - Redimensionar, otimizar e adequar a infraestrutura instalada

CÓD.	A Ç Ã O
5.2.1	Revisar a infraestrutura da universidade, de modo a readequar os espaços e potencializar os serviços frente às novas estruturas acadêmicas instaladas.
5.2.2	Consolidar as novas estruturas e qualificar os processos de trabalho do pessoal técnico-administrativo, de modo a garantir a sustentabilidade, a qualidade e a produtividade.
5.2.3	Buscar alternativas para infraestrutura ociosa.
5.2.4	Qualificar a estrutura institucional para o trabalho docente nos cursos presenciais e híbridos.
5.2.5	Elaborar o novo Plano Diretor do <i>Campus</i> I .
5.2.6	Aprovar e implantar a Política de Comunicação Institucional .

Objetivo 5.3 - Alcançar a sustentabilidade econômica e financeira da instituição

CÓD.	A Ç Ã O
5.3.1	Garantir o equilíbrio do fluxo de ingressos e desembolsos de recursos.
5.3.2	Aperfeiçoar as políticas de orçamento, ponto de equilíbrio e precificação de cursos e serviços, cotejando-as com as informações de mercado.
5.3.3	Reduzir os níveis de endividamento e da dependência de capital externo pela geração de resultados superavitários e pela desimobilização de ativos.



5.3.4	Qualificar os instrumentos e as estratégias para a redução dos índices de inadimplência.
5.3.5	Buscar fontes de financiamento para a pós-graduação , apoiando mecanismos de acréscimo gradual de bolsas aos discentes da pós-graduação.
5.3.6	Buscar novas parcerias para a pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Minter, Dinter, integração programas) e para o UPF Parque.

Objetivo 5.4 - Gerar resultados que possibilitem a realização dos investimentos necessários às atividades da instituição

CÓD.	A Ç Ã O
5.4.1	Agregar valor na prestação de serviços institucionais.
5.4.2	Definir investimentos estratégicos e prioritários em favor da inovação pedagógica e curricular.
5.4.3	Estabelecer um plano de investimentos em infraestrutura de curto e médio prazos, observando a manutenção e/ou adequação da infraestrutura.
5.4.4	Prever busca de fomento para ações voltadas à cultura, à arte e ao esporte .

Indicadores da Linha 5 - Sustentabilidade estrutural e econômica

Satisfação da comunidade interna com relação à infraestrutura		
Índice de cobertura da rede Wi-Fi		
Taxa de ocupação de salas		
Receitas		
Despesas		
Margem líquida		
Projetos sustentados por planejamento		
Índice de evasão		
Índice de inadimplência		
Novos negócios		
Novos clientes		
Índice de liquidez geral		
Endividamento geral		



Linha 6 - Planejamento e governança estratégica

Objetivo 6.1 - Desenvolver **governança estratégica**, ágil, eficiente, colegiada e democrática

CÓD.	A Ç Ã O
6.1.1	Avaliação, acompanhamento e ajustes sistemáticos da implantação do novo modelo político-administrativo institucional na Reitoria, nos <i>campi</i> e nas unidades acadêmicas, com maior capacidade de planejamento, governança estratégica, ágil e eficiente, mantendo o caráter colegiado e democrático.
6.1.2	Implantar nova composição da Reitoria (Reitoria; Vice-Reitoria Acadêmica; Vice-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional) a partir de 2022/2.
6.1.3	Implantar nova composição das unidades acadêmicas a partir de 2022/2.
6.1.4	Implantar nova composição dos Conselhos Superiores a partir de 2022/2.
6.1.5	Reformular e adequar regimentos, regramentos, regulamentos, resoluções, normativas e instruções institucionais ao novo modelo político-administrativo e acadêmico.
6.1.6	Redefinir, digitalizar, otimizar e automatizar os trâmites , rotinas , fluxos e processos internos (acadêmicos e administrativos), com vistas à agilidade, à transparência e à performance, promovendo o alinhamento com o planejamento e a avaliação.
6.1.7	Implantar sistema integrado de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de indicadores estratégicos (acadêmicos e financeiros).
6.1.8	Atualizar e qualificar o Programa Formativo de Gestores (PFG) da UPF, em sintonia com o PDI e o novo modelo político-administrativo.
6.1.9	Implementar as condições de trabalho para Coordenadores, considerando competências e requisitos de capacitação para o exercício da função.
6.1.10	Criar área integrada de apoio administrativo e pedagógico às direções de unidade e às coordenações de curso, articulado às Vice-Reitorias, com foco na atuação planejada, estratégica, ágil e eficaz.
6.1.11	Promover atitude interdisciplinar, intersetorial, flexível e resolutiva, para aumentar a agilidade e a eficiência na prevenção e na resolução de problemas institucionais.
6.1.12	Promover agilidade na tomada de decisão sobre temas levados à consulta acadêmica e/ou à comissão e garantir retorno.
6.1.13	Consolidar a transparência , disponibilizando informações administrativas, financeiras e orçamentárias à estrutura colegiada e hierárquica, respeitada a competência de cada instância de gestão e de acesso à informação, assim como a política de proteção de dados.
6.1.14	Promover a autonomia, a corresponsabilidade e a descentralização de decisões entre os diversos níveis administrativos e órgãos colegiados.
6.1.15	Reformular Sistema Intranet UPF, responsivo e dinâmico (adequado aos públicos).
6.1.16	Estabelecer espaços e agenda periódica de interlocução da comunidade acadêmica com a gestão.



Objetivo 6.2 - Qualificar a tomada de decisão com inteligência estratégica

CÓD.	A Ç Ã O
6.2.1	Implantar Setor de Inteligência Estratégica (SIE) , de caráter consultivo e multidisciplinar, articulado com a Divisão de Avaliação e a Divisão de Marketing e Comunicação, para subsidiar, qualificar, agilizar e promover decisões estratégicas na instituição a partir da sistematização de evidências.
6.2.2	Implantar projeto de avaliação amplo, holístico e sistêmico em consonância com as prioridades institucionais.
6.2.3	Delimitar e monitorar indicadores internos e avaliar continuamente a qualidade, a sustentabilidade, a eficiência e agilidade dos serviços institucionais, da gestão e das atividades-meio.
6.2.4	Delimitar e monitorar indicadores externos e avaliar continuamente o contexto da educação superior e da atuação da instituição.
6.2.5	Desenvolver e atualizar periodicamente a Matriz Swot da instituição e de seus serviços (graduação, <i>lato sensu, stricto sensu</i> , extensão, pesquisa e inovação), com base em evidências dos ambientes interno e externo.
6.2.6	Desenvolver e/ou encomendar estudos estratégicos sobre questões críticas, internas e mercadológicas, para o desenvolvimento dos serviços institucionais e/ou oferta de novos serviços (ex: imagem institucional; avaliação de demanda; políticas de financiamento estudantil; precificação de cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e híbridos; etc).
6.2.7	Disseminar informações gerenciais e estratégicas aos gestores e promover sua apropriação na tomada de decisão.
6.2.8	Implantar instrumentos de identificação e avaliação das necessidades dos estudantes , visando a integrá-los plenamente ao ambiente universitário.

Objetivo 6.3 - Consolidar a capacidade institucional de **planejamento**

CÓD.	A Ç Ã O
6.3.1	Implantar sistema institucional de planejamento estratégico (política, modelos, processos e ferramentas institucionais) articulado ao PDI e à avaliação institucional e disseminado em todas as instâncias de gestão e unidades acadêmicas.
6.3.2	Integrar instrumentos de planejamento e de gestão com o PDI e a avaliação institucional.
6.3.3	Promover a cultura de planejamento , avaliação e governança estratégica em todas as instâncias de gestão, acadêmicas e administrativas, comprometendo-se com as ações do PDI, o recredenciamento institucional, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.
6.3.4	Elaborar e divulgar um Plano Anual de Atividades (PAA) institucional, de unidades e cursos.
6.3.5	Elaborar orçamento da instituição de forma participativa, integrado ao PAA, ao PDI, ao planejamento financeiro e à disponibilidade de recursos.
6.3.6	Manter estudo e debate permanentes sobre o futuro da instituição.
6.3.7	Acompanhar, avaliar e atualizar semestralmente o PDI.



6.3.8 Instituir comissão especial para elaboração do novo PDI em março de 2026.

Indicadores da Linha 6 - Planejamento e governança estratégica

Organograma institucional

Atualização de regimentos, regramentos, regulamentos, resoluções, normativas e instruções

Tempo médio de fluxos e processos internos

Quantidade de sistemas de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação

Usuários dos sistemas de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação

Acessos aos sistemas de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação

Participantes do Programa de Autoavaliação Institucional (acadêmico e administrativo)

Atividades desenvolvidas pelo Programa Formativo de Gestores UPF

Pessoas envolvidas (gestores atuais e não gestores) no Programa Formativo de Gestores UPF

Atendimentos do setor interdisciplinar de apoio às coordenações de curso

Grau de satisfação dos Coordenadores com as condições de trabalho, sistemas e fluxos institucionais

Percentual de atividades das direções destinadas ao planejamento administrativo e estratégico da unidade ou do campus, com base em indicadores de desempenho

Percentual de atividades das coordenações de curso destinadas às questões pedagógicas e à qualificação dos servicos acadêmicos, com base em indicadores de desempenho

Tempo médio dos processos de tomada de decisão e de retorno sobre os resultados

Quantidade de comunicados administrativos e pessoas alcançadas

Percentual de decisões autônomas, descentralizadas e em corresponsabilidade entre Reitoria, unidades acadêmicas e/ou colegiados superiores

Grau de satisfação e usabilidade do Sistema Intranet UPF

Quantidade de estudos estratégicos e relatórios produzidos e/ou encomendados sobre os serviços institucionais e o contexto da educação superior

Quantidade e periodicidade de atualização de indicadores internos e externos monitorados e disponíveis aos gestores e colegiados superiores

Periodicidade de atualização da Matriz Swot institucional e dos serviços acadêmicos

Percentual de decisões estratégicas tomadas com base em evidências

Quantidade de ações institucionais planejadas e avaliadas

Quantidade de planos de atividade anual e percentual de execução

Quantidade de estudos sobre o futuro da instituição



Quantidade de atualizações do PDI	
Ações do PDI realizadas	
Execução dos planos de desenvolvimento das unidades acadêmicas	
Número de seminários de avaliação e acompanhamento do PDI	

16.1 Metodologia de acompanhamento do PDI

Tão importante quanto estabelecer objetivos é acompanhá-los, e as opções estratégicas para o período de 2022 a 2026 necessitam de acompanhamento e monitoramento constantes, para se assegurar um processo gradual, evolutivo e positivo no alcance dos objetivos estabelecidos, por meio das ações elencadas. O acompanhamento do PDI será realizado anualmente, sob coordenação da Comissão Própria de Avaliação, em articulação com a Divisão de Avaliação Institucional e juntamente com os gestores, considerando, especialmente, os Planos Anuais de Atividades, elaborados pelo Consun e pela Reitoria, visando à sua execução.

Será elaborada metodologia específica, utilizando-se dos indicadores elencados para cada linha estratégica como referências para a avaliação do atendimento aos objetivos-macro, primando-se pela geração de evidências. Do monitoramento de tais indicadores, serão produzidos e socializados relatórios, permitindo, inclusive, encaminhamentos de alinhamento e/ou aperfeiçoamento do mapa estratégico, frente aos cenários interno e externo e à sua dinamicidade.

Sendo o PDI uma construção da coletividade, entende-se que todos (professores, funcionários, estudantes e gestores) estão comprometidos com sua implementação, sua execução e sua avaliação, utilizando-o como principal ferramenta para, no cotidiano universitário, guiar o percurso da própria instituição. O desenvolvimento de uma universidade comunitária, como a UPF, resulta na melhoria de seu entorno, criando novas perspectivas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental e, consequentemente, para uma vida mais qualificada a todos.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2015/Em1:2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 1996. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Presidência da República. Casa Civil. DF, 2018. Disponível Brasília, em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1° de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 24 nov. de 2021.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.009, de 08 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a homologação do Parecer nº 748/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para Recredenciar a Universidade de Passo Fundo (UPF) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Gabinete do Ministro. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.003-de-8-de-dezembro-de-2021-366023281. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017. Gabinete do Ministro. Brasília, DF, 2017. Disponível https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19128483/do1-2017-06 -21-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-19128367. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018). Gabinete do Ministro. 2017. Brasília, DF, Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%2001 8-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017--39379864. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Gabinete do Ministro. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-315-de-4-de-abril-de-2018-9177556. Acesso em: 29 nov. 2021.



BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 330, de 5 de abril de 2018. Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema ensino. Gabinete do Ministro. Brasília, DF, 2018. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9365055/do1-2018-04-06-portaria-n-330-de-5-de-abril-de-2018-9365051. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018. Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Gabinete do Ministro. Brasília. DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35315134/do1-2018-08 -03-portaria-normativa-no-742-de-2-de-agosto-de-2018-35315087. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Conselho Nacional Educação. Câmara de Educação Superior. Brasília, DF, 2007. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-1 8&category slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 nov. 2021.

GLOBAL UNIVERSITY NETWORK FOR INNOVATION (GUNi). Humanities and higher education: synergies between science, technology and humanities. Barcelona: GUNi, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Brasil. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Carazinho (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/carazinho.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Casca (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/casca.html. Acesso em: 19 out. 2021.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Lagoa Vermelha (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/lagoa-vermelha.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Palmeira das Missões (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/palmeira-das-missoes.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Passo Fundo (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/passo-fundo.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Sarandi (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sarandi.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e estados: Soledade (RS). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/soledade.html. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE LA UNESCO PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (IESALC). Pensar más allá de los límites: perspectivas sobre los futuros de la educación superior hasta 2050. Paris: UNESCO IESALC, 2021.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil. 11. ed. São Paulo: Instituto Semesp, 2021.

LIBÂNEO, J. C. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa. In: PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (org.). Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. p. 188-212.

LUCARELLI, Elisa. Teoria y prática em la universidade. La innovación en las aulas. Buenos Aires: Mino y Dávila Ediciones, 2009.

McCOWAN, Tristan. Higher education for and beyond the Sustainable Development Goals. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34.

RAYNAUT, Claude. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004.



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Diretrizes Institucionais para Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação. Universidade de Passo Fundo. Vice-Reitoria de Graduação. Passo Fundo: UPF Editora, 2019.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Estatuto da Universidade de Passo Fundo. Aprovado pelo Consun em 16 de novembro de 2021. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF Editora, 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Regimento Geral. Última alteração em 27 de setembro de 2011. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UPF) -2017/2021. Aprovado em 2016 / atualizado em março de 2021. Passo Fundo: UPF Editora, 2021.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Plano Estratégico de Internacionalização 2018-2022 (PEI). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2018.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Reitoria. Comissão Própria de Avaliação. Programa de Autoavaliação: em busca da excelência. Passo Fundo: UPF Editora, 2013.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Projeto Pedagógico Institucional (PPI UPF). Passo Fundo: UPF Editora, 2017.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). Resolução Consun nº 14/2002, de 22 de outubro de 2002. Regulamenta o funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu. Passo Fundo: UPF, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação superior: políticas educacionais, currículo e docência. Curitiba: CRV, 2016.

VEIGA, Neto Alfredo. De geometrias, currículo e diferenças. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 163-186, ago. 2002.

ANEXOS

Anexo A - Organograma da UPF - 2021/2

